

EXPERIÊNCIAS CIENTÍFICAS INOVADORAS NO CURSO DE PEDAGOGIA DA UFPA/BELÉM

SÉRIE RESENHAS PEDAGÓGICAS N. 1



**Organização:
Maria Ludetana Araújo**

Experiências Científicas Inovadoras no Curso de Pedagogia da UFPA/Belém

Série Resenhas Pedagógicas n. 1



**Organização:
Maria Ludetana Araújo**

**Grupo de Estudos em Educação Ambiental na Amazônia - GEAMAZ
2022
Belém - Pará - Brasil**

Organização

Maria Ludetana Araújo

Editado por

Grupo de Estudos em Educação Ambiental na Amazônia - GEAMAZ

Instituto de Ciências da Educação - Sala 202

R. Augusto Corrêa, 01 - Guamá, Belém - PA, 66075-110

Site: www.geamaz-ufpa.com.br

E-mail: geamazufpa@gmail.com, gpgamaz@gmail.com

Revisão final

Ana Paula Batista da Silva Brito

Editoração

Aline Meiguins

Capa e Imagem da Capa

Bárbara Chagas da Silva

Declaração de direitos autorais

Esta é uma publicação derivada de ações vinculadas às disciplinas “Pesquisa e Prática Docente” e “Pedagogia em Organizações Sociais” do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Pará, *campus* Belém. Sendo integralmente baseada na pesquisa em publicações diversas, no formato de resenhas.

O(s) autor(es) declaram que são integralmente responsáveis pela totalidade do conteúdo da contribuição e que os Organizadores estão expressamente isentos de qualquer responsabilidade sobre o conteúdo apresentado, tendo, assim, finalidade meramente informativa e educativa.

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a)
autor(a)**

A658e Araújo, Maria Ludetana.

Experiências Científicas Inovadoras no Curso de Pedagogia da UFPA-Belém / Maria Ludetana Araújo. Série Resenhas Pedagógicas n. 1, Belém: Grupo de Estudos em Educação Ambiental na Amazônia/GEAMAZ — 2022.

181 f. : il. color.

ISBN: 978-65-00-54730-6

1. Prática pedagógica. 2. Educação infantil. 3. Pedagogia hospitalar. 4. Pedagogia empresarial. 5. Socioeducação. I. Título.

CDD 370

Apresentação

É com satisfação e um sentimento de responsabilidade que realizo o prefácio desta obra que reúne algumas experiências científicas iniciais e inovadoras no curso de Pedagogia da Universidade Federal do Pará, *campus* Belém. A ideia surgiu durante as disciplinas “Pesquisa e Prática Docente” e “Pedagogia em Organizações Sociais” em que auxiliei na condição de aluno de Estágio Docência que é uma exigência do curso de Doutorado em andamento.

A inovação desta experiência se dá pela oportunidade dada aos alunos do primeiro ano do curso de Pedagogia para publicarem seus trabalhos escritos durante as disciplinas e mesmo com as limitações da escrita acadêmica que são comuns aos pesquisadores em estágio inicial é possível identificar o comprometimento dos autores dos capítulos em relação ao estudo sobre os temas pesquisados. Além disso, com algumas exceções como os bolsistas de iniciação científica que possuem um contato mais próximo com a pesquisa, para a maioria dos alunos da UFPA tal contato ocorre com maior intensidade na elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso e daí esta oportunidade de publicação tem um aspecto de valorização ainda mais especial do ponto de vista pedagógico e dos critérios avaliativos de produção dos alunos do ensino superior.

O livro está dividido em duas partes. A primeira contém textos relacionados à “*Pesquisa e Prática do Professor*” e a segunda se refere aos textos com foco na temática da “*Pedagogia em Organizações Sociais*”, o que revela a variedade de temas e locais de atuação que os profissionais pedagogos podem atuar.

Desejo a todos uma leitura atenciosa!

Cassio Vale
Doutorando em Educação
Universidade Federal do Pará

Agradecimentos

Este *e-book* é fruto de um processo coletivo elaborado junto com os alunos das disciplinas: Pesquisa e Prática Docente e Pedagogia em Organizações Sociais, contando com a colaboração contínua do doutorando Cassio Vale fazendo estágio docente em nossas turmas. Registro que sempre iniciamos esse processo e que muitas vezes foi vencido pelo tempo, por questões alheias a nossa turma. Dessa vez, após quase dois anos de aulas remotas o desafio começou no primeiro dia de aula, já com orientações para a escrita do texto. O objetivo principal: organizar um e-book.

Os alunos, o prof. Cassio e a equipe de expertises Gláucia Amaral dos Santos, Bárbara Chagas da Silva, João Antônio Lima e demais nos ajudaram muito num período de pandemia com palestras sobre temas e orientações aos alunos em seus textos, tudo isso favorecia as tomadas de decisões dos alunos, foram valentes. Enfim! Conseguimos. Eis o *e-book* encantando cada um que participou e se esmerou em traduzir no material com as suas percepções e os resultados do processo de ensino e de aprendizagem.

É só o começo... vamos fazer mais ... Valeu! Agradeço aos alunos que não desistiram e continuaram participando de todas as atividades da disciplina.

Recebam meu abraço e agradecimento por terem acreditado e estarem presentes em todas as aulas, mesmo remota. Vocês foram presentes, participativos e produtivos.

*Profa. Dra. Maria Ludetana Araújo
Instituto de Ciências da Educação
Universidade Federal do Pará
GEAMAZ/ICED/FAED/UFGPA*

Sumário

PESQUISA E PRÁTICA DO PROFESSOR

A IMPORTÂNCIA DA PESQUISA NA FORMAÇÃO ACADÊMICA.....	08
<i>Janete Sousa Silva</i>	
<i>Leonan da Silva Castro</i>	
PRÁTICAS INCLUSIVAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	16
<i>Amanda Murta Gama</i>	
<i>Maria Antônia Rodrigues Oliveira</i>	
<i>Yasmin Renata da Paixão Cabral</i>	
A CONTRIBUIÇÃO DE JOGOS E BRINCADEIRAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	25
<i>Daniele de Nazaré Lopes</i>	
<i>Paloma Antônia Ferreira</i>	
<i>Rosiane Ferreira Gonçalves</i>	
A INFLUÊNCIA DA POSTURA PEDAGÓGICA DO DOCENTE NO AMBIENTE ESCOLAR.....	31
<i>Diegon Carvalho da Silva</i>	
<i>Layane Beatriz Nascimento</i>	
<i>Talita Araújo</i>	
A IMPORTÂNCIA DA PESQUISA PARA A PRÁTICA PEDAGÓGICA.....	38
<i>Giovanna Barros Martins</i>	
A PESQUISA COMO COMPLEMENTAÇÃO NA DIDÁTICA DO ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL.....	42
<i>Sofia Victoria Andrade de Souza</i>	
<i>Thayná de Cassia Botelho da Silva</i>	
<i>João Antônio Fonseca Lacerda Lima</i>	
OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO CUMPRIMENTO DA META 1 DO PNE (2014-2024)	46
<i>Ana Beatriz Silva da Silva</i>	
<i>Alice Beatriz Vale do Vale</i>	
<i>Taís Cardoso Lobato</i>	

PEDAGOGIA EM ORGANIZAÇÕES SOCIAIS

PEDAGOGIA EMPRESARIAL: A FORMA DE ATUAÇÃO DO PEDAGOGO NAS RELAÇÕES INTERPESSOAIS.....	53
<i>Adriana de Castro Vilhena</i>	
A ATUAÇÃO DO PEDAGOGO NA PERSPECTIVA DA SOCIOEDUCAÇÃO DE ADOLESCENTES INFRATORES.....	59
<i>Alessandra Azevedo Cavalleiro de Macedo</i>	
<i>Geovana de Nazaré de Abreu Ferreira</i>	

OS DESAFIOS DA IMPLANTAÇÃO DE PRÁTICAS AMBIENTAIS EM ORGANIZAÇÕES SOCIAIS.....	63
<i>Amanda de Oliveira de Paula</i> <i>Rebeca Tayssa Pinto Marques</i>	
PEDAGOGIA HOSPITALAR: ATUAÇÃO DO PEDAGOGO COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES HOSPITALIZADOS.....	69
<i>Ana Clara Nascimento de Brito</i> <i>Rafaela Mendes de Figueiredo</i>	
AS ESPECIFICIDADES INERENTES À PEDAGOGIA JURÍDICA: A CONCEPÇÃO PROFISSIONAL ASSUMIDA NO TRABALHO DO(A) PEDAGOGO(A) INSERIDO(A) NAS INSTITUIÇÕES DE JUSTIÇA.....	73
<i>Arianne Correa da Silva</i>	
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS EM ORGANIZAÇÕES SOCIAIS: DESAFIOS E AVANÇO.....	78
<i>Bianca Azevedo Ventura</i>	
A PEDAGOGIA NOS AMBIENTES DE INTERNAÇÃO, JUNTO AOS JOVENS PRIVADOS DE LIBERDADE: AS AÇÕES SOCIOEDUCATIVAS EM ANÁLISE.....	83
<i>Claudionor Gonçalves Melo Junior</i>	
PEDAGOGIA HOSPITALAR DURANTE O PERÍODO PANDÊMICO DE COVID-19 NO BRASIL.....	91
<i>Dulciane Mescouto Campos de Moraes</i> <i>Mayra da Cruz Duarte</i>	
A PRÁTICA DO PEDAGOGO EM INSTITUIÇÃO NÃO-ESCOLAR: PROCURANDO ENTENDER SUA ORIGEM E IMPORTÂNCIA.....	96
<i>Eliani dos Santos Monteiro</i>	
A CONTRIBUIÇÃO DA PEDAGOGIA EM ORGANIZAÇÕES DE ENFRENTAMENTO AOS PROBLEMAS AMBIENTAIS.....	101
<i>Gabriel Lima</i> <i>Isabella Paim</i>	
O PAPEL DO PEDAGOGO DENTRO DO HOSPITAL.....	108
<i>Gabriela Cristina da Silva Oliveira</i>	
OS ENTRAVES DO PEDAGOGO NO AMBIENTE HOSPITALAR.....	113
<i>Giselly Almeida da Silva</i>	
A NECESSIDADE DA EDUCAÇÃO PEDAGÓGICA NA ÁREA PEDIÁTRICA POR MEIO DA PEDAGOGIA HOSPITALAR.....	114
<i>Heitor Victor Souza da Silva</i> <i>Leila Maria Neves Maia</i>	
ATUAÇÃO DOS PEDAGOGOS EM FÓRUNS.....	122
<i>Jeane vieira de Souza</i>	

PEDAGOGOS EM ORGANIZAÇÕES SOCIAIS: LIMITES E POSSIBILIDADES	127
<i>Josivam Maciel Queiroz</i>	
PEDAGOGO E SUA RELEVÂNCIA NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA.....	131
<i>Kamile Sena da Cunha</i>	
A ATUAÇÃO DOS PEDAGOGOS EM INSTITUIÇÕES EMPRESARIAIS: COMO SE DÃO SUAS PRÁTICAS.....	134
<i>Kamilly Osório Marques</i>	
DESAFIOS DA PEDAGOGIA HOSPITALAR A PARTIR DA PANDEMIA DA COVID-19.....	138
<i>Laila Cristina dos Santos Coelho</i>	
ATUAÇÃO DO PEDAGOGO NO AMBIENTE HOSPITALAR.....	142
<i>Lucifrance Fernandes da Costa Uchoa</i>	
AS PRÁTICAS EDUCATIVAS NO AMBIENTE HOSPITALAR.....	147
<i>Luíza Helena Barbosa Brasil da Silva</i>	
A ATUAÇÃO DO PEDAGOGO NA ÁREA HOSPITALAR DURANTE A PANDEMIA DO COVID-19.....	152
<i>Márcia Cristina de Moraes Araújo</i> <i>Evelyn Nogueira dos Santos</i>	
PEDAGOGIA HOSPITALAR: A IMPORTÂNCIA DA ATUAÇÃO DO PEDAGOGO DENTRO DOS HOSPITAIS.....	156
<i>Raquel Montão Guedes</i>	
OS DESAFIOS ENCONTRADOS NA PEDAGOGIA JURÍDICA: DESVELAR OS DESAFIOS ENCONTRADOS NA PEDAGOGIA JURÍDICA.....	162
<i>Vanessa Moraes Costa</i> <i>Suziany Pamplona de Melo</i>	
A IMPORTÂNCIA DO FAZER DIDÁTICO DENTRO DE INSTITUIÇÕES HOSPITALARES.....	169
<i>Vinicius Sousa de Oliveira</i> <i>Yasmin Batista da Silva</i>	
PEDAGOGIA EMPRESARIAL E SEUS MÉTODOS APLICADOS NO DESENVOLVIMENTOS PESSOAL E PROFISSIONAL DOS COLABORADORES....	175
<i>Paula Monize Martins do Rosário</i>	

Pesquisa & Prática do Professor





A IMPORTÂNCIA DA PESQUISA NA FORMAÇÃO ACADÊMICA

*Janete Sousa Silva
Leonan da Silva Castro*

Introdução

No decorrer dos anos 2000, a tecnologia avançou em sua demanda de levar qualidade na transmissão em relação ao ensino/aprendizado para as pessoas e com essa demanda houve a necessidade de pesquisar sobre diversos assuntos e conteúdo que influenciariam na formação intelectual e social dos docentes em formação acadêmica.

A Unesco (2009), destaca o papel das tecnologias de informações e comunicação (TIC's) para que as necessidades da Universidade sejam atendidas, dando -se destaque para a promoção da modalidade de ensino a distância como forma de atender à crescente demanda pelo ensino superior. Devido essas evoluções, a consolidação das pesquisas em universidades e em programas de graduação, alargou as relações e ocasionou esse debate dos “Porquês” serem tão precisos nas salas de aula e fora dela, como busca de desbravar conhecimentos, descobrir novas formas de ensino e transmissão do mesmo.

Santos (2012), por sua vez, destaca que a pesquisa visa privilegiar as atividades em função do auxílio financeiro concebido às instituições, o quanto recebem, falta e quanto pode favorecer o desempenho das universidades nas formações superiores.

Ainda, conforme Santos (2012), pode-se acrescentar que o desenvolvimento da pesquisa contribui direta ou indiretamente, para os cursos de graduação devido às bolsas de iniciação científica concedidas aos alunos. Não obstante, seu reflexo é mais evidente na pós-graduação, para onde os alunos da graduação se dirigem para participar de tal formação. Além do mais, pode-se dizer que esses programas tem uma influência positiva na própria graduação, já que os estudantes que deles participam costumam apresentar bons rendimentos na academia, que é uma condição para a manutenção das bolsas nos programas estabelecidos.

Ademais, Lüdke (2012) considera que existe literaturas específicas e mesmo legislações relativas à formação dos professores que assinalam a relevância da pesquisa na constituição do trabalho docente. A referida autora defende a abordagem do ensino e da



pesquisa numa perspectiva transformadora. Para tanto, o conhecimento teórico é um fator importante para enfrentar esse desafio.

Na mesma intenção desta discussão, Soares (2012) ao refletir sobre a relação entre as pesquisas dentro de certa “área específica” denomina o que venha ser professor nesta conjuntura:

[...] professor não é, certamente, apenas aquele que ensina em determinada “área específica” professor e também aquele que atua na Instituição social política e cultural, que é a escola, participando (consciente ou inconscientemente de maneira competente ou não) das lutas políticas que se travam nela e por ela, e das experiências sociais e culturais que se desenvolvam no contexto escolar [...] (SOARES, 2012, p. 92).

Nesse contexto, ressalto que se ser professor é estar apto para as diversas áreas de conhecimento e atuante, portanto, não focando em apenas uma “área específica” a busca de capacitação profissional para atuar teórica e metodologicamente determina o conteúdo, também prepara para enfrentar e construir ações educativas nas múltiplas dimensões de uma instituição como docente na sua totalidade.

Em tese Soares (2012) esclarece que o professor só estará habilitado para uma atuação pedagógica eficiente dentro da sua área de saber caso sua formação tenha sido influenciada “pelas pesquisas na área específica ou nas áreas específicas na qual ou nas quais e para a qual ou para as quais se forma professor”.

Ademais, enfatiza-se que o professor tanto para o ensino quanto para pesquisa é preciso e necessário para o âmbito das formações de alunos de várias universidades do país. A Universidade Federal do Pará disponibiliza disciplina como a de Pesquisa e Práticas Pedagógicas no intuito de viabilizar o conteúdo acadêmico na formação dos discentes, promovendo a relação pesquisa, formação de professores e práticas pedagógicas relacionando o estudo extensivo que busca avançar nos diversos âmbitos educacionais de ensino/aprendizagem e características que elevem a formação superior como análises fundamentados em experiências reais e pesquisas.

Espera-se que os futuros professores consigam realizar análises críticas da ação docente e o papel do futuro professor e formação, tanto na pesquisa, na produção e na socialização do conhecimento sobre o ensino.



O primeiro contato com a pesquisa

Quando os alunos adentram as universidades se deparam com a necessidade de desenvolver pesquisa dentro dos seus respectivos cursos. No entanto, isso causa certo impacto negativo e dificultoso, pois muitos não foram estimulados a desenvolver a prática de pesquisar da forma correta em fontes e sites confiáveis, livros e revistas ou até mesmo fazer pesquisa de campo que seja legítima. No ensino médio, alguns professores aceitam trabalhos totalmente copiados de site e blogs nos quais não tem sua credibilidade garantida e tornando assim uma atividade feito pelos seus alunos completamente plagiada e errônea.

O fato é que, historicamente, desde o ensino fundamental à universidade, se tem convivido com a prática de cópias de produções textuais de outrem, de forma parcial ou total, omitindo-se a fonte. No contexto da sociedade informatizada em que vivemos, essas discussões têm-se acentuado, haja vista as possibilidades que se vêm ampliando, pela internet[...]. (SILVA, 2008, p. 357).

Obdália Santana Ferraz Silva, professora da Universidade do Estado da Bahia, em seu texto “Entre o plágio e a autoria: qual o papel da universidade?”, destaca o quão importante é o questionamento no contexto atual onde as tecnologias, as redes, os sites são um traço marcante em nossa sociedade. No entanto, os “labirintos hipertextuais” deveriam ser usados como uma fonte de criação, haja visto que se dispõe de um grande acervo de conteúdos, mas por muitas vezes é utilizado apenas para a reprodução. Pela facilidade da cópia de textos, essa prática se torna muito comum na vida acadêmica como também desde o ensino fundamental – e trazendo para nossos dias atuais – os alunos preferem fazer uso apenas daquilo que lhe repassam sem verificar sua confiabilidade, pois esse é o caminho mais fácil para se ter algo.

Dessa maneira, limitam-se de viver, conhecer, aprender e desenvolver a sua própria capacidade de ser críticos e criativos na sociedade através da pesquisa científica. Infelizmente, não tiveram uma educação básica onde é levado a ter o poder de criação, mas mesmos com todas dificuldades deve haver uma parceria entre professores e alunos para contribuir na construção de um cidadão que supere suas inseguranças, seus medos de não conseguir desenvolver suas perspectivas, que saia do anonimato e conquiste sua independência intelectual e tenha autonomia para ser protagonista de seu processo de vida e educacional.



Sendo assim, a iniciação científica é de extrema importância desde o ensino básico até ao superior para a formação de jovens pesquisadores. Uma vez que com esse contato desde cedo, o aluno tem a oportunidade de participar e praticar a pesquisa e ver a aplicação de conceitos dos quais lhe são apresentados em sala de aula. Com a orientação de um professor/pesquisador qualificado e experiente, os educandos têm a possibilidade de aprender técnicas e métodos de pesquisa que são capazes de desenvolver o seu senso crítico diante das descobertas que só com pesquisa se adquire. Portanto, é uma etapa significativa e ajuda a lidar com questões básicas do desenvolvimento da pesquisa, como sistematizar suas ideias e coletar seus referenciais teóricos, sua observação diante dos fatos e suas experiências, facilita a elaboração de seus relatórios e outros levantamentos feitos no trabalho de um pesquisador.

Pesquisa como ferramenta no desenvolvimento intelectual e crítica do docente

Para Jean Jacques Rousseau, a teoria da infância se inscreve em um projeto mais amplo que visa elaborar uma teoria da sociedade permitindo explicar e superar as patologias sociais, onde de fato, considerava que a sociedade de sua época era corrompida, estava enferma. Em sua opinião mediante a educação é que, em partes seria possível reformar uma sociedade. Com isso, é notório a importância de fundamentar ensinamentos que promovam um melhor desempenho intelectual nos seres humanos desde a infância.

Conseqüentemente, a pesquisa se inclui nos processos de desenvolvimento social de cada aluno, pois para se ter um diagnóstico estudantil válido é preciso pesquisar as formas que cada um adquire os diversos conhecimentos em sala de aula e fora delas e, no Brasil, é válido destacar a importância dos grupos de pesquisa liderados por pesquisadores vinculados aos Programas de Pós-graduação que ajudam a fomentar o desenvolvimento social por meio de suas pesquisas.

A formação social do Brasil passa por vários processos que precisam deste repasse de informação válido para todos que pesquisam, que buscam aprender sobre a informação intelectual e crítica do país. É possível analisar que todos esses processos que legitimam a articulação de descobrimentos, repasse de ensino-aprendizagem e a busca ainda mais de ensinamentos relevantes que possam aprimorar o conhecimento dos estudantes, tanto dos que já



buscam por pesquisas e outros que virão a participar de pesquisas escolares seja no ensino médio quanto no ensino superior. Nesta mesma perspectiva destacando:

a inspiração da tradição marxista que legitima por amplo debate da categoria profissional onde aponta como elementos transversais e articuladores de ensino do trabalho profissional a questão social, objeto de trabalho do assistente, o projeto ético-político, conjunto de valores que orienta e da direção social ao trabalho profissional e a pesquisa, como forma de desocultar a realidade, ampliar e consolidar conhecimentos (PRATES, 2009).

A pesquisa torna-se um elemento fundamental no desenvolvimento estudantil porque a mesma elabora grupos que investiga os ambientes teóricos para que na prática tenham excelência e assim um embasamento do debate a ser discutido, portanto despertar a curiosidade científica e o espírito investigativo. Dessa forma, formando profissionais críticos e estimulando alunos que almejem dá prosseguimento a seus estudos no intuito de formar-se como professores e investigadores, além disso, contribuirão como espaços complementares de formação extensiva. Objetivando aprofundar o debate acerca dos estudos articulados às linhas de pesquisa dos programas de pós-graduação e a outros tipos de pesquisas que elaboram o melhor conhecimento no ensino sistemático e didático para quem vai ler, buscar aprender cada vez mais e se estimular a adquirir conhecimento. Pois, “Bem como no exterior a pesquisa foi identificada dentro de diferentes concepções na defesa da pesquisa como princípio científico e educativo” (DEMO, 1994).

Destaca-se ainda que a pesquisa nos diversos campos aprimora conhecimentos e pensamentos críticos que formam uma sociedade capaz de entender, explicar, formular e orientar de maneira didática o papel fundamental da pesquisa na educação. “Afim, quais problemas não se reduzem ao campo científico, mas carregou valores e aspectos sociais éticos e culturais o que exige uma educação em Ciência e Tecnologia uma verdadeira alfabetização científica” (TREVISAN, 2006, p. 735).

Ademais, a Constituição de 1988, no seu artigo 207 afirma, que as instituições de ensino superior, deve obedecer ao princípio de indissociabilidade entre esses três elementos: ensino, pesquisa e extensão. Logo vemos a necessidade e importância em lei, defendendo e garantido a extensão do conhecimento, a extensão da pesquisa, buscando responder os porquês que surgem em sociedade, nas salas de aulas de ensino médio e principalmente no ensino superior, onde docentes estão em busca de conhecimento para sua formação acadêmica que continuamente irão levar esse conhecimento a outros alunos. Nessa prática



pedagogia a tradicionalidade precisou ser estudada para que atualmente os ensinamentos tradicionais não vigoraria nas escolas e nas universidades.

O ensino, a pesquisa e a extensão constituem o meio principal de informação e formação acadêmica, os descobrimentos sociais são importantes para desencadear os meios tradicionais de um ensino transpassado por diversas informações e demandas que não servem, que atrapalhavam a pedagogia livre, como defende Paulo Freire nos processos educacionais pedagógicos, que a educação liberta, transforma e modifica uma sociedade corrompida pelos desgastes políticos e ultrapassam preconceitos culturais promovendo liberdade de conhecimentos. Segundo Oliveira e Oliveira (1990, p. 19) para Paulo Freire:

Educação não é sinônimo de transferência de conhecimento pela simples razão de que não existe um saber feito e acabado, suscetível de ser captado e compreendido pelo educador é, em seguida depositado nos educandos. O saber não é uma simples cópia ou descrição de uma realidade estática. A realidade deve ser decifrada e reinventada cada momento. Nesse sentido, a verdadeira educação é um ato dinâmico e permanente de conhecimento centrado na descoberta, análise e transformação da realidade pelos que a vivem.

Portanto, há melhor estabelecimento de medidas entre a teoria e a prática, bem como exercício da exposição oral, entre todas as competências fundamentais do trabalho docente. As sínteses de seus resultados que serão documentados em vídeo e registro, de modo sucinto facilitando o processo de socialização, ainda destaca-se, os alunos de graduação inseridos como bolsista de iniciação científica, onde, também expressa uma válida avaliação acerca da inserção desses espaços entre participação e núcleos de pesquisa, possibilitando que esse docente tenham contato privilegiado com a produção acadêmica e através desse contato, um olhar crítico sobre as temáticas discutidas em sala. A interdisciplinaridade é um diferencial para capacitação profissional além de ser de extrema importância entrelaçar diferentes áreas para o exercício profissional e a inserção em pesquisas durante a graduação facilita a posterior inserção na pós-graduação.



Considerações finais

A valorização e importância que a pesquisa tem no meio educacional, tanto no campo da pesquisa para o aluno como também para o professor. Nota-se, que a pesquisa abrange vários campos do conhecimento que busca traduzir os enigmas, responde os “porquês” e todas as outras perguntas que surgem no decorrer da vida do docente e discente.

Estes fatores são fundamentais no campo da vida acadêmica onde, os futuros professores pesquisaram e aprenderam ainda mais para pesquisar e fundamentar conhecimentos que serão repassados a outros alunos futuramente, saber sobre os meios científicos que a comunidade acadêmica adota e os meios desta transmissão de tais conhecimentos descobertos, analisando os fatos de acordo com as temáticas já construídas e as que serão construídas em cima dessas mesmas perspectivas, ocasionando ainda novas descobertas, novas possibilidades de transmitir conhecimento o mesmo à outras pessoas que virão estudar sobre os mesmos assuntos, numa perspectiva mais inovadora, transformando uma comunidade acadêmica onde a pesquisa move pessoas através da pesquisa e a extensão que ela promove.

Referências

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. CNPq, Brasília/DF. <http://www.cnpq.br>.

DEMO, P. **Pesquisa e construção de conhecimento**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.

FREIRE, P. Criando métodos de pesquisa alternativa: aprendendo a fazê-la melhor através da ação. In: BRANDÃO, C. R. (Org.). **Pesquisa participante**. 8. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

LÜDKE, M. Combinando pesquisa e prática no trabalho e na formação de professores. **Ande**, ano 12, n. 19, 1993, p. 31-37.

PRATES, J. C. La conjuntura y los desafíos para la enseñanza y la investigación en el enfrentamiento a la cuestión social. **Revista Regional de Trabajo Social**, n. 45, 2009.

PRATES, J. C. O método e o potencial interventivo da pesquisa social. **Revista Temporalis**, n. 9, ABEPSS, 2006.



ROSA, G. A.; TREVISAN, A. L. Filosofia da tecnologia e educação: conservação ou crítica inovadora da modernidade?. **Avaliação**, v. 21, n. 3, p. 719-737, 2016.

SANTOS, L. C. P. Dilemas e perspectivas na relação entre ensino e pesquisa. In: ANDRÉ, M. (Org.). **O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores**. Campinas: Papyrus, 2012.

SILVA, O. S. F. Entre o Plágio e a Autoria: qual o papel da universidade?. **Revista Brasileira de Educação**, v. 13 n. 38, 2008.

SOARES, M. As pesquisas nas ‘áreas específicas influenciando o curso de formação de professores. In: ANDRÉ, M. (Org.). **O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores**. Campinas: Papyrus, 2012.

UNESCO. **Conferência Mundial sobre Ensino Superior 2009**. As Novas Dinâmicas do Ensino Superior e Pesquisas para a Mudança e o Desenvolvimento Social. ED.2009/CONF.402/Paris.



PRÁTICAS INCLUSIVAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

*Amanda Murta Gama
Maria Antônia Rodrigues Oliveira
Yasmin Renata da Paixão Cabral*

Introdução

O presente trabalho visa discorrer a respeito das práticas inclusivas na educação infantil elencando suas particularidades, suas formas de se relacionar com o mundo, seus marcos legais, trazendo reflexões sobre a inclusão na educação infantil e sua importância para o desenvolvimento da sociedade, analisando a prática do professor no contexto inclusivo, como elemento fundamental na educação infantil.

Entende-se que a discussão a respeito da inclusão social se justifica enquanto um tema pertinente por conter, entre outras tantas nuances, a urgência de discutir a integração de homens, mulheres e crianças a sociedade respeitando-se suas necessidades e diferenças. Discutir educação inclusiva significa discutir a dignidade e cidadania, o exercício pleno de direitos de crianças com deficiência de conviver e se desenvolver tanto quanto qualquer outra.

A inclusão de crianças com deficiência em ambientes que antes eram ocupados apenas por crianças ditas “normais” representa algo positivo para todos os envolvidos. Compreendendo a escola como um espaço de construção de conhecimento e construção de identidade e cidadania para as crianças, o convívio entre pessoas que apresentam diferenças físicas e intelectuais se mostra como algo saudável pois exercita o respeito e a compreensão da igualdade social. Ao invés de eliminar e suprimir as diferenças, construir um ambiente acolhedor e rico de experiências e vivências estabelece condições mais igualitárias e dignas.

Ao descrever o relato de Wallin a respeito da experiência sueca na introdução da educação bilíngue para crianças surdas, por exemplo, Quadros (1997, p. 35) relata que houve melhora na autoestima dessas crianças, uma maior compreensão do mundo ao seu redor, pois possuem condições de se expressarem de forma autônoma e respeitando sua natureza, não sendo mais forçadas a violarem suas condições para se adaptarem a um mundo hostil a sua existência.

A metodologia aplicada na composição do presente artigo diz respeito à pesquisa bibliográfica, de caráter descritivo, a partir de artigos científicos, dissertações e outros



trabalhos de caráter acadêmico sobre o tema selecionado, bem como a análise de documentos, nacionais e internacionais, os quais representam grande relevância para a discussão.

O objetivo geral desse artigo se configura como a discussão a respeito das práticas inclusivas na educação infantil. Tratando-se de infância e educação, entende-se que é necessário abordar um breve histórico a respeito das suas concepções, a fim de compreender seus paralelos e suas implicações no que diz respeito à educação inclusiva e a infância da criança com deficiência. Para tal, o trabalho tem por objetivos específicos: a) discorrer a respeito da concepção da infância e da educação infantil em paralelo com a questão da deficiência; b) elencar os marcos legais referentes à inclusão da pessoa com deficiência na educação e na sociedade; c) discutir de que forma as práticas inclusivas podem ser aplicadas no ambiente da educação infantil.

Sobre a infância

As narrativas da infância e da educação, tanto no Brasil quanto no mundo, se cruzam em diversos momentos da história da humanidade. A concepção de educação infantil como a conhecemos, por exemplo, é fruto de um longo processo de percepção e estudos a respeito do que se trata a infância e das necessidades dessa fase em específico, as quais nem sempre foram reconhecidas e compreendidas.

Segundo Ariès (1981), a história mostra que, durante a Idade Média, por exemplo, a criança era percebida e tratada como um “mini adulto”, uma versão diminuída dos demais, a qual deveria receber o mesmo tratamento e se portar da mesma forma. Apenas nos séculos XVI e XVII é possível perceber uma mudança nessa concepção, onde a criança passa a ser reconhecido como um ser distinto dos adultos e é tratada como um objeto de entretenimento. A partir do final do século XVII, no entanto, surge a necessidade de, por meio da educação, de “disciplinar a criança dentro dos princípios morais e ensiná-la os cuidados básicos de saúde e higiene” (MARANHÃO, 2018, p. 15).

No século XVII, com o advento das ideias do iluminismo, é possível notar uma significativa mudança de panorama no que tange a compreensão da infância, a qual passa a ser percebida como um ser com particularidades e potencialidades, criativo e alegre (MARANHÃO, 2018, p. 15). Na Revolução Industrial, entretanto, a educação, novamente



de caráter assistencialista, se volta para a necessidade de se manter as crianças pequenas nas escolas para que as mães pudessem trabalhar.

É preciso ressaltar que a história da infância é marcada por violações e abandono. Um dos símbolos de tal abandono e violação Brasil é a Roda dos Expostos, a qual vigorou em meados do século XVIII e XIX e que consistia em um mecanismo criado pela Santa Casa de Misericórdia para “acolher” crianças que eram abandonadas por seus pais (GUIMARÃES, 2017).

No que diz respeito ao histórico de crianças, jovens e adultos com deficiência, o contexto ganha novas nuances. Marcadas por um histórico de exclusão, por muitos anos as pessoas com algum tipo de deficiência física ou mental, as quais divergiam dos padrões de “normalidade” estabelecidos pela sociedade, eram relegadas à eliminação da vida social, permanecendo escondidas e separadas dos demais, ditos “normais”. Parte dessa separação se dava por conta da associação entre deficiência e doença: a crença de que a pessoa com deficiência precisa ser curada do mal que lhe aflige e, por consequência, representa algum tipo de degeneração da espécie humana (MENDES, 1995, apud BARBOSA et al, 2018).

A concepção patológica da deficiência resulta, portanto, em práticas que visam a sua “eliminação” e “cura”. A educação de pessoas com deficiência, logo, tinha tais finalidades: “curar” ou “eliminar” a deficiência por meio da Educação” (VOIVODIC, 2004, apud. BARBOSA et al, 2018).

Segundo Miranda (2003) a atitude da sociedade para com as pessoas com deficiência ao longo da história da humanidade pode ser dividida em algumas etapas, as quais apresentam diferenças significativas quando comparadas ao histórico referente ao Brasil. A autora ainda destaca que, a princípio, as pessoas com deficiência eram negligenciadas, abandonadas e até mesmo perseguidas. Na era cristã, a esses indivíduos eram relegados a caridade e ou o castigo.

A segunda etapa, por volta do século XVIII e XIX, consistia na segregação visando a institucionalização dessas pessoas, no sentido da criação de lugares específicos para o isolamento das pessoas com deficiência. O terceiro estágio, referente ao final do século XIX e meados do século XX, existem registros da criação de locais para a educação “especial” para os alunos com alguma deficiência e, no final do século XX as discussões acerca da deficiência se voltam para um viés integrador.



No que diz respeito ao Brasil, Miranda (2003, p. 3)

A fase da negligência ou omissão, que pode ser observada em outros países até o século XVII, no Brasil pode ser estendida até o início da década de 50. Segundo Mendes (1995), durante esse tempo, observamos que a produção teórica referente à deficiência mental esteve restrita aos meios acadêmicos, com escassas ofertas de atendimento educacional para os deficientes mentais.

Durante os séculos XVIII e XIX, período no qual, como citado anteriormente, era registrado o período da institucionalização na Europa e América do Norte, no Brasil “não existia nenhum interesse pela educação das pessoas consideradas idiotas e imbecis, persistindo, deste modo, a era da negligência” (MENDES, 1995; DECHICHI, 2001 apud MIRANDA, 2003, p. 3).

Educação infantil e práticas pedagógicas de inclusão

Nos dias atuais a concepção da infância e de sua educação se estruturam a partir do princípio de que a criança é “um sujeito histórico e de direitos, que se desenvolve nas múltiplas interações que estabelece com adultos e outras crianças (MARANHÃO, 2018, p. 16).

A educação infantil, segundo a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é o fundamento do processo educacional, ou seja, a base da educação onde todo o conhecimento será construído. O documento sinaliza que a função da escola é complementar a educação feita na família, focando na socialização, autonomia e a comunicação das crianças, sendo essencial um trabalho em conjunto com a família, onde deve-se acolher as vivências e os conhecimentos construídos pelos alunos, onde a escola deve respeitar as diversidades culturais, buscando assim

“[...] ampliar o universo de experiências das crianças, diversificando e consolidando novas aprendizagens, atuando de maneira complementar à educação familiar [...]” (BRASIL, 2018, p. 36).

O professor, como parte desse processo, tem a função de “[...] refletir, selecionar, organizar, planejar, mediar e monitorar o conjunto das práticas e interações, garantindo a pluralidade de situações que promovam o desenvolvimento pleno das crianças.” (BRASIL, 2018, p. 39), pois o professor de educação infantil constrói os primeiros anos escolares, sendo essa a base de toda uma vida estudantil.



Poker et al (2013) afirmam que além de tudo isso, o professor especializado no atendimento educacional especializado (AEE) deve iniciar um trabalho pedagógico fundamentado nas metodologias, habilidades e competências, analisando os recursos disponíveis, a individualidade do aluno para reconhecer suas competências para que assim possa elaborar estratégias para superar ou compensar suas dificuldades:

O professor precisa entender e analisar quais são as especialidades e heterogeneidades de cada aluno conhecendo-o além da deficiência que apresenta, ou seja, analisando sua história de vida, sua família, seu estilo de aprendizagem, seus interesses, suas habilidades, suas competências, suas dificuldades etc (POKER et al, 2013, p. 13)

A BNCC traz como eixo estruturante da educação infantil as interações e as brincadeiras, onde o ambiente escolar deve assegurar os direitos das crianças ao brincar, conviver, expressar-se, conhecer-se, participar ativamente e explorar, buscando com que os mesmos aprendam e se desenvolvam, através de campos de experiências e aprendizagens que são essenciais tanto para as crianças ditas “normais” quanto para as crianças com deficiências. Tais campos de experiências se apresentam da seguinte maneira:

- a) **O eu, o outro e o nós**, no qual a escola deve construir experiências novas as crianças pra que elas entrem em contato com outras culturas, grupos sociais, conhecer e respeitar o diferente onde;
- b) **Corpo, gestos e movimentos**, onde busca-se o desenvolvimento motor das crianças, através de uma aprendizagem para reconhecer as funções do corpo;
- c) **Traços, sons, cores e formas**, no qual a escola deve proporcionar, através de manifestações artísticas, produções culturais e teatrais, um espaço no qual a criança possa manifestar suas habilidades criativas;
- d) **Escuta, fala, pensamento e imaginação**, no qual a criança deve ser estimulada a falar, se comunicar, expor suas opiniões trabalhando assim a sua oralidade, entrar em contato com textos, para que a criança busque se expressar de várias formas usando diferentes recursos;
- e) **Espaço, tempo, quantidades, relações e transformações**, onde deve-se explorar o interesse das crianças em compreender os espaços (rua, bairro, cidade), tempo (dia, semana), os animais, as plantas, o mundo em que vive, sua cultura, explorando seu entorno, buscando analisar o todo.

No que diz respeito ao item “o eu, o outro e no nós”, tem-se o item EI02E005 referente à percepção e respeito às existências daqueles que possuem características físicas



diferentes (BRASIL, 2008, p. 45). Observa-se que são promovidos nos componentes curriculares o acolhimento, respeito às diferenças, a valorização a diversidade, o alto conhecimento de si e dos outros, esse é um dos componentes que constroem uma perspectiva inclusiva.

Essas competências devem ser aplicadas para proporcionar à todas as crianças com deficiência ou não, uma educação de qualidade através de conhecimentos que buscam uma equidade, onde o currículo inclusivo deve ser desenvolvido através de estratégias colaborativas para que seja proporcionado aos estudantes uma relação de convivência e respeito.

A inclusão na educação infantil é de grande importância para o processo de desenvolvimento das crianças, pois, busca desenvolver práticas educativas, que favorecem as capacidades cognitivas, motoras e sociais das crianças, para que as mesmas possam aprender a viver e se relacionar com respeito.

Educação inclusiva e práticas inclusivas

No cenário mundial é possível observar alguns marcos legais significativos para a mudança de paradigma em relação às pessoas com deficiência, a qual se entrelaça com as mudanças dos paradigmas educacionais. Para que essa mudança de paradigma ocorresse, se fez necessário a participação de organizações e instituições nas esferas internacionais e nacionais no que diz respeito à mobilização social e legal. A exemplo disso, podemos citar a Declaração internacional dos Direitos Humanos, publicada em 1984 pela Assembleia das Nações Unidas, motivada pelo crescimento da preocupação com a população em geral logo após a Segunda Guerra Mundial.

Nesse momento, é reconhecida “a dignidade de todas as pessoas e na universalidade e indivisibilidade desses direitos” (BARBOSA et al, 2018, p. 8). Em 1975, a ONU promulgou a Declaração de Direitos das Pessoas Deficientes, na qual abordou problemáticas específicas à comunidade das pessoas com deficiência, a qual foi seguida de um avanço no que diz respeito a discussão da inclusão em território brasileiro, nos anos de 1980 (BARBOSA et al, 2018), período no qual foi publicada a Constituição Federal.

No que tange às publicações internacionais que se seguiram ao longo das décadas de discussão, é possível citar, como um marco a respeito da educação especial e inclusiva, a



Declaração de Salamanca, em 1994, a qual teve o “objetivo da Educação para Todos, ou seja, da Educação Especial sob a perspectiva da Educação Inclusiva, examinando as mudanças fundamentais das políticas públicas educacionais necessárias [...] (UNESCO, 1994 apud BARBOSA et al, 2018, p. 12).

A educação inclusiva surge no cenário mundial e brasileiro, portanto, a partir da segunda metade do século XX, na contramão das concepções anteriores, as quais têm por premissa a educação de crianças com deficiência de forma separada das demais crianças. A partir desse momento, a discussão a respeito da deficiência se desatrela da concepção patológica e passa a considerar a condição de deficiência como “uma patologia social produzida em consequência da organização social e da relação entre o indivíduo e a sociedade [...]” (SASSAKI, 2005).

A partir dessa concepção, intenciona-se percorrer o caminho reverso: ao invés de submeter as pessoas com deficiência à violentas tentativas de adaptação e integração forçada às práticas e culturas das pessoas sem deficiência, a sociedade, dentro e fora da escola, deve passar por uma reformulação. A partir de uma perspectiva inclusiva, se entende que a deficiência só se configura dessa forma, por não encontrar maneiras dentro da sociedade de se expressar de forma autônoma.

As discussões a respeito da responsabilidade pública sobre a construção de um espaço inclusivo tornaram obsoleta a ideia de que a deficiência se trata de uma doença, um problema do indivíduo. O foco da discussão deslocou-se para de que forma a sociedade pode garantir que os direitos e a autonomia das pessoas com deficiência sejam respeitados (GAUDENZI; ORTEGA, 2016). Segundo Sasaki (2005, p. 21) “[...] a inclusão consiste em adequar os sistemas sociais gerais da sociedade de tal modo que sejam eliminados os fatores que excluía certas pessoas do seu seio e mantinham afastadas aquelas que foram excluídas”.

Considerações Finais

Compreende-se, então que as práticas inclusivas devem ser reconhecidas enquanto um esforço coletivo da sociedade e da comunidade escolar para que a inclusão ocorra em diversas esferas e de forma efetiva. Ao longo desse trabalho foi discutido de que forma o histórico de exclusão e negligência das pessoas com deficiência se apresentou em várias



esferas da sociedade e que se estendeu por muitos séculos. Até mesmo nos dias atuais, com o avanço das discussões e a produção de novos estudos, ainda existe preconceito e desinformação. Entende-se aqui que, apesar de necessário e essencial, não é suficiente que as práticas inclusivas sejam aplicadas apenas no ambiente escolar, uma vez que esse representa apenas uma parte da sociedade. No entanto, a escola é um ambiente de formação, construção de cidadania e identidade, especialmente no que diz respeito a educação infantil, período no qual o afeto, a brincadeira e o contato com o outro é vital para o futuro das crianças, para a concepção do eu e do outro, como foi tratado anteriormente.

Dentro do ambiente escolar, se faz necessário que a equipe construa seu plano anual visando a inclusão e o respeito não apenas das dificuldades dos alunos, mas também as suas habilidades para que, além de integrar, unir, aproximar, colaborar e estimular os alunos, eles se sintam acolhidos. É importante também, segundo o relato de Wallin (1990 apud. QUADROS, 1997), ao demonstrar como a educação bilíngue foi positiva para as crianças surdas na Suécia, ressaltar que é positivo que aja a presença de adultos com deficiência compondo o corpo docente e coordenação da escola, para que sejam sempre consultados, visando que o planejamento inclusivo seja construído de acordo com as necessidades reais da comunidade. É importante que a educação inclusiva esteja em constante construção e que seja reconhecida como uma prática essencial para uma educação de direitos e igualdades a todos.

É perceptível a necessidade e compromisso do professor, da escola, da família e do estado na educação infantil, como elemento fundamental no contexto inclusivo e para o desenvolvimento social, para alcançar o objetivo de incluir, promover afeto e identificar as melhores alternativas e ferramentas para inclusão das crianças com deficiência. Ainda, sabe-se que as leis são importantes para garantir direitos as crianças e adolescentes, por mais que muitas vezes não sejam cumpridas, o que perpetua o sistema de exclusão. Levando isso em consideração, os docentes, as famílias e as escolas devem buscar alternativas ou mecanismos certos para cada aluno e aluna, respeitando suas especificidades, criando um ambiente onde eles se sintam acolhidos.



Referências

- ARIÈS, P. **História Social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- BARBOSA, D. S.; FIALHO, L. M. F.; MACHADO, C. J. S. Educação inclusiva: aspectos históricos, políticos e ideológicos da sua constituição no cenário internacional. **Revista Electrónica “Actualidades Investigativas en Educación”**, v. 18, n. 2, 2018.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasil, p, 35-52, 2018.
- EDUCAÇÃO Infantil: como trabalhar a inclusão na escola. **SophiA**, 2019.
- GAUDENZI, P.; ORTEGA, F. Problematizando o conceito de deficiência a partir das noções de autonomia e normalidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 21, n. 10, p. 3061-3070, 2016.
- GUIMARÃES, M. C. A história da atenção à criança e da infância no Brasil e o surgimento da creche e da pré-escola. **Revista Linhas**, v. 18, n. 38, p. 81-142, 2017.
- HENICK, A. C.; FARIA, P. M. F. História da Infância no Brasil. In: Congresso Nacional de Educação, 2015. Proceeding [...], p. 25824-25834.
- MARANHÃO. **Caderno de orientações pedagógicas: educação infantil**. São Luís: Governo do Estado. Secretaria de Estado da Educação, 2018.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, 2018.
- MIRANDA. A. A. B. **História Deficiência e Educação Especial**. Uberlândia, MG: Unimep, Universidade Federal de Uberlândia, 2003.
- POKER, R. B.; MARTINS, S. E. S. O.; OLIVEIRA, A. A. S. et al. **Plano de Desenvolvimento Individual para o Atendimento Educacional Especializado**. Oficina Universitária - Cultura Acadêmica, 2013.
- QUADROS, R. M. **Educação de Surdos: A aquisição de linguagem**. Porto Alegre: Artmed, 1997.
- SASSAKI, R. K. Inclusão: o paradigma do século 21. **Revista da Educação Especial**, p. 19-23, 2005.



A CONTRIBUIÇÃO DE JOGOS E BRINCADEIRAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

*Daniele de Nazaré Lopes
Paloma Antônia Ferreira
Rosiane Ferreira Gonçalves*

Introdução

No ambiente escolar, as crianças estão iniciando momentos de grandes estímulos, importantes para a sua integração pedagógica. Nesses momentos, é fundamental a organização de espaços que criem oportunidades para as brincadeiras e jogos. Ao promover ambientes facilitadores, a criança solta a imaginação e vivência diversas experiências sensoriais e espontâneas. Nessa dinâmica, surgem as perguntas: Como planejar e promover jogos e brincadeiras que transformem a realidade dos educandos? E como acontece essa contribuição no processo de ensino e aprendizagem?

Este artigo tem por objetivo responder estas questões, realizando uma reflexão sobre as contribuições dos jogos e brincadeiras na educação infantil e atualizando o debate.

Conceitos de Jogos e Brincadeiras

Jogos e brincadeiras são instrumentos que envolvem o imaginário das crianças e proporciona atividades prazerosas de conhecimento, transformando o meio em que vivem. Para Kishimoto (2010) brincar é uma ação em que a criança interage e aprende. Brincar é uma assimilação, com um exercício cognitivo, equilibrando a estrutura mental; onde o brinquedo é responsável pela ampliação do conhecimento na Zona de desenvolvimento Proximal, que satisfaz o seu desejo (LUIZ et al, 2014).

Para Wallon (2007), os jogos e brincadeiras estão relacionados ao lúdico, à emoção e à afetividade. Wallon defende que a aprendizagem deve ocorrer de forma efetiva, sendo necessários afetos e movimentos e também ficar atento aos interesses das crianças e não só introduzir conteúdos de forma contínua, mas fazer a introdução de atividades lúdicas como jogos. O autor pontua que a diversão deve despertar a capacidade de articular e interagir com os colegas sem preocupações com a parte da didática. Ele articula também que o desenvolvimento irá ocorrer tanto na área física quanto na social, sendo fatores importantes para a formação da personalidade da criança.



Para Moreira, Mota e Vieira (2021), as brincadeiras e os jogos, envolvem ludicidade, criatividade, em atividades que enfatizam o crescimento da interação social e o potencial cognitivo e motor.

Brinquedos são objetos que auxiliam a aprendizagem e instigam a imaginação da criança, fazendo com que realizem as situações do dia-a-dia, nas brincadeiras. O brinquedo se torna uma ferramenta dinâmica, favorecendo a conquista da confiança da criança pelo adulto.

Jogos é um sistema linguístico interligado à linguagem diária, que se adapta ao local e contexto das práticas.

O jogo também possui regras explícitas e implícitas, sempre seguindo uma ordem. Luiz et al (2014) destacaram que os jogos e as brincadeiras ajudam na construção do conhecimento, assim como os outros autores como Kishimoto (2010) cujo os resultados estão relacionados ao desenvolvimento físico, cognitivo, afetivo, social e motor da criança. Assim nessa diversidade ampla do brincar, o Professor e a escola, podem explorar e encontrar ricos ganhos pedagógicos, tornando a aula atrativa, planejada, organizada, dinâmica e inclusiva.

Como descreveu Vygotsky (1988, p. 48):

A brincadeira é uma necessidade da criança. Ela se desenvolve no contexto das práticas histórico-culturais e surge do interesse de dominar o mundo. Por isso, ela age sobre os objetos como fazem os adultos. Durante o desenvolvimento das brincadeiras, são estabelecidas relações humanas e sociais. [...] é no brinquedo que a criança aprende a agir numa esfera cognitiva, exercendo uma enorme influência no seu desenvolvimento, ou seja, a brincadeira tem um papel fundamental no desenvolvimento da criança, porque permite que, ao substituir um objeto por outro, ela opere com o significado das coisas, dando um passo importante em direção ao pensamento conceitual, que se baseia nos significados e não nos objetos.

Planejamento com jogos e brincadeiras

Para uma elaboração eficiente de atividades lúdicas, o educador deve pesquisar e construir jogos e brincadeiras de acordo com sua área de ensino, possibilitando estratégias seguras e estimulantes. Com uma postura pedagógica articulada às vivências, o educador deve oferecer um espaço na escola ou fora dela, que seja reflexivo, acolhedor, harmonioso, que venha diminuir as frustrações, desânimos, ansiedades e inquietudes que a criança



experimental. Pois estamos na época digital, que tira a atenção da criança e deixa ela atenta a tudo que acontece ao seu redor. Nessa reflexão temos os seguintes parâmetros. Parte do trabalho do educador é refletir, selecionar, organizar, planejar, mediar e monitorar o conjunto das práticas e interações, garantindo a pluralidade de situações que promovam o desenvolvimento pleno das crianças (BRASIL, 2017, p. 39).

Todo aprendizado é importante, inclusive aqueles que as crianças trazem consigo; são pontes de participação efetiva que favorecem o acesso às brincadeiras, despertando o diálogo e preparando-as para um comportamento humanizado. Facilitando a união, e tendo o distanciamento da competitividade, possibilitando a autonomia, identidade, compartilhamento de ideias e emoções e adquirindo novos aprendizados. Com empenho e dedicação, o educador bem articulado e sabendo o que vai planejar, não se distancia das necessidades reais do seu público alvo. Estabelecendo prioridades o professor e sua equipe pedagógica se tornam articuladores de metas educativas eficientes.

Segundo Freire (1996, p. 53), é necessário o educador saber desse ponto importante:

[...] saber que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção. Quando entro em uma sala de aula devo estar sendo um ser aberto a indagações, à curiosidade, às perguntas dos alunos, a suas inibições; um ser crítico e inquiridor, inquieto em face da tarefa que tenho-a de ensinar e não a de transferir conhecimento.

Essa é a bandeira real do verdadeiro educador, que sempre busca o novo, não esquecendo a sua compreensão como, base para uma boa troca de experiências.

Contribuições para a aprendizagem escolar

A inclusão de jogos e brincadeiras no âmbito escolar possibilitam o processo de ensino e aprendizagem da criança, pois traz a construção da reflexão, autonomia e a criatividade, sendo possível uma relação que aproxima ao processo do desenvolvimento. Portanto, através dessas experiências, as crianças estabelecem o contato com o mundo e consigo mesma, tendo percepções e construções de ideias em tudo ao seu redor.

Piaget (1982) destaca que é através do lúdico que o desenvolvimento da criança é possível, que a mesma precisa brincar para crescer. Com esse pensamento compreendemos



a importância do lúdico na infância pois através dele, a criança se satisfaz; realiza seu desejo de explorar o mundo ao seu redor.

Compreendemos a contribuição dos jogos e brincadeiras no desenvolvimento da criança tanto no aspecto cognitivo quanto no aspecto emocional e também no aspecto físico-motor. A ação do educador é de suma importância nesse processo de mediação ensino-aprendizagem com os educandos, na observância no comportamento dos mesmos, identificando a necessidade de cada aluno e a partir disso aplicar e utilizar os jogos e brincadeiras da melhor forma, que venha a contribuir com sucesso na interação e na aprendizagem dessas crianças e não sendo somente uma forma de diversão, mas uma aprendizagem significativa, que se tornam como vínculos fortes: vivenciar a linguagem corporal e as diversas emoções construídas; aprender a divisão de tarefas e as responsabilidades que elas trazem; propicia a criança o desenvolvimento da sua personalidade afetiva, motricidade, inteligência, sociabilidade e criatividade.

Observamos que o reconhecimento das atividades lúdicas que utilizam de jogos e brincadeiras pelos educadores, como instrumento de ensino-aprendizagem contribuem na formação e socialização dos educandos, proporcionando aulas motivadoras e prazerosas. Este tipo de atividade contribui para um bom desenvolvimento cognitivo afetivo e social e também ajuda a estimular o raciocínio lógico, a cooperação, criatividade e coordenação, transformando o divertimento em aprendizagem para sua vida.

Jogos e Brincadeiras

Para os autores Carvalho e Nobre (2021, p. 285) os jogos favorecem o hábito de estudo, assim como na matemática os jogos se tornam com significância, exemplo: O jogo Pega Varetas, que monitorado pelo professor, possibilita estratégias de ensino de números e cores, instigando o raciocínio lógico e a concentração.

Outra sugestão que os autores fazem é do jogo de Quebra-cabeça, que ao ser manuseado ensina as formas geométricas e associa o criar e recriar. Nessas experiências de interação, os autores afirmam que o jogo Tangram, por exemplo, é um ótimo aliado para trabalhar movimento, habituar-se a cumprir regras, estimula o pensamento rápido e o letramento matemático.



No ensino, existem várias possibilidades para diversificar as brincadeiras e utilizar os jogos. Com o objetivo de recuperar a reflexão, cooperação, coordenação motora, ideias de espaço e convivência. Dentre essas capacidades, podemos citar o jogo da Memória, como o nome já diz treina a memória visual, reforça o domínio cognitivo, amplia a compreensão de cores e tamanhos. Nesta atividade as crianças aprendem seus sentimentos e a controlar a impulsividade.

Jogos de batalha naval; dominó; bingo; tabuleiro; estimulam o comportamento e promove condições de tomar decisões e de atuar de forma positiva. Em seguida temos as brincadeiras, um exercício constante de expressões, significados, descobertas, invenções, percepções e inteligência. No qual aprimora as tarefas de aprendizagens, fazendo uma ruptura com o habitual da rotina.

Nesse contexto, podemos utilizar as brincadeiras que já estão sendo esquecidas, mas que favorecem de forma saudável as crianças. Como o pega-pega, que envolve várias faixas etárias, estimula o físico, o psicológico, a agilidade ao correr e a motivação de estar entre amigos. Outras são fantásticas com metodologias exploratórias que são: Pula corda; estátua; morto e vivo; amarelinha; esconde-esconde; cabra-cega; queimada; elástico; corre-cotia... Elas possibilitam estratégias; equilíbrio; psicomotricidade; espírito de equipe; trabalha o eu e o seu ser social, afetivo, motor e intelectual. Brincadeiras de roda são ótimas ferramentas, para o professor trabalhar a percepção do outro, o respeito às diversidades culturais, os valores, a família, a sociedade, os preconceitos e os valores equivocados.

Assim, para Almeida (2007) o ato de brincar é muito rico em atividades geradoras de alegrias e prazeres, e que não estão relacionadas às regras estabelecidas e nem a obrigação de certos objetivos que neutralizam a diversão para a criança.

Considerações finais

Em síntese, destacamos que o ato de brincar é fundamental para a formação da criança, para ela se adaptar e se conhecer. Entre os diversos fatores, sabemos que onde a criança atua e se desenvolve na zona de desenvolvimento proximal, resulta em um processo de aprendizagem criativo e amplo, que dialoga de forma leve e desafiadora.



As brincadeiras facilitam a convivência, o desejo de aprender, de ressignificar conceitos já existentes. É brincando, que o educador se motiva, encontrando no lúdico um grande aliado, se apropriando de novos saberes.

Referências

ALMEIDA, J. S. **A importância dos jogos e brincadeiras como práticas pedagógicas nos anos iniciais do ensino fundamental**. Monografia (Conclusão de Curso). Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, Paraíba, 2021.

ALMEIDA, P. N. **Língua portuguesa e ludicidade**: ensinar brincando não é brincar de ensinar. Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, 2007.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: Ministério da Educação, 2017.

CARVALHO, G. M.; NOBRE, J. F. F. Contribuições dos Jogos e Brincadeiras no Ensino de Matemática na Educação Infantil. **Revista Humanidades e Inovação**, v. 8, n. 32, 2021.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

KISHIMOTO, T. M. (Org.). **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. São Paulo, Cortez, 1996.

LUIZ, J. M. M.; SANTOS, A. C. B.; ROCHA, F. F.; ANDRADE, S. C.; REIS, Y. G. Concepções de jogo conforme Vygotsky, Piaget, Wallon. **EFDeportes.com, Revista Digital**, Año 19, n. 195, 2014.

MOREIRA, J. G. R.; MOTA, R. S.; VIEIRA, M. A. A Contribuição da Brincadeira na Educação Infantil: Uma das ferramentas utilizadas como forma de desenvolvimento cognitivo e motor. **Revista Latino-americano de Estudos Científicos**, v. 2, 2021.

PIAGET, J. **O nascimento da inteligência na criança**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

VYGOTSKY, L. S.; LURIA, A. R.; LEONTIEV, A. N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. São Paulo: Ícone; EDUSP, 1988.



A INFLUÊNCIA DA POSTURA PEDAGÓGICA DO DOCENTE NO AMBIENTE ESCOLAR

*Diegon Carvalho da Silva
Layane Beatriz Nascimento
Talita Araújo*

Introdução

As implicações internas e externas no ambiente escolar que influenciam o processo de aprendizagem são muitos e diversos porque o aluno em processo educativo formal absorve todos os meandros do meio em que está inserido.

É imprescindível entender como os alunos se sentem em sala de aula, suas especificidades, emoções e objetivos, bem como, o fato de estarmos vivenciando um momento pandêmico pode colocar a saúde mental em cheque tanto dos docentes assim como dos discentes. Nesse viés, o professor torna-se um dos pilares que pode fazer o aluno se sentir realizado ou não. O discente sente-se realizado a partir do momento em que cria e espera do docente as coordenadas para seguir ou trilhar o caminho que fará alcançar o seu propósito. No entanto, quando esta relação não é amena ou o professor não sabe lidar com a sua turma, o que poderia ser um processo educacional para os formandos pode tornar-se um problema. Diante dessas perspectivas, é fundamental investigar qual a influência do professor sobre o aluno. (ALVES, 2005).

Logo, o objetivo deste texto consiste em analisar a influência da postura pedagógica do docente no ambiente escolar.

Para alcançar os resultados pretendidos, utilizou-se da pesquisa bibliográfica realizando levantamentos em artigos com o intuito de reunir as informações relevantes acerca desta temática. Também foi utilizada a pesquisa documental como forma de analisar as bases teóricas que tenham relação com o tema e também com o intuito de organizar os dados obtidos para propor respostas às questões levantadas. Dentre os documentos levantados foram utilizados os artigos: “O professor e o ato de ensinar” (TUNES et al, 2005), e “O” papel do professor na promoção da aprendizagem significativa” (SANTOS, 2008).



O professor em sala de aula e suas práticas no ato de ensinar

É evidente que para se alcançar um processo de ensino aprendizagem efetivo o professor se torna um dos pilares na busca por este ato, uma vez que cabe a ele escolher os procedimentos, métodos e tomadas de decisão que possam contribuir com a aprendizagem significativa. Neste sentido, analisar os melhores mecanismos para tal objetivo requer uma minuciosa reflexão no que diz respeito à prática do docente, no intuito de identificar e eliminar ações que tornem o ensino autoritário e que inibam a autonomia do aluno. Por isso, baseado nas concepções de Júlio Cesar Furtado dos Santos (2008) sobre esta temática, iremos citar algumas maneiras e comportamentos que podem ser incluídos na prática do professor, com vistas a alcançar a aprendizagem significativa.

A primeira delas é com relação à maneira ultrapassada do formato de aula, onde os alunos assistem passivamente ao conteúdo e os professores somente “depositam” o conhecimento sem levar em consideração as experiências individuais que cada um carrega consigo. Logo, para mudar este fato, é necessário que os estudantes participem ativamente do seu processo de aprendizagem, no que o autor define como “personagem principal” de uma novela que se chama aprendizagem. Outro ponto a ser destacado diz respeito a encontrar formas de desafiar os alunos, pois segundo o autor: “(...) desafiar os conceitos já aprendidos, para que eles se reconstruam mais ampliados e consistentes, tornando-se assim mais inclusivos com relação a novos conceitos”. (SANTOS, 2008). Assim sendo, cabe ao docente propor meios pedagógicos criativos e estimulantes que possam atrair a atenção dos discentes, despertando a inquietação e conseqüentemente a busca por respostas.

Além desses aspectos já mencionados, iremos abordar mais dois pontos mencionados pelo autor, que ao nosso ponto de vista são relevantes na busca pela aprendizagem significativa, são eles: promover a interação e levantar a autoestima dos alunos. Sobre o primeiro, é fundamental que para além das ações do professor haja a interação de experiências entre os estudantes, uma vez que esta ação promove a troca de ideias, opiniões e percepções assim como, amplia a própria percepção dos alunos, pois para Vygotsky “na ausência do outro, o homem não se constrói homem” (VYGOTSKY, 2002).

Com relação ao segundo ponto, aumentar a confiança do aluno traz conseqüências positivas no processo de ensino aprendizagem, pelo fato de que promove o sentimento de fazer parte deste processo de aprender, assim como, motiva-o na busca pelo conhecimento e pela autonomia. Todas as ações citadas perpassam pela ação do docente, que precisa estar



atento as especificidades coletivas da turma na qual faz parte, de modo a tomar as decisões cabíveis para alcançar a almejada aprendizagem significativa (SANTOS, 2008).

A relação professor e aluno

A boa interação e relação do professor com o aluno em sala de aula é de fundamental importância, uma vez que é necessário um ambiente harmônico para acontecer o ensino-aprendizagem. Dessa forma, é possível compreender também que a postura pedagógica do docente influencia o aluno no campo educacional, ou seja, se o professor tem atitudes positivas tal comportamento irá auxiliar o discente a agir e aprender melhor, porém, se o professor encontra-se cansado, doente ou até mesmo se portar de maneira inadequada em sala de aula o efeito sob os alunos será negativo, isto é, os alunos podem perder de maneira significativa o ânimo para com os seus estudos e podem até mesmo se tornarem agressivos.

Nessa perspectiva, ensinar e aprender traduzem-se num encontro que revela e que compromete. Se, do ponto de vista científico, negamos que o professor tenha capacidade mística de “modelar a alma alheia”, é precisamente porque reconhecemos que sua importância é incomensuravelmente maior (VYGOTSKY, 2002).

De fato, o professor é um grande influenciador e desse modo, a postura que o mesmo exercer pode comprometer o ambiente escolar de maneira positiva ou negativa e a escola é um espaço privilegiado de formação de homens e mulheres em sociedade e “é claro que o aprendizado vai além de seus muros, mas é na escola que ainda se ajuda a formar o caráter de pessoas compromissadas com a causa alheia e alguns só dispõem da escola para ter esperança no futuro” (VALE, 2017, p. 109). Além disso ela é

Admitida como função primordial da educação o nutrir possibilidades relacionais, a relação professor- aluno deve, necessariamente, pautar-se na confiança mútua, na maneira com que o professor, efetivamente, promove métodos disciplinados, críticos e reflexivos de questionamentos e indagação, que Buber considera essenciais para a aprendizagem e o conhecimento autênticos. (MURPHY, 1988 apud TUNES et al, 2005, p. 693).

Para Vygotsky (1988) o professor é organizador do ambiente social, um mediador que se apresenta como um importante parceiro no processo de ensino-aprendizagem. Sendo assim, não há dúvidas sob a influência da postura pedagógica sob os seus alunos. Portanto,



é mister que os professores analisem pontualmente suas aulas e práticas pedagógicas, afim de iluminar o ambiente escolar de maneira positiva e eficaz.

Impacto das decisões pedagógicas

É viável falar que a postura do professor em sala de aula interfere diretamente no comportamento do seu aluno, seja de forma ou boa ou não. Falar em postura do professor em sala de aula é falar não apenas da expressão corporal, mas também das decisões, reações, atitudes, diálogos, formas se ensinar e avaliar que este educador tem sobre seu aluno. Por esse motivo é importante falar de cinco aspectos que estão inseridos nas decisões pedagógicas e que dependendo da forma que for aplicada pelo mediador pode ocasionar resultados positivos ou negativos na formação educacional dos alunos, são estes aspectos: A escolha dos objetivos de ensino; a decisão sobre o início do processo de ensino; a organização dos conteúdos de ensino; a escolha dos procedimentos e atividades de ensino; a escolha dos procedimentos de avaliação do ensino.

- *A escolha dos objetivos de ensino:*

Escolher os objetivos de ensino é fundamental dentro de uma instituição escolar, sendo os docentes os grandes agentes desse momento. Porém um grande problema muito recorrente é quando o aluno não reconhece a relevância dos objetivos de ensino para sua vida social, estudantil e futuramente profissional, e isso ocorre, pois, os objetivos de ensino não ficam explícito para os alunos, e essa falta de clareza interfere na relação professor e aluno.

- *A decisão sobre o início do processo de ensino:*

Um dos grandes erros que os profissionais da área da educação cometem em sala de aula, é iniciar um plano de ensino sem antes conhecer a sua turma, sem saber o conhecimento que os seus alunos já obtêm, para a partir daí então iniciar o processo de aprendizagem. Para Leite (2012 p. 363):

O início do ensino deve ser definido somente após o professor realizar uma breve avaliação diagnóstica sobre os conteúdos julgados como essenciais, para que o aluno tenha as condições para iniciar o ensino a partir de um ponto determinado. Com



isso, diminuem-se as chances de um fracasso prematuro do aluno – e as consequentes relações afetivas negativas

- *A organização dos conteúdos de ensino:*

A forma como os conteúdos de ensino é organizada pelos professores e aplicados em sala de aula com o aluno, tem grande impacto na relação entre o mediador do conteúdo e o indivíduo que vai receber as informações.

Quando não há uma ordem cronológica por exemplo dos conteúdos que serão ministrados em sala de aula, isso impossibilita o aluno de aprender, pois instruir os alunos de forma aleatória e desorganizada provoca consequências negativas, tanto do professor e aluno quanto do aluno e do próprio objeto de ensino. A conduta do professor tem grande influência sob o aluno nesse aspecto.

- *A escolha dos procedimentos e atividades de ensino:*

Essa escolha está associada a quais recursos serão usados durante a aula para promover ensino, como por exemplo: leituras, slides, trabalhos em equipes, entre outros. E a forma como o professor ministra esses recursos em sala de aula vai dizer muito os resultados que terão futuramente. Então pode-se dizer que uma atividade bem escolhida e adequadamente realizada aumenta a chance de êxito na aprendizagem do aluno. Da mesma forma, pode-se dizer o mesmo se a atividade for realizada de forma inadequada por parte do docente. Segundo Leite (2012 p. 364):

uma atividade de ensino pode ser inadequada por algum problema na sua organização interna: pode ocorrer a ausência de instruções claras, ou ocorrência de intervenções inadequadas por parte do professor, falta de correção com relação ao desempenho do aluno, ou mesmo ausência de atividade relevante prevista para o aluno realizar. Quando tais problemas são frequentes ou adquirem uma grande proporção, a atividade escolar pode se tornar uma prática extremamente indesejável e desmotivadora para o aluno, produzindo, geralmente, efeitos desastrosos e, obviamente, deteriorando, às vezes por completo, as possíveis relações afetivas entre o aluno e os conteúdos abordados.

Outro fator que coopera para os resultados positivos ou negativos entre o professor e aluno na realização de atividades é a própria relação interpessoal entre ambos, o que se baseia entre olhares, posturas, diálogos, tom de voz, proximidade e contatos; estes implicam



em um enorme poder de impacto seja de forma boa ou ruim, e o que concretizará isso é a forma de como será vivenciada.

- *A escolha dos procedimentos de avaliação do ensino:*

Existe atualmente um tipo de avaliação considerada tradicional e que promove um grande índice de fracasso educacional que é a avaliação de ranqueamento, onde nessa avaliação há a separação dos melhores e dos piores. E por conta disso a avaliação pode se tornar frustrante quando seus resultados são usados contra o aluno.

Nós tempos atuais as avaliações estão sendo de formas brutais, onde o aluno acaba sendo punido de forma constrangedora por um erro ou outro. A forma como a avaliação é aplicada pelo professor diz muito sobre quais resultados ele vai obter sobre o aluno, seja negativo ou positivo, de aproximação ou repulsão. Por isso deve-se pensar em uma proposta onde os resultados do processo de avaliação possam sempre ser utilizados a favor do processo de aprendizagem do aluno, com isso a lógica do processo avaliativo tradicional é alterada.

Diante desse fator pode-se dizer que o método avaliativo deve ser utilizado pelo professor não como forma de castigar, constranger ou minimizar o aluno, mas de revisar a condição de ensino deste e a partir daí criar novas estratégias que possibilitem o aluno se apropriar de forma adequada dos conteúdos e ajudar em seu processo de ensino e aprendizagem.

Considerações finais

Destarte, diante do exposto é preciso que o professor analise a sua postura pedagógica de modo detalhado no que concerne transmitir o conhecimento aos seus alunos para que de fato a aprendizagem e o conhecimento venham ser transmitidos da melhor maneira possível e assim o estudante se desenvolva na escola e fora dela através dos conhecimentos adquiridos na sala de aula, e assim possa visualizar novos horizontes e ter excelentes oportunidades e condições para agir como um cidadão que cumpra com os seus deveres e vai de forma crítica atrás de seus direitos previstos em lei.

Segundo Alves (2005), “um bom professor tem de ser um mestre de analogias. Uma boa analogia é um flash de luz.” (p. 88)



Em outras palavras, de acordo com o pedagogo e psicanalista brasileiro, um bom professor necessita aproximar o aluno do conhecimento, das situações cotidianas que em suma sempre envolvem resoluções de problemas, isto é, o professor deve formar pessoas críticas, da quais saberão se portar diante das situações da vida, e sobretudo, ter noção e sensibilidade de agir como um ser humano tendo empatia e respeito pelo próximo, uma vez que, a educação não começa apenas em altos índices como em dados de pesquisas científicas por exemplo, mas também em critérios básicos como ser educado e olhar para todos de forma igual e sem distinção como estar previsto na Constituição Federal de 1988. Portanto, para Paulo Freire “Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade”. Logo, entende-se que a base da postura pedagógica é a educação acolhedora que se importa em escutar o aluno e o deixa se envolver com o conhecimento afim que ele seja o principal construtor de sua história, crescimento e sonhos.

Referências

ALVES, R. **Entre a ciência e a sapiência: o dilema da educação**. São Paulo: Loyola, 2005.

LEITE, A. S. S. Afetividade nas práticas pedagógicas. **Temas em psicologia**, v. 20, n. 2, pág. 355-368, 2012.

SANTOS, J. C. F. **O papel do professor na promoção da aprendizagem significativa**. Formação Continuada de Gestores Escolares e Professores, 2008. Disponível em: <https://juliofurtado.com.br/>

TUNES, E.; TACCA, M. C. V. R. BARTHOLO JÚNIOR, R. S. O professor e o ato de ensinar. **Cadernos de Pesquisa**, v. 35, n. 126, p. 689-698, 2005.

VALE, C. Subsunção do público ao privado na educação paraense. 2017. 124 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

VYGOTSKY, L. S. **A Formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 235 p., 2002.

VYGOTSKY, L. S.; LURIA, A. R.; LEONTIEV, A. N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. São Paulo: Ícone; EDUSP, 1988.



A IMPORTÂNCIA DA PESQUISA PARA A PRÁTICA PEDAGÓGICA

Giovanna Barros Martins

Introdução

Ao longo dos tempos, as metodologias utilizadas por diversos docentes vêm sofrendo alterações significativas, tais transformações fermentam a redução da utilização de métodos tecnicistas e tradicionalista, e estimulam a introdução de novos métodos de ensino, conseqüentemente, nota-se que a implementação de práticas inovadoras, condiciona a busca de diferentes formas de pesquisas e ensinos, para serem aplicados dentro ou até mesmo fora das salas de aula.

De acordo com Freire (2002) não há docência sem discência, com isso entendemos que ensinar requer compromisso, ética e respeito à autonomia que se faz por intermédio do diálogo, pela troca de saberes mediante a construção de conhecimento não só do educando, mas também do seu educador, pois através dessa reciprocidade, o professor ao ensinar, aprende, assim também como o aluno ao aprender, em breve será apto para ensinar. Neste sentindo, percebe-se que ensinar não é apenas transferir conhecimentos ou deposita-los em seus alunos como se fossem apenas receptáculo vazios, se faz pela desmistificação de métodos tecnicistas os quais visam conteúdos memorizados mecanicamente. Sendo assim, ensinar refere-se a criar possibilidades para que sejam capazes de produzir e construir conhecimentos.

A construção de conhecimento se faz mediante a leitura das experiências vividas pelo indivíduo, com isso entendemos que o conhecimento é acumulativo e se faz pelo processo de aprendizagem do sujeito, o termo “construção” aplicado às práticas educativas pode ser entendido por meio das reflexões e pesquisas sistemáticas que acarreta em novos conhecimentos. Por meio disto, observamos que a prática pedagógica requer pesquisa, ou seja, não há ensino sem pesquisa, assim como também não há pesquisa sem ensinar, dessa forma,

enquanto ensino continuo buscando, reprocuro. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquisa para constatar, constatando, intervenho, intervindo educo e me educo. Pesquisa para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade (FREIRE, 2002, p.14).



A pesquisa e a prática pedagógica apresentam uma estreita relação, assim, sendo possível verificar a importância da pesquisa educacional para as práticas pedagógicas, onde a mesma é entendida como um instrumento crítico e reflexivo, o qual possibilita o docente a ter conhecimento da realidade para transformá-la, visando o aprimoramento de suas práticas e a autonomia do mesmo. Ademais, vale ressaltar que os professores desempenham um papel imprescindível no desenvolvimento da capacidade de sujeito autônomo em seus educandos, pois o ser humano é um sujeito inacabado que se encontra em constante evolução e humanização, através do processo de conscientização e diálogo juntamente a uma pedagogia libertadora, é possível a formação de seres críticos, autônomos e consciente do seu papel histórico no mundo.

Dessa forma, observa-se a importância da formação de um profissional reflexivo/pesquisador, apto para analisar e melhorar suas práticas, para que por meio dela, o educando possa ser estimulado a criar, pensar e desenvolver pensamentos críticos.

A Pesquisa como chave para a Prática Pedagógica

No primeiro capítulo do livro “Metodologia do Trabalho Científico”, Severino (2007) discorre a respeito da construção do conhecimento no ensino superior, o dever da Universidade no processo de formação do indivíduo sendo a formação cidadã, profissional e científica e os recursos como ensino, pesquisa e extensão, os quais devem ser utilizados para a obtenção desses objetivos.

De acordo com o autor, o ensino superior visa atingir três objetivos, sendo eles articulados entre si. O primeiro é a formação de profissionais, o segundo está na formação dos cientistas e o terceiro consiste na formação do cidadão. Esses objetivos têm como função despertar uma consciência histórica, social e pessoal no estudante, fazendo com que ele entenda sua inserção no ambiente em que vive e na própria humanidade. Sendo assim, para que haja a obtenção de tais metas dentro da Universidade, a mesma desenvolve atividades de ensino, pesquisa e extensão, salientando que, de acordo com o autor, a atividade de pesquisa serve como base para o desenvolvimento e funcionamento das outras atividades.

Segundo Severino (2007), só se aprende e ensina, pesquisando. O autor considera de extrema importância a ação da pesquisa nas Universidades, embora a cultura da educação social brasileira entenda o espaço apenas como um ambiente responsável pela transmissão



do conhecimento e não para a sua construção. Desse modo, vale ressaltar que, para Severino (2007), é necessária uma construção do conhecimento que deve ser obtida pelos estudantes através de suas experiências, não sendo algo apenas absorvido por eles. Com base nisso, podemos destacar a crítica feita pelo autor ao modo como retratam o conhecimento, referindo-se somente a um produto e descartando o processo por trás.

Ao decorrer do capítulo, o autor enfatiza que, na Universidade, a pesquisa assume uma tríplice dimensão, as quais correspondem a: epistemológica, em que trata-se da perspectiva do conhecimento; pedagógica, que decorre da sua relação com a aprendizagem e, por fim, a social, que corresponde a perspectiva de extensão. A partir do entendimento correspondente a essas perspectivas, pode-se analisar uma pedagogia apta a superar a universitária tradicional, visto que o ensino/aprendizagem deixa de ser apenas a capacidade do estudante de memorizar conteúdos, e torna-se a aplicação do entendimento e reflexões sobre os fatos e noções. Para Severino (2007), a pesquisa ocupa um espaço fundamental na produção do conhecimento, haja vista que a partir dela que são de fato construídos os entendimentos acerca dos objetos a serem estudados.

Por essa óptica, a pesquisa como um todo apresenta fundamental importância no processo de prática pedagógica, uma vez que é responsável por tornar o profissional cada vez mais apto a exercer sua função de educador, além de auxiliar esse indivíduo a lidar com diversas situações pedagógicas e sociais de forma mais simples, haja vista sua experiência no campo da pesquisa. Portanto, todo o processo que envolve a pesquisa, de acordo com o autor, é de extrema importância para a o processo de prática pedagógica e desenvolvimento profissional nesse campo. Para Severino (2007):

embora seja uma prática teórica, a pesquisa vincula pensamento e ação. Ou seja, nada pode ser intelectualmente um problema, se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática. (p. 17)

Considerações Finais

Em síntese, podemos compreender a grande relevância da pesquisa para a prática pedagógica, tendo em vista Freire (2002) e Severino (2007), os quais apontam em seus estudos a correlação entre ambas. Dessa forma, acredita-se que a prática pedagógica aliada ao processo de pesquisa seja a principal chave para o ensinamento e aprendizado mais verdadeiro, uma vez que a vivência tem a capacidade de transformar os indivíduos. Assim,



é significativo para a educação que os profissionais dessa área se tornem mais engajados em projetos de pesquisa, principalmente durante a formação, afim de acumular conhecimentos que proporcionem melhores experiências durante as práticas pedagógicas.

Referências

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes práticos à pratica educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

SEVERINO, A. J. As três dimensões da pesquisa no ensino superior: epistemológica, pedagógica e social. *In*: **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2007, p.21-36.



PESQUISA COMO COMPLEMENTAÇÃO NA DIDÁTICA DO ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL

*Sofia Victoria Andrade de Souza
Thayná de Cassia Botelho da Silva
João Antônio Fonseca Lacerda Lima*

Introdução

Quando se fala em pesquisa, logo é remetido a ideia de pesquisas científicas, qualitativas, quantitativas, entre outras. Porém, é de extrema importância a inclusão das pesquisas tanto no ensino infantil quanto no ensino fundamental, por exemplo, pesquisas bibliográficas, para que a partir dessas buscas sejam apresentadas em conteúdos com fundamentos teóricos, que podem ser utilizados na prática de sala de aula. Logo, as instituições que somente repassam o conteúdo, o que acaba por tornar o aluno em um mero ouvinte, pois não buscam por fundamentos e não exerce a prática em sala ou em seu cotidiano.

Segundo Demo (2003, p.86) a pesquisa pode ser um meio que venha a agregar para “o desenvolvimento da autonomia intelectual, da consciência crítica”. Considerando esse pensamento, a pesquisa inserida na didática de sala de aula contribui grandiosamente para que os alunos sejam instigados a buscar o conhecimento e colocá-las em prática e a partir disso criar suas próprias concepções e ideias sobre os conteúdos repassados. Além de fazer com que essa investigação venha a ser uma prática que tenha como princípio o educar.

E fundamental que seja abordado a forma com que o professor possa encaixar a pesquisa em seu método de ensino, ou seja, através de atividades baseadas em buscas onde a teoria contribui para a prática em sala e no meio em que cada um vive. Além disso, é necessário que seja discutido a importância e a utilidade que a pesquisa dispõe em sala de aula.

Diante disso, promover soluções para que haja um ambiente escolar onde a teoria venha a instigar a pesquisa para assim ter conhecimento dos fundamentos e consequentemente passe a colaborar para a prática tanto no ambiente escolar quanto na vida social.



Os desafios em torno da inclusão da pesquisa na didática do professor em sala

É perceptível que as escolas em sua maioria não possuem estrutura para pesquisas mais elaboradas e aprofundadas, visto que por muitas vezes falta verba para necessidades básicas nas instituições de ensino. Porém, é possível que sejam aproveitados os instrumentos disponíveis para realizar pesquisas mais simples que demandam menos recursos. De acordo com Freiberg e Berbel (2010) em “*A importância da pesquisa como princípio educativo na atuação pedagógica de professores de educação infantil e ensino fundamental*”, as escolas têm como compromisso encaixar os discentes nas culturas, nas relações sociais e políticas, entre outros. Logo, pôde-se concluir que o objetivo maior é tornar os alunos mais críticos, com posicionamentos próprios e com uma maior autonomia.

Para que de fato venha a ser encaixada a pesquisa nos métodos de ensino é necessário que ambos de os lados da relação entre professor e aluno estejam envolvidos nesse processo de perguntar, averiguar, analisar, entre outros, para que dessa forma ocorra o interesse principalmente da parte do aluno. Igualmente é válido o incentivo do professor, com o intuito do aluno se sentir estimulado a criar e buscar sua autonomia e não se tornar um mero transmissor de ideias com origens advindas de outro indivíduo.

Além disso, é essencial que o educador e o estudante estejam dispostos a aprender e compartilhar novos aprendizados uns com os outros para que juntos possam vir a construir novos conhecimentos. De acordo com Moraes (2012):

Aprender e pesquisar envolvem perguntar e responder, com produção de pontes entre o que já é conhecido e o que está por conhecer. Não se trata de apresentar respostas prontas, copiadas, mas de argumentação própria com sustentação em fatos, dados e teorias (MORAES, 2012, p.36)

A partir disso, é esperado que assim os docentes consigam juntamente com a gestão adaptar os métodos de ensino visando incluir a pesquisa. Onde os maiores desafios são encontrados justamente quando se busca conseguir essa adaptação. Por esse motivo, são necessárias novas abordagens à essa questão da inclusão da pesquisa e faz-se necessário a criação de soluções justas para essa questão.



A pesquisa e sua utilidade na sala de aula

A pesquisa na sala de aula proporciona aos alunos uma ampla visão sobre diversos assuntos de diversas áreas, dando a eles uma imensa autonomia, pois buscam respostas para sanar suas dúvidas, sem depender diretamente do professor para obter respostas. Desta forma, com o embasamento teórico conseguem enriquecer seu conhecimento sobre a diversidade de problemas e questionamentos presentes na sociedade.

No livro *Pesquisa em sala de aula: tendências para a educação em novos tempos*, Moraes e Lima (2004) argumentam que o ato de pesquisar é a forma do ser humano avançar na compreensão sobre a realidade e na construção de uma explicação sobre ela. Nessa perspectiva, instigar pode ser uma das maneiras de envolver o aluno e o professor na problemática que esteja em questão para que ao decorrer disso consigam achar uma resposta, uma solução para lidar com tal assunto, promovendo assim o surgimento de indivíduos críticos e com conhecimentos enriquecidos. Diante disso, percebe-se que o ato de aprender diante da pesquisa, trata-se de lidar com o surgimento de questionamento, através da análise bibliográfica, construindo assim argumentos plausíveis que resultam em uma qualificação do papel social do aluno que está realizando essa atividade.

Percebe-se que, quando se fala sobre a pesquisa presente no âmbito escolar, é inevitável não citar o papel importante do professor pesquisador, em que obtêm e repassa o conhecimento através de diversas metodologias, baseadas em experiências práticas e estudos teóricos, visto que ambos estão interligados diante da docência.

Pimenta e Ghedin (2006) defendem que a teoria é tida como uma mediação entre a prática passada e a prática presente, isto é, pelo exercício constante da ressignificação do que ensina e como ensina, o professor pode e deve se aperfeiçoar a cada etapa de sua formação e daqueles a quem forma.

Considerações finais

Destarte, percebe-se nessa breve consideração o porquê de a pesquisa ser tão importante nas escolas, tanto na parte introdutória do aluno autônomo quanto na didática do professor, pois para aquele indivíduo que está ali aprendendo sobre diversos assuntos é necessário entender como pode usar todo esse ensinamento para contribuir de forma positiva



e honesta, contrariando todas as questões negativas produzidas no meio social, político e virtual, tendo assim um pensamento crítico e atitudes corretas.

Diante disso, para o docente, encontra-se na teoria valores e estudos que somente a prática não irá fornecer, então para que o mesmo se encontre preparado para todas problemáticas que irão surgir, é necessário que tenha em mente essa junção. Desta forma, é superimportante que as instituições educacionais deem todo apoio para esse método, oferecendo recursos e meios para que pesquisas sejam efetuadas e compartilhadas, promovendo que toda sociedade tenha acesso a mais conhecimento, pois é através do mesmo que pode obter transformações na realidade.

Referências

DEMO, P. **Educar pela pesquisa**. Campinas: Autores Associados, 2003.

FREIBERGER, R. M.; BERBEL, N. N. A importância da pesquisa como princípio educativo na atuação pedagógica de professores de educação infantil e ensino fundamental. **Cadernos de Educação**, p. 207-245, 2010.

MORAES, R. Aprender e pesquisar: reconstruções propiciadas em sala de aula e em grupos de pesquisa. In: STECANELA, N. (Org). **Diálogos com a educação**: intimidades entre a escrita e a pesquisa. Caxias do Sul: EDUCS, 2012.

MORAES, R.; LIMA, V. M. R. **Pesquisa em sala de aula**: tendências para a educação em novos tempos. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

PIMENTA, S. G.; GHEDIN, E. **Professor reflexivo no Brasil**: gênese e crítica de um conceito. São Paulo: Cortez, 2006.



OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO CUMPRIMENTO DA META 1 DO PNE (2014-2024)

*Ana Beatriz Silva da Silva
Alice Beatriz Vale do Vale
Taís Cardoso Lobato*

Introdução

O presente artigo busca compreender a importância da educação infantil no Brasil, pois é nessa faixa etária de 0 a 6 seis anos de idade que a criança desenvolve as suas habilidades cognitivas, psicomotoras e sócio afetivas.

O texto tem por objetivo analisar os desafios da educação infantil desde a revolução industrial até os dias atuais, fazendo uma linha do tempo. Além de analisar esses desafios no cumprimento da meta 1 do PNE (2014-2024), do governo de Dilma Rousseff.

Para analisarmos esses desafios da educação infantil, nosso percurso metodológico se dá através dos autores Teixeira e Volpini (2014), no qual vão salientar o ato de brincar como próprio da educação. Henick e Faria (2015) que irão complementar sobre a educação infantil na revolução industrial. Nascimento (2015) sobre o novo olhar da sociedade para com as crianças, Silva e Tavares (2015) sobre a formação dos professores e sua importância pela evolução na área da educação como também Redin (2008), que conceitua a prática no campo educacional.

A educação infantil no Brasil

De acordo com Teixeira e Volpini (2014) o ato de brincar é próprio da educação infantil e por isso devem estar juntos para que a aprendizagem seja significativa. Mas nem sempre se teve essa noção de que o ato de brincar era próprio da educação, pois de acordo com Henick e Faria (2015) durante a revolução industrial as crianças ainda eram tratadas pela sociedade como mini adultos, sujeitos prontos a trabalhar no mesmo local que os adultos como nos campos ou fábricas e vale lembrar que nesses locais o perigo de morte, acidentes eram corriqueiros e as crianças que trabalhavam nessas fábricas eram as mais afetadas diariamente, além dos abusos (psicológico e sexual) que enfrentavam. Além disso, não possuíam tempo para vivenciar a sua infância, pois os seus responsáveis os colocavam para



trabalhar desde miúdos. A educação que tiveram foi aprender a reproduzir tudo aquilo que os adultos faziam no trabalho, desse modo além de não poder experimentar a sua infância, lhes foi negado também o direito de aprender.

Nascimento (2015) destaca que nesse mesmo período tivemos o desenvolvimento científico com um novo olhar da sociedade para com as crianças a serem escolarizada, mas a educação da época era muito restrita começou só para os filhos dos burgueses, com o jardim de infância, depois foram criando creches para a população da classe baixa que tinha que trabalhar e não tinha com quem deixar os seus filhos. Por fim foram criando escolas só para meninos e nem todos podiam ingressar lá pois foi feita para a elite, colocando em pauta a desigualdade de gênero (pois as meninas não podiam estudar), e social, visto que filhos dos ricos apenas estudavam e os filhos de pobre não tinham o mesmo acesso a essa educação e ainda viviam uma jornada dupla de trabalho e estudo, além da negligência do governo com essa classe.

A educação da época era mais moral, profissional do que intelectual com a utilização de métodos antigos, rígidos, violentos e abusivos. Aqueles que ministravam a educação tinham como concepção em modular a educação infantil para os moldes europeus, que usava desses métodos para formar um cidadão padronizado nas suas ideologias. A negligência do governo com a classe baixa fez com que grupos não governamentais tomassem para si a responsabilidade com a educação dessa classe, o que pode ser observado ainda hoje em dia com creches comunitárias. Além desses grupos, tivemos os surgimentos de movimentos sociais por meio de inquietações da educação pedagógica e a inserção das crianças na sociedade, desamparadas pelo governo, mais precisamente no final do século XIX e XX, quando a noção de infância ainda era recente surgida no século XVI.

Nessa perspectiva, sabemos que a educação infantil é o primeiro passo da criança no âmbito educacional, o que acordo com Silva e Tavares (2015) a formação dos professores para atuar nessa área é de suma importância para que haja uma aprendizagem eficiente e significativa. Educar e cuidar de crianças de 0 a 6 anos de idade exige a competência do docente, pois, para que haja um bom desenvolvimento do aluno é preciso que o professor respeite as particularidades de cada criança e o mesmo deve observar e buscar soluções para atender às suas necessidades, além de observar os jogos que envolvem a criança, se há interesse e satisfação pelo lúdico e a forma que ela se relaciona com as demais. Atualmente há pessoas que entendem a educação infantil como um espaço onde as crianças apenas



brincam, dormem e comem, porém, as autoras evidenciam que consiste em um âmbito educativo onde criança é auxiliada na estruturação de sua autonomia, ademais, os sistemas de ensino promovem atividades integradoras que facilitam o aprendizado e desenvolva as habilidades cognitivas, psicomotoras e sócio afetivas do aluno.

Para Teixeira e Volpini (2014) o espaço físico também é de suma importância para a aprendizagem da criança, pois um ambiente que provoca a curiosidade do aluno o motiva a brincar, se desenvolver, aprender e ele deve se sentir livre e se identificar no espaço em que está inserido, o que facilita o seu aprendizado.

Nessa perspectiva, a educação infantil deve fazer parte do instrumento de planejamento dos governos e do estado enquanto política permanente que assegure direitos dessa faixa etária escolar. A Lei n.º 13.005/2014 promulgada na gestão da então presidenta Dilma Rousseff (2011-2016) representa relativo avanço para a educação infantil porque estabelece metas a serem cumpridas até o ano de 2024 elencando estratégias para alcançar tal finalidade e de acordo com Vale (2017) as políticas educacionais variam de acordo com o momento histórico e plano de gestão do governante que interfere em melhoria da vida população para se manter ou reduzir as desigualdades sociais.

A Meta 1 do Plano Nacional de Educação pela lei nº 13.005/2014

A Meta 1 do PNE é constituída de duas submetas, uma para a creche e, outra, para a pré-escola. Ramo em que a educação infantil deve alcançar, onde 100% das crianças de 4 e 5 anos de idade frequentando a pré-escola já em 2016 (nenhuma criança nessa idade poderia estar excluída, uma vez que além de meta do Plano é obrigatória por determinação constitucional), e 50% das crianças, a partir do nascimento até o dia que antecede o aniversário de 4 anos, devem estar na educação infantil, em creche ou instituição equivalente. (BRASIL, 2014)

Essa Meta deve ser lida não apenas no seu aspecto quantitativo, pois de nada serviria estarem várias crianças confinadas em espaço inadequados, sem atuação qualitativa pedagógica, senão mesmo atrapalha seu sadio desenvolvimento. Não se trata, apenas de frequentar uma instituição de educação infantil, mas sim de vivenciar experiências que atuem no sentido da aprendizagem e do desenvolvimento de todos os aspectos da personalidade da criança.



Com isso, não insinuando que a creche devesse ser obrigatório, pois nem mesmo a pré-escola deveria sê-lo. Bastaria que continuasse como direito de toda criança e dever do Estado e que este cumprisse com o dever, porque o risco da obrigatoriedade é assegurar o atendimento e a frequência porque se é obrigado e não porque a educação infantil é uma coisa boa! Houve mudanças no espaço da lei e da pedagogia, como a expansão da rede de educação infantil assegurando qualidade com fidelidade aos princípios que regem a pedagogia da infância em um processo de construção participativa. Podemos observar alguns impasses encontrados no cumprimento da Meta 1, do Plano Nacional da Educação:

1.10) fomentar o atendimento das populações do campo e das comunidades indígenas e quilombolas na educação infantil nas respectivas comunidades, por meio do redimensionamento da distribuição territorial da oferta, limitando a nucleação de escolas e o deslocamento de crianças, de forma a atender às especificidades dessas comunidades, garantido consulta prévia e informada (BRASIL, 2014).

Ao analisar a estratégia 1.10 pode-se perceber um empecilho encontrado nas populações pertencentes ao campo, comunidades quilombolas e povos indígenas em relação à acessão na educação infantil. Tendo em vista que é a primeira etapa da educação básica e deve ser estimulada em todas as áreas, esse é um desafio enfrentado por não haver a ampliação e aprimoramento do atendimento em todos os territórios, visando também a precariedade das condições de oferta.

Como já dito, a falta de capacitação de profissionais direcionado à educação infantil dificulta o atendimento a essas comunidades, haja vista que são grupos culturalmente diferenciados e possuem formas próprias de organizações sociais. Levando em consideração que o Plano Nacional de Educação tem a finalidade de guiar e investir para melhoria da educação em todo o país, inclusive para populações tradicionais algumas questões precisarão de alinhamento até o fim do decênio. Destacamos também que:

1.11) priorizar o acesso à educação infantil e fomentar a oferta do atendimento educacional especializado complementar e suplementar aos (às) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, assegurando a educação bilíngue para crianças surdas e a transversalidade da educação especial nessa etapa da educação básica. (BRASIL, 2014)

De acordo com a estratégia 1.11 da meta 1, é possível notar impasses que dificultam da mesma ser cumprida, visto que, muitos profissionais da educação não estão aptos a esse



ensino especializado à atender alunos com algum *déficit* ou até com altas habilidades ou até superdotação, empregando uma séria complexidade no tratamento a essa demanda de alunos, onde muitos professores da área de Educação Infantil não buscam melhorar sua forma de ensinar buscando novos métodos e encontrando novas especialidades que atendem essas crianças, podemos encontrar inclusive amostra desse problema na educação especial para o deficiente auditivo, carregado por muito preconceito devido à falta de informação e formação desses profissionais na área.

1.13) preservar as especificidades da educação infantil na organização das redes escolares, garantindo o atendimento da criança de 0 (zero) a 5 (cinco) anos em estabelecimentos que atendam a parâmetros nacionais de qualidade, e a articulação com a etapa escolar seguinte, visando ao ingresso do (a) aluno(a) de 6 (seis) anos de idade no ensino fundamental (BRASIL, 2014).

Ademais, na estratégia 1.13 da meta 1, é possível notar a escassez ao ingresso de alunos em creches e pré-escolas devido a ausência qualitativa de ensino para que esse aluno esteja preparado e capacitado para adentrar ao ensino fundamental, visto que por parte da família e até mesmo pela falta de infraestrutura é impossível que todas as crianças de 0 a 5 anos esteja incluso em alguma instituição de ensino, em que esses ambientes educacionais encontram-se longe do local de sua moradia ou até mesmo pela ausência de transporte coletivo, sabemos que essa área de atuação é de suma importância para o desenvolvimento do ato de aprender.

Segundo Redin (2008) a criança é um ser em pleno desenvolvimento, um ser histórico com leis e necessidades, onde constantemente o profissional de Educação infantil deve assumir sua identidade e desvincular-se da imagem materna implantada a essa formação sabendo que a criança será seu foco na atividade profissional desenvolvido pela educação infantil voltada para objetivos específicos, para a socialização do sujeito, o desenvolvimento de suas capacidades motoras, o desenvolvimento da fala, à inserção ao mundo letrado (literatura e faz de conta), às trocas de experiência dentro e fora da sala de aula, favorecendo que as crianças desenvolvam uma imagem positiva de si; descubram o próprio corpo e suas capacidades; estabeleçam vínculos afetivos com outras crianças e com professores; respeitem as diversidades culturais; sejam motivados a manter a curiosidade sobre os acontecimentos ao seu redor; tornem agentes transformadores do meio social em que estão inseridos; respeitem e preservem a natureza; tenham liberdade de se expressar



transmitindo suas emoções, sentimentos, pensamentos, desejos e necessidades; e utilizem as diferentes linguagens corporais.

Considerações Finais

O objetivo deste trabalho foi produzir um estudo sobre o desafio da educação infantil e sua importância, levando em consideração que este é o início do desenvolvimento integral da criança em todos os seus aspectos. O artigo demonstrou o quanto as crianças e os seus direitos à educação infantil no Brasil ainda precisam passar por alterações como observamos nas metas 1 do atual Plano Nacional de Educação.

Por meio de amplas pesquisas feitas ao que se refere ao estudo proposto é possível perceber que as crianças têm suas particularidades e cabe ao professor e a escola fazer com criança se sinta acolhida no âmbito em que se encontra, aferido que o aluno deve se identificar com o espaço em que está, no qual facilitará o seu aprendizado, no que se refere a abordagem da importância do espaço físico para a formação do aluno e isso deve estar alinhado com políticas públicas adequadas para esse nível de educação.

Referências

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)**. Lei Federal n. 9.394, de 26 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental, 1998.

HENICK, A. C.; FARIA, P. M. F. A história da infância, In: Congresso Nacional de Educação, 12, 2015, Curitiba. *Anais ...* Curitiba: PUC-PR, 2015.

NASCIMENTO, E. C. M. Processo histórico da educação infantil no Brasil: educação ou assistência?. In: Congresso Nacional de Educação, 12, 2015, Curitiba. *Anais ...* Curitiba: PUC-PR, 2015.

REDIN, E. **Qual o perfil profissional de Educação Infantil?** In: Portal Kidesmart. Disponível em: www.ibmcomunidade.com.br/kidsmart/detleitura.asp?codigoleitura=147&codigo_idioma=3.

SILVA, D. R.; TAVARES, D. M. Educação Infantil: avanços e desafios, onde o discurso e a prática se encontram. **Revista Estação Científica**, v. 15, p. 1-14, 2016.



TEIXEIRA, H. C; VOLPINI, M. N. A importância do brincar no contexto da educação infantil: creche e pré-escola. **Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade**, v.1, n.1, p. 76-88, 2014.

VALE, C. **Subsunção do público ao privado na educação paraense**. 2017. 124 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

Pedagogia em Organizações Sociais





PEDAGOGIA EMPRESARIAL: A FORMA DE ATUAÇÃO DO PEDAGOGO NAS RELAÇÕES INTERPESSOAIS

Adriana de Castro Vilhena

Introdução

A atuação do pedagogo no sistema de relações entre colaboradores, contratantes e clientes de âmbito empresarial, é foco desta análise. Esta apresenta informações sobre a importância do pedagogo no espaço empresarial, analisando suas formas de atuação, métodos e articulações para ser o intermediário de relações pessoais oferecendo treinamento, capacitação e progresso de indivíduos dentro da área empresarial.

A pedagogia empresarial tem seu conceito baseado no começo da década de 80, com o surgimento de cursos em universidades que tratava sobre o tema em forma de disciplina. O centro dos estudos sobre o curso logo em seu surgimento era tratar a respeito do treinamento e desenvolvimento de equipes nas organizações empresariais. Analisando pesquisas e diligências no cenário da sua época, deram ênfase para a fase do planejamento a respeito da capacitação de pessoal que obtinha características didáticas em sua estruturação. Envolve a seleção de temáticas, recursos e critérios de avaliação de pessoal e também de escolhas e formação de instrutores. (LIMA SÁ, 2009)

Entretanto, avanços tecnológicos e científicos recentes introduziram novas estruturas de trabalho, exigindo outra qualificação e perfil profissional. Tais acontecimentos trazem impactos e geram transformações qualitativas na área organizacional, exigindo ampliação dos enfoques que dominavam o panorama empresarial até a metade dos anos 90. (LIMA SÁ, 2009, p. 12)

Hoje em dia é entendido que o espaço de trabalho de um pedagogo não se detém apenas as salas de aula e a educação infantil, é oferecido também um vasto currículo de opções em várias áreas administrativas, corporativas entre outros segmentos de uma sociedade, onde é conceituada e intitulada a atuação da pedagogia empresarial. (LIMA SÁ, 2009):

Atualmente, as empresas de médio e grande porte, passaram a se preocupar não só com o treinamento, mas com a educação de seus empregados, também, e de forma bastante positiva, chamando o pedagogo para assessorá-las nesta etapa, neste projeto único e complexo, pois o mesmo é o profissional ideal para esse trabalho. No entanto, infelizmente, isso ainda passa



despercebido pelas pequenas empresas, que não se dão conta pela sua cultura e forma organizacional, muito focada no limite familiar, o quanto a educação, programas de treinamento, desenvolvimento de recursos humanos e de qualidade total lhes traria maiores dividendos dentro e fora da empresa, reunindo condições para se estabelecerem no mercado globalizado, traduzindo esforços em lucratividade. (LIMA SÁ, 2009, p. 13)

A atuação do pedagogo terá maior aproveitamento quando é focada no desenvolvimento humano de pessoal na forma de ajudar o indivíduo a potencializar seus saberes e não perdendo o foco na organização coletiva, dessa forma, não se preocupando apenas em políticas de recursos humanos. Então o pedagogo tem seu lugar de destaque para exercer no setor de RH treinando pessoal e desenvolvendo suas habilidades para atuar na empresa, ficando responsável pela organização e composição da mão-de-obra de determinados setores de uma empresa. (LIMA SÁ, 2009).

Logo, o objetivo do texto é analisar a forma de atuação do pedagogo nas relações interpessoais. Tendo como metodologia a pesquisa em estudos bibliográficos e artigos que disserta sobre o tema proposto na esfera das relações interpessoais no campo da pedagogia empresarial. Obtendo a leitura dos textos: “*A pedagogia no âmbito dos processos de recursos humanos*” por Célia Regina Lima Sá; “*Pedagogia empresarial: A atuação dos profissionais da educação na gestão de pessoas*” por José Alberto Carvalho de Santos Claro e Mariana de Oliveira Fernandes Torres; e “*Pedagogia empresarial: a importância da valorização humana na empresa*”, por Luciana Inez Seehaber Almeida e Gisele Maria Tonin da Costa.

A forma como o pedagogo desenvolve suas atividades no meio empresarial

Instituições e estabelecimentos com a finalidade de obter o comprometimento de funcionários e assegurar a harmonia em torno de um mesmo propósito, tem seus métodos organizacional bem fundamentado. São esses representados pelos valores, visão e missão das empresas. Logo se vê a relevância das empresas prestadoras de bens e serviços a requisitar um profissional do âmbito da educação, com a intenção de agregar conhecimentos em possíveis dificuldades encontradas nos processos de capacitação de funcionários (CLARO; TORRES, 20112).

Então a pedagogia assume o papel de ocasiona nos indivíduos mudanças em suas atitudes e comportamentos, associado com a cultura de gestão de pessoas das empresas, o



pedagogo tem o propósito de assegurar que colaboradores executem suas funções, compromissados com um mesmo objetivo, levando em consideração a variedade de comportamento de cada indivíduo. Mudanças são importantes para as empresas e efetivo de pessoal, afim de não permanecerem inerte diante de um mercado que está em constantes variações e adaptações, trazendo barreiras e ensejo diante das situações. (CLARO; TORRES, 2012).

As funções mais comuns dos profissionais de pedagogia abrangem quatro áreas particulares: atividades pedagógicas, burocráticas, sociais e administrativas, dessa forma, os profissionais trabalham em âmbitos de classes técnico-pedagógicas em escolas e empresas. Logo na área empresarial tem a finalidade de capacitar os indivíduos para que trabalhem aliado com as estratégias da empresa em cinco zonas de interação: consultoria educacional, educação continuada, ensino a distância, gestão de pessoas e treinamento empresarial. Os conhecimentos pedagógicos podem acrescentar valores na formação de pessoal, em conciliação com os conhecimentos e aprendizados do efetivo profissional de determinada área de trabalho (CLARO; TORRES, 2012).

O Pedagogo é capaz de provocar mudanças culturais no ambiente em que atua; coordenar equipes multidisciplinares no desenvolvimento de projetos; prestar consultoria interna relacionada ao treinamento e desenvolvimento de pessoas; evidenciar formas educacionais para a aprendizagem significativa e sustentável; definir políticas voltadas ao desenvolvimento humano permanente; bem como auxiliar na construção e na manutenção de formas adequadas de utilização dos processos comunicacionais que facilitem a aprendizagem individual e organizacional. O autor ainda destaca outra função que pode ser exercida pelo profissional da educação, que é o aconselhamento de carreiras, nos processos de outplacement dentro das organizações, mediando à integração de novos colaboradores e auxiliando na condução do processo de contratação de uma empresa de outplacement, indicando políticas de reintegração do profissional que está sendo desligado. (CLARO, TORRES, 2012)

O profissional da educação deve se envolver em analisar atitudes, habilidades e conhecimentos que são determinantes para o ganho de produtividade de uma empresa, instalando projetos e atividades para qualificar o profissional, dando suporte na área de capacitação de pessoas, gerando e expandindo tais conhecimentos, elaborando pesquisas e metodologias sobre prática e desenvolvimento nas relações interpessoais. A atividade que o profissional pedagogo executa, no âmbito empresarial, se resume em assegurar que



colaboradores sejam bem preparados para enfrentar qualquer tipo de situação e também sejam capazes de desenvolver suas funções, tendo um acompanhamento pedagógico e sendo instruídos a detectar e vencer qualquer tipo de bloqueio que possa surgir. Reputando a função de desempenhar as competências humanas, o pedagogo empresarial necessita proceder em comum acordo com o efetivo de pessoal, interagindo, identificando e amenizando as falhas do dia a dia de uma empresa (CLARO; TORRES, 2012).

Atuação do pedagogo nas relações interpessoais no campo empresarial

Tendo em relevância a atuação do pedagogo como dirigente na formação de pessoas, obteve uma carência de analisar as relações interpessoais na área profissional-empresarial, nessa análise é pesquisado o relacionamento de colaboradores atuantes de um efetivo de pessoal, a forma como realiza sua função, sua qualidade de vida e a relação interpessoal com seus encarregados, colegas de trabalho e com o público-alvo da empresa. O pedagogo tem o papel elementar de assessorar no desenvolvimento das relações de pessoas, interferindo no seu comportamento e desenvolvimento, ajudando os colaboradores de uma empresa a ter uma boa relação coletiva, conhecendo os valores e respeitando suas ideias (ALMEIDA; COSTA, 2012).

O desenvolvimento representa um conjunto de atividades que objetiva explorar o potencial de aprendizagem e a capacidade produtiva das pessoas, visando mudanças de comportamentos e atitudes assim como a aquisição de novas habilidades e conhecimentos. Tem como meta aumentar o desempenho profissional e motivacional do ser humano, melhorando os resultados e conseqüentemente gerando um bom clima organizacional. O treinamento é um dos recursos do desenvolvimento de pessoal que visa o aperfeiçoamento de desempenhos, aumento da produtividade e das relações interpessoais. Quem trabalha e desenvolve tudo isso é o educador, a ele sempre coube o papel de colaborar para o desenvolvimento humano. O educador que vê na sua profissão uma maneira de influenciar e ser influenciado pelo desenvolvimento é aquele que entendeu a sua importância na missão de evoluir o homem. (ALMEIDA; COSTA, 2012, p. 5)

A forma de atuação e métodos que o profissional da pedagogia irar utilizar, com os indivíduos na área de atuação no ambiente empresarial é o fator determinante para o comportamento interpessoal de cada um. A mais utilizada que tem maior resultado é trabalhar a autoestima de cada colaborador (ALMEIDA; COSTA, 2012).



A autoestima leva a pessoa a se valorizar mais e se diferenciar daquelas que pensam que ter valor é somente possuir bens materiais, o valor de uma pessoa é muito mais do que isso ela é um ser humano que tem sentimentos, escolhas, valores, dons e saberes. Por isso é muito importante trabalhar a autoestima dos funcionários, pois algumas pessoas têm grandes problemas em se aceitar como são e perceber que tem valor para si e perante os outros, se isso for bem trabalhado poderá mudar radicalmente a vida de muitas pessoas, e o convívio dentro da empresa, tudo isso se resume em uma melhor qualidade de vida para os membros da empresa e conseqüentemente irá gerar um melhor andamento da mesma (ALMEIDA; COSTA, 2012, p. 6).

Para ter a melhora no relacionamento interpessoal de uma empresa e conseqüentemente um bom desempenho da mesma é necessário que seus colaboradores estejam satisfeitos, bem assistidos e felizes com sua condição de trabalho. Para que isso acontece é relevante à atuação de uma pessoa capacitada para aperfeiçoar esse ambiente e efetuar didáticas para manter seus colaboradores motivados e se sintam agradáveis dentro do seu local de trabalho (ALMEIDA; COSTA, 2012).

Considerações Finais

A pedagogia empresarial traz desafios e obstáculos tanto quanto a sala de aula ou um ambiente hospitalar, jurídico e até mesmo no campo ambiental. São necessárias mudanças tanto de empresas como de colaboradores para um bem-estar coletivo e ganho de valores e respeito para com todos.

A parte das relações interpessoais de uma empresa se faz primordial está sempre em processo de atualização e educação comportamental. Os macros empresários já perceberam a instância de um profissional capacitado para melhorar seu ambiente de relacionamentos interpessoais, e conseqüentemente melhorar o desenvolvimento da mesma.

É então que pedagogia e âmbito empresarial se encontram, com propósitos comuns que são atendidos, através do profissional da educação. Em contrapartida, vemos que a grande maioria dos pedagogos tem a princípio sua formação e atuação, voltada para a sala de aula.

É muito importante que essas visões de abrangência nos vários campos da pedagogia sejam incorporadas na formação do profissional da educação e que possa ter muitas oportunidades de atuação para o pedagogo desenvolver seu trabalho, agregando valores e distribuindo experiências na formação, capacitação de crianças, jovens e adultos.



Referências

ALMEIDA, L.; COSTA, G. Pedagogia empresarial: a importância da valorização humana na empresa. **Revista de Educação do IDEAU**, v. 7, n. 15, 2012.

CLARO, J; TORRES, M O F. Pedagogia Empresarial: a atuação dos profissionais de educação na gestão de pessoas. **Revista Contrapontos**, v. 12, n. 2, p. 207-216, 2012.

LIMA SÁ, C. **A pedagogia no âmbito dos processos de recursos humanos**. Rio de Janeiro, 2009.



A ATUAÇÃO DO PEDAGOGO NA PERSPECTIVA DA SOCIOEDUCAÇÃO DE ADOLESCENTES INFRATORES

*Alessandra Azevedo Cavalleiro de Macedo
Geovana de Nazaré de Abreu Ferreira*

Introdução

O presente artigo pretende mostrar que há diversas áreas de atuação para o pedagogo, este ainda muito atribuído apenas ao ambiente escola, pretendemos, a partir do conceito de Pedagogia social, que consiste na ideia de auxiliar processos educativos em ambientes não formais de ensino, desse modo, o objetivo deste trabalho é analisar a função do pedagogo em ambientes sociais, tais quais os centros de reabilitação de menores, o desejo de compreender e analisar a temática surgiu a partir de uma palestra da disciplina Pedagogia em Organizações Sociais no curso de Pedagogia da Universidade Federal do Pará (UFPB).

Os levantamentos bibliográficos realizados permitiram elaborar construções históricas que teceram a ideia conceitual de pedagogia e também da pedagogia social, abordando de forma rápida a atuação do pedagogo.

A Pedagogia e a Pedagogia social

O termo Pedagogia, que deriva do grego *paidagogós*, que na tradução quer dizer *paidos* (criança) e *agogós* (conduzir), a palavra surge para dar nome a ação dos escravos da época que eram responsáveis por conduzir os indivíduos até o saber. Ainda na Grécia, surgem os primeiros indícios de docência, conduzido pelos sofistas, a função docente nesse período era a de ensinar o outro a pensar. Apesar de haver processos de ensino, não há registros sobre atividades pedagógicas nesse período (GAUTHIER, 2014).

No período medieval, o que ganha destaque é o surgimento das escolas que eram instituições com função única de cristianizar o seu alunado, haja vista que a sociedade dessa época era regida por costumes da igreja católica, sendo assim, embora tenha sido observada a criação de ambientes escolares, também não há registros comprovados sobre Pedagogia, no período do renascimento pouca coisa muda, pois mesmo com a presença de nomes importantes, a educação era uma pauta voltada para poucas pessoas da sociedade não havendo grandes destaques.



Apesar de avanços em diversos campos no quesito educacional durante a evolução social, é somente no século XVII que a Pedagogia nasce, a partir da inserção do método, surge então ali uma estrutura escolar pautada em disciplina e organização.

Há diversos fatores que influenciaram a movimentação pedagógica, problemas de ordem social resultaram em um grande aumento de alunos e de escolas e isso exigia uma organização maior de mestres, surge então a Pedagogia como o “estabelecimento de um método. É de um procedimento movimentos detalhados e precisos para dar aula” (GAUTHIER, 2014).

No Brasil, os primeiros sinais da pedagogia nascem junto a chegada dos Jesuítas, que vinham em expedições com fins de catequizar as crianças indígenas aqui presentes, visando a expansão do catolicismo, roubando assim a cultura dos povos tradicionais.

Segundo Martins et al. (sd) a terminologia Pedagogia social surge ainda no século XVII na prática de Comenius, no entanto, oficialmente os registros oficiais são do século XIX, por Paul Natorp. No Brasil, a Pedagogia social ganha forma a partir do trabalho de Paulo Freire, o filósofo e pedagogo atuou paulatinamente na alfabetização de jovens e adultos nordestinos ainda no século XX.

A Pedagogia social atua como teoria geral da educação social, visando auxiliar nos processos educativos não formais que ocorrem em locais não escolares (ARAÚJO et al, 2014). A profissão de pedagogo social não é regulamentada, apenas a de educador social, que é regulamentada pelo projeto 5.346/09, que atribui os deveres do profissional mas que não cita a obrigatoriedade de formação específica, dando brechas assim à desvalorização da profissão (GONZÁLEZ; PEDROZA, 2013).

A socioeducação de adolescentes infratores

O conceito de socioeducação surge de forma subjetiva na década de noventa, no contexto da lei 8.069/90, do ECA. Atualmente, o termo é ligado de forma intrínseca a ideia da educação social, está última sempre conectada a ideia do atendimento de camadas sociais marginalizada, trabalhando com objetivos de tornar esse público mais crítico e consciente da sua realidade.

O Estatuto da criança e do adolescente, datado do ano de 1990, em sua lei 8.069, garante em seu artigo 112 o direito de medidas socioeducativas ao menor que cometeu ato



infracional, essas medidas podem variar desde uma simples advertência até uma medida extrema de internação em estabelecimentos educacionais, estes por sua vez, tem como obrigação ofertar aos adolescentes infratores o acesso a escola, atividades culturais e ensino profissionalizante, visando dar ao menor infrator novas possibilidades, novos projetos de vida.

A lei 12.594 /12, que instituiu o sistema nacional de atendimento socioeducativo (SINASE) no seu Art. 12 indica que dentro dos sistemas socioeducativos devem existir equipes formadas por profissionais de saúde, educação e assistência social, a intencionalidade é uma equipe multidisciplinar que tem como objetivo principal atender de forma adequada o público alvo que ali se encontra, garantindo os direitos gerais e individuais que estes indivíduos têm garantidos. Nesse contexto, podemos analisar a presença do pedagogo social que pode atuar dentro da sociedade lidando com as mais diferentes formas de educação não formal, aquela que não é ofertada na escola (BRASIL, 2012).

Dentro do sistema socioeducativo, o ideal é que o Pedagogo promova a organização de projetos que transformem a realidade do público alvo, a partir de princípios a serem seguidos, tais como legalidade, priorização de práticas efetivas a realidade, não discriminação em qualquer âmbito, a garantia da proporcionalidade da pena/crime cometido.

Considerações finais

A partir da breve análise sobre a pedagogia, percebemos que o pedagogo atua em diversos ambientes sempre moldando o conhecimento para poder transmitir de forma didática. Em ambientes como os centros socioeducativos, a necessidade da presença continua de um profissional com domínio de metodologias ativas que possam gerar qualidade no processo de ensino é essencial, haja vista que este profissional, ao transmitir a educação consegue transformar a realidade dos indivíduos inseridos no contexto, trazendo humanidade aos menores infratores que em vezes estão no mundo do crime por diversos fatores.



Referências

ARAÚJO, N. F. M.; LIMA, S. R. O.; CUNHA, S. F.; FERNANDES, L. M. F. Pedagogia social: a atuação do pedagogo em ambiente não-escolar. In: **Anais VI FIPED**. Campina Grande: Realize Editora, 2014.

BRASIL. **Lei n. 12.594, de 4 de 18 de janeiro de 2012**. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase). Brasília: Presidência da República.

BRASIL. **Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília: Presidência da República

GAUTHIER, C.; TARDIF, M. A Pedagogia: Teorias e práticas da antiguidade aos nossos dias. In: **O século XVII e o nascimento da pedagogia**. Petrópolis-RJ. 2014, p. 102-127.

GONZÁLEZ, W.; PEDROZA, S. Limites e possibilidades da atuação do pedagogo em espaços não formais de ensino: algumas questões para debate. **Revista de Educação e Cultura Contemporânea**, v.2, n 26. p.240-262, 2013.



OS DESAFIOS DA IMPLANTAÇÃO DE PRÁTICAS AMBIENTAIS EM ORGANIZAÇÕES SOCIAIS

*Amanda de Oliveira de Paula
Rebeca Tayssa Pinto Marques*

Introdução

Segundo pesquisas etimológicas, a palavra pedagogia surge na Grécia antiga. Os denominados paidagogos, vem da etimologia grega paidós (criança) e agodé(condutor) ou seja, condutor de crianças. Os paidagogos eram como os professores do século atual, no entanto, eram tratados como escravos/babás que acompanhavam os filhos dos senhores de posses. (GRAZZIOTIN, 2011, p.2).

De acordo com o Dicionário Prático de Pedagogia (2008), a palavra pedagogia é aquela que tem relação com as práticas da educação e do ensino. Logo, o preconceito que se tem com os pedagogos de associarem sua figura somente para o âmbito escolar seja ele de professor, coordenador ou diretor necessita ser desmistificado.

De acordo com a resolução CNE/CP nº, DE 15 de maio de 2006, nas diretrizes curriculares do Curso de graduação de Pedagogia é abordado a pedagogia em espaços não escolares, em que o pedagogo está livre para atuar nas áreas que necessitam de conhecimentos pedagógicos. Logo, o pedagogo pode atuar em diferentes áreas como: pedagogia hospitalar, pedagogia empresarial, pedagogia ambiental, pedagogia jurídica, entre outras, que estejam relacionadas às atividades que envolvam trabalho em equipe, planejamento, estratégia, orientação, coordenação.

Este trabalho foi feito com o objetivo de analisar sobre a importância da pedagogia e os desafios das organizações sociais no processo de educação ambiental, para alcançar este objetivo foi utilizado uma metodologia bibliográfica e documental, pesquisando autores alinhados com objetivo desta pesquisa, como Paulo Freire em Pedagogia do Oprimido (2020). Foi buscado também o artigo 225 do Capítulo VI da Carta Magna de 1988, também serviu de aprofundamento para esta pesquisa o autor Pedro Jacobi em Educação Ambiental (2003), entre outros.



A pedagogia como instrumento no processo de educação ambiental

Atualmente, costumamos atrelar a palavra Pedagogia à área cujo objetivo é formar profissionais para os anos iniciais da educação, conhecida como Educação Infantil, que atuará nos processos de ensino e aprendizagem da criança e também na administração do espaço escolar. Destarte, o Pedagogo também pode optar por trabalhar em outros espaços não escolares como é o caso da Pedagogia ambiental, que é o nosso objeto de estudo. Mas afinal, para que serve a Pedagogia ambiental e qual é a sua importância no mundo?

Para explicar tais perguntas necessitamos entender a relação entre homem e o mundo.

Mas, como não há homens sem mundo, sem realidade, o movimento parte das relações homem-mundo. Daí que este ponto de partida esteja sempre nos homens no seu aqui e no seu agora que constituem a situação em que se encontram ora imersos, ora emersos, ora inseridos (FREIRE, 2020, sp).

Ao resgatar este pensamento de Paulo Freire em sua célebre obra Pedagogia do Oprimido buscamos repensar essa relação de homem e mundo, a maneira em que o homem se enxerga no mundo, em que age e interfere no mundo e como o mundo relaciona às interferências do homem. Ora, repensar o pensamento freiriano é confrontar a realidade e o contexto em que se vive e a relação do homem e o mundo visando refletir no nosso agir e interação com a natureza e o meio ambiente que são o mundo e que um não existe sem outro.

Há muito se ouve falar sobre as emergências das crises climáticas decorrentes do aquecimento global. Segundo os dados do relatório do Painel Intergovernamental de Crises Climáticas (IPCC), a ação do homem na natureza desde o período pré-industrial tem sido o principal causador das catástrofes ambientais decorrentes do aquecimento global.

Segundo Giacomini (2008), a globalização e o advento do capitalismo contribuíram para o consumismo predatório.

O objetivo de uma pedagogia do ambiente é que o ser humano conheça o seu meio para que possa agir de forma ética e responsável, deixando de agir como se não houvesse consequências ou como se a natureza fosse infinita. É a educação para a vida, através do respeito, responsabilidade e solidariedade (CARNEIRO, 2006).

Nesse sentido, com o consumismo predatório, o homem se distancia da natureza e começa a olhá-la apenas com uma coisa, um objeto onde se possa explorar seus recursos naturais com a única finalidade de obter lucro, como se estes recursos fossem inesgotáveis



e como se não houvesse um amanhã. E é nesse contexto que o pedagogo precisa intervir, no fomento de uma educação ambiental que façam as pessoas repensar sobre suas ações no mundo e na natureza e nos efeitos negativos a longo e curto prazo que essas ações trazem ao meio ambiente e, conseqüentemente, adquirindo uma nova postura na conscientização do seu papel no mundo, buscando assim um modo mais sustentável e ecológico para se viver, deixando de lado essas ações predatórias que estão contribuindo para tantos desastres ambientais.

O tema educação ambiental vem sendo muito abordado nas últimas décadas, mas poucas são as atitudes efetivas para combater os desastres que estão sendo feitos ao meio ambiente. Boa parte dos problemas ambientais tem origem da globalização, da sociedade extremamente consumista, empresas geradoras de resíduos, modelos econômicos que causam concentração de renda e desigualdade social. Logo, o lugar da educação ambiental não é apenas do ponto de vista ecológico, mas também se caracteriza por inserir as medidas socioeconômicas, políticas, culturais, históricas, etc.

Para Jacobi (2003) a falta de responsabilidade da população vem principalmente da desinformação, da falta de consciência ambiental, e de poucas práticas comunitárias baseadas na participação e no envolvimento da sociedade, que tragam uma nova cultura baseada na motivação e gestão ambiental das cidades “Cabe ao poder público promover educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente”. (BRASIL 1988, artigo 225, VI).

Segundo o professor de Sociologia Porfírio (2022), ao longo da existência da humanidade as sociedades se organizaram de diferentes maneiras e o conceito de Estado que conhecemos hoje também sofreu diversas modificações. Inicialmente a humanidade organizava-se por pequenos grupos familiares, essas famílias geralmente eram compostas por grupos sanguíneos. À medida que a família foi crescendo também foi ocorrendo a junção de famílias que foi dando origem aos clãs e a junção dos clãs, conseqüentemente, deram origem às tribos que, posteriormente, originaram as cidades. O nascimento das cidades acarreta no nascimento de concepções sobre política e governo, agora cada indivíduo tem um papel que precisa desenvolver na sociedade e esse papel vai se modificando de acordo com o modelo organizacional da sociedade e o tempo. O papel do Estado também foi se modificando até chegar no Estado laico-democrático que conhecemos hoje, resultando em novas formas de organização social.



Atualmente, entende-se por Organização Social ou Organização Não Governamental, que fazem parte do terceiro setor terceiro, uma instituição privada e sem fins lucrativos que recebe benefícios do Poder Público para poder desenvolver suas atividades para a sociedade que podem ser relacionadas à saúde, cultura, educação, pesquisa científica, área tecnológica, ambiental, dentre outros. Entretanto, focaremos apenas na área ambiental.

As ONGS, historicamente, surgiram no Brasil no final da década de 90 para ajudar a melhorar a gestão do Estado em funções que eram de sua incumbência, entretanto pela carência do Estado e razões adversas que não tinha como garantir o Art. 255 da constituição, fez-se necessário a criação da lei Nº 9.790, de 23 de março de 1999 com a finalidade de suprir tal carência. No mês seguinte, foi também regulamentado na constituição federal a Lei Nº 9.795, de 27 de abril de 1999 que dispõe sobre uma política nacional de educação ambiental (PNEA).

No Brasil, há diversas ONGS ambientais que tem por objetivo a defesa da conservação e proteção do meio ambiente, promover educação ambiental, pesquisas científicas, dentre outros. Essas ONGS costumam ser financiadas por doações ou até mesmo por instituições públicas ou privadas e são muitos os desafios que as Ongs ambientais enfrentam no Brasil que vão desde a captação de recursos para desenvolver suas atividades, flexibilização de leis, punição para quem comete crimes ambientais, a falta de consciência ambiental populacional até a atentados contra a própria vida de ambientalistas envolvidos nas causas. Por estarem mais perto da comunidade, as ongs vêm desenvolvendo um papel importantíssimo na fomentação da educação ambiental buscando a conscientização da população sobre os assuntos vigentes relacionados às emergências das crises climáticas e o papel que cada indivíduo deve exercer para saná-las.

Considerações Finais

É perceptível a extrema necessidade sobre a reflexão e a ação sobre a questão ambiental, pois a sobrevivência do planeta e das espécies depende dessa relação saudável entre homem e natureza. Um dos grandes desafios enfrentados pelas ONGs ambientais é estabelecer um diálogo horizontal com as diferentes esferas existentes. Faz-se necessário pressionar o Poder Público para que as leis vigentes, voltadas para a fomentação da educação ambiental, sejam colocadas em prática, visto que nem todas as instituições de ensino



oferecem temáticas voltadas para a educação ambiental. É preciso ainda, a pressão do poder público no que se refere a fiscalização do combate aos crimes ambientais e ataques à vida de ambientalistas. É de extrema necessidade promover práticas pedagógicas socioambientais para conscientizar a população acerca de como o seu modo de vida inconsciente prejudica a natureza e que a mudança de pequenos hábitos como o apoio às organizações sociais, consumo consciente, descarte correto dos resíduos, dentre outros, podem gerar resultados significativamente positivos.

Referências

BRASIL. **Conselho Nacional de Educação: Conselho Pleno**. Resolução CNE/CP, n. 01, de 15 de maio de 2006.

BRASIL. **Conselho Nacional de Educação: Conselho Pleno**. Resolução CNE/CP, n. 01, de 15 de maio de 2005.

BRASIL. **Constituição** 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. 225/VI. Disponível em: Capítulo VI - Do Meio Ambiente (Art. 225).

CARNEIRO, S. M. M. Fundamentos epistemológicos da educação ambiental. **Educar**, n. 27, p. 17-35, 2006.

EDUCALINGO. Pedagogo. Disponível em: <https://educalingo.com/pt/dic-pt/pedagogo>. Acesso em: 15 jan. 2022.

EMBRAPA. **Emissões de Gases Estufa**. Disponível em: <https://www.embrapa.br/suinos-e-aves/biogasfert/gee/gases-de-efeito-estufa>.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2020, 256 p.

GIACOMINI, F. G. **Meio Ambiente e Consumismo**. São Paulo: SENAC, 2008, 254 p.

GRAZZIOTIN, P. C. **A Paideia Grega e o ensino superior no século XXI**: Um olhar sobre o currículo e a formação ética. Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2011.

IPCC. **Sumário para formuladores de políticas**. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/2019/07/SPM-Portuguese-version.pdf>.

JACOBI, P. Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**, v. 118, 2003.



PORFÍRIO, F. **Organização social**. Série Brasil Escola, 2022. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/o-que-organizacao-social.htm>.

WRI Brasil. **4 questões essenciais definirão o sucesso da COP 26 em Glasgow**. Disponível em: <https://www.wribrasil.org.br/>.

WRI Brasil. **Mudanças Climáticas Alarmantes**: veja 5 resultados do relatório do IPCC. Disponível em: <https://www.wribrasil.org.br/>.

WWF. **As Mudanças Climáticas**. Disponível em: https://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/reducao_de_impactos2/clima/mudancas_climaticas2/.



PEDAGOGIA HOSPITALAR: ATUAÇÃO DO PEDAGOGO COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES HOSPITALIZADOS

*Ana Clara Nascimento de Brito
Rafaela Mendes de Figueiredo*

Introdução

A Pedagogia hospitalar é a forma de educar e alfabetizar as crianças ou os adolescentes restringidos de comparecer à escola por complicações e problemas na sua saúde, como doenças e fraturas de longo período de tratamento. O pedagogo apto para esse tipo de serviço deve sempre se manter em contato com a família, médico e escola do paciente para que tudo ocorra corretamente.

O pedagogo ajuda no ensino do paciente com os conteúdos e tarefas que ocorrem na escola, a tutoria ajuda o aluno a não perder o ano letivo e de se integralizar de forma mais fácil quando voltar as aulas no ambiente escolar e “Percebe-se que o pedagogo, pode executar suas práticas educativas em espaços alternativos, promovendo uma educação eficaz aqueles que são privados de poder ir à escola devido a sua situação” (DIAS; RODRIGUES, 2016). Logo, o objetivo do texto é analisar a forma de atuação do pedagogo com crianças e adolescentes hospitalizados.

Contato do pedagogo com responsáveis, médico e escola da criança.

O contato do pedagogo com a escola, família e hospital é totalmente necessário para o desenvolver das aulas trabalhadas com o aluno, assim podendo organizá-las (FONSECA; CECCIM, 1999; STRAUB, 2005; ROLIM; GOES, 2009; ORTIZ, 2012; SILVA; ANDRADE, 2013). Como consequência indicam também as contribuições que as famílias dos alunos podem oferecer para o trabalho realizado pela escola (COZER, 2003).

• Escola do discente

É de suma importância o contato com a secretaria e com os professores do aluno, para que o pedagogo hospitalar se mantenha atualizado sobre atividades e exercícios trabalhados



dentro da sala de aula, os repassando para a criança ou adolescente hospitalizado, para manter o aluno no mesmo ritmo de sua turma apesar da hospitalização.

• **Família do estudante**

A comunicação com a família do estudante serve para manter os responsáveis informados sobre os avanços dos estudos da criança ou adolescente e cientes de que seu desenvolvimento educacional está progredindo.

• **Equipe médica**

O contato com a equipe médica da criança é essencial para o professor desenvolver seu modo de trabalho e suas aulas, mediante as necessidades do aluno, já que os médicos e enfermeiros do paciente deixarão o docente informado sobre seu estado médico.

Essa comunicação, com a escola, responsáveis e equipe médica, ajuda no desenvolvimento das aulas, sem prejudicar a saúde emocional e física do aluno hospitalizado. Traz autonomia para o pedagogo, que estará ciente das atividades e exercícios educacionais que o aluno poderá exercer.

Didática: atuação e desenvoltura

A desenvoltura do profissional da área da pedagogia hospitalar é totalmente utilizada quando falamos sobre as necessidades de uma criança hospitalizada, como, com alunos com deficiências físicas ou com tratamentos que dificultem o seu movimento. Criando formas inovadoras de ensinar adotando métodos criativos que ajudam no avanço escolar do aluno em que ‘O processo de formação do pedagogo e de profissionais que atuam em educação requer, atualmente, o desenvolvimento de novos conhecimentos, habilidades e atitudes, para sua atuação seja efetiva’ (FARFUS, 2012, p. 81).

O pedagogo está lá para ensinar e auxiliar, um exemplo de seu trabalho seria um aluno destro que acaba quebrando o braço direito e um pedagogo é chamado, já que o aluno não sabe escrever com o braço esquerdo, o profissional tem o dever de ensiná-lo para que não tenha problemas com as atividades escolares. Outro exemplo seria um aluno que não tem o movimento de seus membros superiores e inferiores, por algum motivo, o professor que trabalha na área hospitalar deve trabalhar com a criança de forma oral e visual, e de



maneira que a criança sinta interesse em aprender "O currículo deve ser previamente elaborado para cada criança/adolescente, pois cada um tem uma especificidade" (DIAS; RODRIGUES, 2016).

O currículo da classe hospitalar é bem diferente do currículo do ambiente escolar. Na educação hospitalar o professor deve verificar os propósitos, alcances e limites do espaço educativo naquele contexto, da criança em tal situação, tendo em vista que a finalidade é de garantir o direito ao acesso, permanência e sucesso escolar de crianças e adolescentes em situação de adoecimento. A Lei 13.716/18, publicada no Diário Oficial da União, dia 25 de setembro de 2018, garante que alunos da educação básica que estejam internados por tempo prolongado para tratamento de saúde receberão atendimento educacional.

Conforme a lei, o atendimento escolar será prestado durante todo o período de internação. Em normas já existentes, o artigo 13 da Resolução 2/01 — da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, que institui diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica — determina que os sistemas de ensino, em ação integrada com os sistemas de saúde, organizem o atendimento educacional especializado a alunos impossibilitados de frequentar as aulas em razão de tratamento de saúde que implique internação hospitalar, atendimento ambulatorial ou permanência prolongada em domicílio.

Considerações Finais

A atuação do pedagogo com crianças e adolescentes hospitalizados requer muita dedicação e paciência, pois tem muitos desafios que não são encontrados na sala de aula tradicional. Os pacientes (alunos internados) necessitam de aulas com acessibilidade para o seu estado médico. Concluímos, também, que o contato que o pedagogo deve manter com a família, secretaria e equipe médica é totalmente necessário, ajudando no decorrer das aulas, na aproximação da família e no cuidado do paciente. Que sua didática, forma de ensinar cada aluno, deve ser pensada de forma criativa e exata para a necessidade do aluno. Trabalhando sempre o emocional. Brincando de forma lúdica, o pedagogo hospitalar faz seu trabalho de educar.



Referências

BRASIL. **Lei n. 13.716/18**, de 25 de setembro de 2018. Dispõe sobre o atendimento educacional ao aluno da educação básica internado para tratamento de saúde em regime hospitalar ou domiciliar por tempo prolongado. Câmara dos Deputados, 2018.

COZER, R. C. **A visão da escola sobre a interação com as famílias dos alunos: o cenário em primeiras séries do ensino fundamental**. São Carlos : UFSCar, 2004.

DIAS, M. M. T. S.; RODRIGUES, K. G. **Pedagogia Hospitalar: O pedagogo e suas práticas educativas em espaços não escolares**. Curitiba: Uninter, 2016.

FARFUS, D. **Espaços educativos: um olhar pedagógico**. Curitiba: Intersaberes, 2012.

FONSECA, E. S; CECCIM, R. B. Atendimento Pedagógico Educacional Hospitalar: promoção do desenvolvimento psíquico e cognitivo da criança hospitalizada. **Revista Temas sobre o Desenvolvimento**, v.7, p.71, 1999.

ORTIZ, L. C. M. **O Currículo da Classe Hospitalar Pioneira no Rio Grande do Sul**. 2012. 159 f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em Educação, Centro de Educação, Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, 2012.

ROLIM, C. L. A.; GOES, M. C. R. Crianças com câncer e o atendimento educacional nos ambientes hospitalar e escolar. **Educ. Pesqui.**, v. 35, n. 3, p. 509-523, 2009.

SILVA, N.; ANDRADE, E. S. **Pedagogia Hospitalar: Fundamentos e Práticas de Humanização e Cuidado**. Bahia: Editora UFRB, 2013.

STRAUB, R. O. **Psicologia da Saúde**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

UNICESUMAR EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA. **Pedagogia hospitalar: conheça as possibilidades na área**. Disponível em: <https://educacaointegral.org.br/reportagens/ana-mae-barbosa-e-educacao-por-meio-da-arte/>.



AS ESPECIFICIDADES INERENTES À PEDAGOGIA JURÍDICA: a concepção profissional assumida no trabalho do(a) pedagogo(a) inserido(a) nas instituições de justiça

Ariane Correa da Silva

Introdução

Quando falamos de Pedagogia nosso primeiro pensamento de modo geral, é de uma professora em uma sala de aula, rodeada por crianças e brinquedos. Porém a Pedagogia vai muito além dos muros de uma escola. A Pedagogia em Organizações traz a importância desses profissionais da educação em ambientes não-escolar em que “a Pedagogia tem como objeto de estudo a formação humana em suas diversas dimensões e em diferentes contextos e que formação aqui tem como finalidade o desenvolvimento humano [...]” (LIBÂNEO, 2018).

Neste trabalho abordaremos a atuação do Pedagogo inserido nas instituições de justiça. Na busca de maiores informações sobre a atuação deste profissional neste campo de atuação, mostrando suas problemáticas e os desafios enfrentados por profissionais da educação em um ambiente jurídico. Para alcançar tais objetivos, utilizou-se pesquisas bibliográficas e documentais, sondando autores com o objetivo desta pesquisa, entre eles, Formosinho (2010).

A atuação de pedagogo(a)s no âmbito judiciário

Com base na Lei nº 9.394/1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e a Lei nº 8.069/1990, que estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente, onde constam as normas bases para o desenvolvimento da Pedagogia Jurídica, e ainda mais especificamente a Recomendação nº 02/2006, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que tem como propósito adotar providências para a implantação de equipes interprofissionais nas comarcas dos estados em casos envolvendo famílias, crianças e adolescentes. O Provimento nº 36/2014, que direciona todos os tribunais do país a organizar as Varas de Infância e Juventude com equipes multidisciplinares (psicólogo, pedagogo e assistente social). As Leis de Organização Judiciária dos Estados, requerendo assim uma nova Pedagogia para o âmbito jurídico.



A Pedagogia Jurídica prevê um entendimento da própria Pedagogia como Ciência da Educação, para além da escola, uma vez que, fora do ambiente escolar o(a) pedagogo(a) irá atuar com dinâmicas sociais de aprendizagem em diferentes contextos ocupacionais, tendo origem em saberes e práticas pedagógicas que neles estão inseridos. O conhecimento pedagógico se dispõe onde a prática pedagógica se executa, ou seja, o pedagogo(a) está disposto a ensinar, onde há pessoas dispostas a aprender. Como resultado de toda essa prática elaborada pelos sujeitos (PIMENTA, 2010), fundamentos que auxiliam o aperfeiçoamento constante no entendimento dos processos educativos.

O(a) pedagogo(a) é um ser que está em constante evolução, tanto pessoal, como profissionalmente. Não por acaso Houssaye et al. (2004), afirma:

[...] o pedagogo é aquele que procura conjugar a teoria e prática a partir da sua própria ação. É nessa produção específica de relação teoria-prática em educação que se origina, se cria, se inventa e se renova a pedagogia.” (HOUSSAYE, 2004, p. 10).

Com a atuação do(a) pedagogo(a) nos órgãos de justiça, ocorreram mudanças significativas no olhar e atenção com crianças e adolescentes oriundos da Lei no 8.069/1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), onde houveram importantes alterações na estrutura judiciária e encarrilhando a inserção desse profissional em seus quadros técnicos.

O ECA traz um padrão de proteção integral na legislação brasileira que substitui os preceitos de uma situação irregular presente no Código de Menores de 1979, onde os objetivos eram mais a vigilância de “menores” infratores e não a sua proteção (SANTOS, 2007). No contexto do Código de Menores, as demandas que envolviam crianças e adolescentes, eram “julgadas” conforme a percepção da realidade do próprio juiz, o ECA, traz a perspectiva de Sistema de Garantia de Direitos (SGD), em seus artigos 150 e 151, onde abrange “serviços auxiliares” introduzindo equipes interdisciplinares para assistência técnica ao juízo competente, com prevenção orçamentária para sua manutenção.

Os cargos ocupados por esses profissionais em tribunais de justiça, em sua maioria, denominam a função de analista judiciário, desempenham a função de “pedagogo”, desenvolvendo suas atividades em “equipes técnicas” ou “núcleos de apoio técnico”. Realizam tarefas voltadas à coordenação de cursos em escolas judiciais. Não há normativas ou documento que regulamente o trabalho do(a) pedagogo(a) no tribunal, não dispões de regulamentação específica para o desempenho da profissão.



O(a) pedagogo(a) desde o início de sua formação profissional é “treinado” para atuar no espaço escolar, mas esse campo de atuação é muito maior e vai além, em espaços não-escolares. A respeito disso, Severo (2017), nos alerta:

Como trabalham em equipes multidisciplinares, torna-se importante que a contribuição do pedagogo junto a outros profissionais seja delineada com base na especificidade da Pedagogia. A afirmação do caráter identitário específico da Pedagogia seria o elemento que possibilitaria a colaboração multidisciplinar, visto que, sem tal vinculação, não é possível conceber em que campo se situaria a ação específica do pedagogo em relação às ações realizadas pelos demais profissionais (SEVERO, 2017, p. 990).

Com base em Silva et al (2020), constatou-se que, os (a)s pedagogos (a)s judiciários, como qualquer outro profissional, tem a necessidade em dar sentido a função que exercem, buscando sua legitimidade no que fazem. Ao exercerem a Pedagogia Jurídica, modificam suas condutas e adquirem novas competências para sua melhor atuação e evidenciar suas novas experiências.

As disciplinas que auxiliam o desenvolvimento humano são bastante relevantes para dar fundamentos em análises nos relatórios das funções que esses profissionais exercem nos Tribunais de Justiça (TJ), como o desenvolvimento de crianças e adolescentes que são atendidos pelos fóruns.

No Judiciário o pedagogo desempenha ações como: cursos de Socioeducação, Direito Educacional, Intervenção Multiprofissional Jurídica. Ensino interdisciplinar na Infância e Direitos Humanos. Estes profissionais buscam tais especializações após ingressarem no ambiente jurídico, por uma necessidade pessoal de qualificação. Os Tribunais de Justiça ofertam formação compatível aos seus afazeres dentro das instituições, como as Escolas Judiciais ou Magistratura como peticionantes majoritários de tais ações.

Dentre as ações realizadas pelos pedagogos nos Tribunais estão: Justiça Restaurativa; Administração de Conflitos e Negociações; Direitos da Infância e da Juventude; Escuta Especial de Crianças e Adolescentes em Situação de Violência Sexual; Execução de Medidas Socioeducativas; Penas Alternativas; Relações Intra e Interpessoais; Fundamentos Teóricos e Metodológicos na Elaboração de Laudos; Atendimento ao Público; Lei Maria da Penha; Técnica de Atendimento Humanizado a Mulher; ao Autor; Filhos e Familiares envolvidos em Violência Doméstica, entre outros.



Considerações Finais

Em sua formação acadêmica pouco se é abordado a atuação do(a) pedagogo(a) em outras áreas, sendo sua formação direcionada mais ao sistema educacional/docência. Apresentamos nesta discussão, a atuação deste profissional na área jurídica, onde assim como em outros setores a presença do pedagogo tem se efetivado. Com a vasta dimensão de possibilidades de trabalho desse profissional, trouxemos sua participação como facilitador do desenvolvimento humano.

Fazendo parte de uma equipe multidisciplinar nos tribunais de justiça os pedagogos assumem o compromisso de somar seus conhecimentos científicos, na busca por garantia dos direitos de crianças e adolescentes em situações de vulnerabilidade social, expostos a qualquer tipo de violência. Deve estar preparado para um trabalho intersetorial e interpessoal, tendo como alvo a importância do ser humano em sua totalidade.

O pedagogo busca facilitar as novas experiências nas quais essas crianças e adolescentes são expostas, é aquele que auxilia o aprendizado, mediador entre o sujeito e o objeto de aprendizagem. Nesse contexto, como práticas restaurativas, possibilitam a conexão mais empática e respeitosa entre os participantes, na tomada de decisões nos caminhos a serem trilhados.

Referências

BRASIL. **Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.** Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 16 jul. 1990.

CELEPAR. **Recomendação o CNJ n. 02/2006, de 25 de abril de 2006.** Centro de Apoio Operacional das Promotorias da Criança e do Adolescente.

ECA. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Artigo 101, § 1º, da Lei n. 8.069 de 13 de julho de 1990.

ECA. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Artigo 150, da Lei no 8.069 de 13 de julho de 1990.

FORMOSINHO, J. Dilemas e tensões da atuação da universidade frente à formação de profissionais de desenvolvimento humano. In: PIMENTA, S. G.; ALMEIDA, M. I. (Org.).



Pedagogia universitária: caminhos para a formação de professores. São Paulo: Cortez, 2010, 134 p.

HOUSSAYE, J. Para uma definição da Pedagogia. In: HOUSSAYE, J. et al. (Org.). **Manifesto a favor dos pedagogos.** Porto Alegre: Artmed, 2004, 10 p.

LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e Pedagogos para quê?**. São Paulo. Editora Cortez, 2018.

PIMENTA, S. G. Epistemologia da prática ressignificando a didática. In: FRANCO, M. A. S.; PIMENTA, S. G. (Org.). **Didática:** embates contemporâneos. São Paulo: Loyola, 2010.

PROVIMENTO 36/2014-CNJ – **Corregedoria Geral da Justiça.** Disponível em: <https://corregedoria.tjce.jus.br/t/provimento-362014-cnjA>.

SANTOS, M. A. C. Criança e criminalidade no início do século. In: PRIORE, M. D. (Org.). **História das crianças no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2007, p. 210-229.

SEVERO, J. L. R. L. Sobre pedagogia e pedagogos em espaços não escolares apontamentos desde uma síntese de investigação empírica. **Perspectiva**, v.35, n 3, p. 990, 2017.

SILVA, P. R.; SILVA, M. S. P.; MELO, S. F. **As práticas do pedagogo nos tribunais de justiça brasileiros:** a emergência de uma pedagogia jurídica?. In: VI CONEDU - Vol 3, Campina Grande: Realize Editora, 2020, p. 422-441.



PRÁTICAS PEDAGÓGICAS EM ORGANIZAÇÕES SOCIAIS: DESAFIOS E AVANÇOS

Bianca Azevedo Ventura

Introdução

A pedagogia contém os quatro pilares da educação que são saber conhecer, saber fazer, saber conviver e saber ser. Haja vista, esses pilares não estão somente ligados no ambiente escolar, mas também no meio não-escolar, assim desenvolvendo a profissão em setores distintos, perante a isto atuando como um profissional plurivalente, sendo adaptado nas necessidades do cenário atual, o pedagogo pode exercer uma função de capacitado de grupos de colaboradores de empresas que estão em busca de novos conhecimentos no cargo que estão inseridos, assim desenvolvendo uma formação continuada para os mesmo (ALVES; ZUSE, 2004).

Há pouco tempo, deparava-se com a ideia do que o pedagogo só educaria em instituições escolares, mas o pedagogo tem a possibilidade e capacidade de inserir-se em âmbito não-escolar com muita competência e eficácia, já que é possível exercer essa função, compatível com sua formação (ALVES; ZUSE, 2004).

Com essa contribuição para os meios de trabalho atual em um cenário motivacional, fazendo uma nova roupagem da pedagogia em ambientes organizacionais, assim o pedagogo inserido no trabalho fora da educação infantil, busca valorização e credibilidade no mercado, fazendo assim uma inovação da profissão, levando conhecimento em distintas questões tanto quanto social, ambiental, política e econômica levando conteúdos atualizados do âmbito social.

A globalização, com as novas tecnologias, desencadeou uma série de fatores sociais inovadores como: comportamentos, linguagens, culturas, desafios em fim aspectos a serem modificados mediante essas transformações. Como toda mudança, existem as consequências e, entre elas, está o aumento da desigualdade social e a exclusão social, mais do que essas exclusões e desigualdades econômicas, a sociedade sofre com as desigualdades socioculturais (ALVES; ZUSE, 2004).

Contudo, sabemos que o exercício da profissão no meio pedagógico, está amplo e necessário no momento que estamos, a prática do pedagogo em âmbitos de organizações sociais é uma dessas demandas atuais do profissional, e com isso a importância de verificar



os desafios e avanços das práticas pedagógicas em organizações sociais será mostrado no decorrer deste trabalho. Logo, o objetivo do texto é verificar os avanços e desafios na prática pedagógica em Organizações Sociais. Para isso será utilizada a pesquisa bibliográfica.

Pedagogia em organizações sociais

Segundo o Art. 1º da Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998, o Poder Executivo poderá qualificar como organizações sociais pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde, atendidos aos requisitos previstos nesta Lei (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998).

Sendo assim, as organizações sociais surgiram para tratar de algum interesse para o meio social, sendo na questão social, cultura, pesquisa, tecnologia ou de ensino, visando o bem-estar da sociedade como um todo trabalhado em cima dos temas em questão, porém essa lei é de federal direcionada para OS da união conforme a lei n 9.377, de 15 de maio de 1998.

O surgimento das ONGs é talvez o sintoma mais claro, na América Latina, das tendências que levam a pensar num “terceiro setor”. Não passa de um pequeno segmento, mas, segundo Fernandes (1994), as suas características resumem-se com nitidez na ideia do “privado com funções públicas”. São instituições propriamente privadas, mas sem fins lucrativos. Segundo Fernandes (1994, p. 65), “os lucros eventuais devem ser reinvestidos nas atividades-fim, não cabendo a sua distribuição, enquanto tais, entre os membros da organização”.

Diferem quanto à escala, naturalmente, pois as ONGs são micro organizações, se comparadas ao Estado, mas coincidem em diversos aspectos quanto à natureza dos serviços. Fernandes (1994) acrescenta, ainda, que os dados recolhidos dos diretórios regionais projetam um quadro nítido: as ONGs tornaram-se um fenômeno massivo no continente a partir da década de 1970, e cerca de 68% surgiram depois de 1975.

Haja vista, o desenvolvimento das OSs não são de forma lucrativa mesmo sendo uma organização com CNPJ, a função e de cunho social (Segundo o site¹ cultura e economia criativa do Estado de São Paulo, a entidade qualificada como organização social pode

¹ <https://www.transparenciacultura.sp.gov.br/organizacoes-sociais-de-cultura/os-qualificadas/>



concorrer em convocações públicas para o recebimento de dotações orçamentárias, permissões de uso de bens móveis ou imóveis e isenções fiscais para a execução de ações pactuadas no Contrato de Gestão – instrumento que rege a parceria entre o Estado e a organização social (OLIVEIRA; CAVALCANTI, 2014).

Existem diversas organizações pelo país, mas nem todas estão ligados ao governo em si, porém existem distintos fatores para ser ONG, haja vista é um termo que evoca o mundo da política, da militância, da cidadania em que se destaca o seu papel na construção de espaços públicos e na consolidação democrática (FERNANDES, 1996; OLIVEIRA; CAVALCANTI, 2014; KNÖPKER; COSTA, 2020).

Assim, colocando em pauta diversas demandas de não atendimento ao público essencial, fazendo necessário a presença de uma organização que tende a suprir as vulnerabilidades do meio social, tendo uma missão de organização para o bem-estar dos que estão em estado vulneráveis.

A história mostra que o meio capitalista é um dos motivos para que o surgimento das organizações sociais estejam presentes na sociedade contemporânea, portanto a necessidade de amparo social junto as empresas fazem esse cenário mudar de alguma forma, tanto no coletivo quanto no individual.

Se, por um lado, o sistema neoliberal, fortalecido pela globalização dos mercados, culmina no aumento da pobreza e na injusta distribuição de renda, reforçando a exclusão social e, conseqüentemente, o aumento de desassistidos, que, em última instância, são o foco principal das ONGs, por outro, a própria instabilidade dos mercados faz surgir novos modelos de gestão que possam oferecer condições para a sustentabilidade das organizações, incluindo as ONGs (OLIVEIRA; CAVALCANTI, 2014).

Haja vista, essas demandas que as organizações sociais se fazem presentes e buscam acolher e ter um objetivo alcançado para o melhor de um todo, tem suas peculiaridades e realidades para a missão da organização e assim a comunidade amparada seja garantida na atuação da empresa social.

Ao contrário do que muitos pensam a pedagogia social não é simplesmente entretenimento, mas dispõe de objetivos específicos a serem alcançados no lugar que está implantado. Como percebemos ao observar trabalhos desenvolvidos nestas organizações a atuação na pedagogia social não difere em termo didático da pedagogia formal, pois esta



procura em sua intervenção identificar os problemas daquela comunidade e buscar alternativas para superá-los (ARAÚJO et al, 2014).

Portanto, analisando o artigo Pedagogia social a atuação do Pedagogo em ambiente não-escolar, os profissionais de pedagogia têm um grande desafio de legitimidade da sua prática profissional que não são vistos como ofício profissional do pedagogo está questão social, tirando a visão de ajuda, ou seja, sendo um ato de caritativo e não profissional esse é um dos desafios mais presentes no exercício da profissão.

Baseado nessas palavras, pode-se compreender que o pedagogo que está nesse ambiente ainda não é visto como um profissional, mas apenas como mais um que ali se encontrar para prestar um favor à sociedade, ou seja, um ato de caridade. Como já exposto, no decorrer de todo esse texto, isso se deve a forma em que a pedagogia social passou a ser estudada e executada na prática, ou seja, por meio da consequência de conflitos sociais, econômicos e políticos (ARAÚJO et al, 2014).

Entretanto, os avanços em cima das demandas do Pedagogo no ramo de Pedagogia junto a sociedade estão muito fortes atualmente, pois é posto em uma prática de dinamizar uma empresa que está ali para servir as danças da sociedade, trabalhando com uma visão ampla de ensino e aprendizagem motivacional, criando e inovando no mercado para o desenvolvimento econômico e social da comunidade amparada pela organização social.

Considerações Finais

Com os estudos dos textos, foi verificado uma das novas vertentes da pedagogia em cenários de organização sociais, a importância da profissão no meio social nas demandas junto a sociedade para o desenvolvimento e amparo do indivíduo e coletivo, visando o ambiente que está inserido do pedagogo e sua prática didática no ambiente empresarial, com isso a verificação dos avanços e desafios que a profissão vive foi analisada no estudo biográfico, sendo assim um dos desafios da profissão e a visão caritativa da pedagogia no meio social e não compreensão da importância da pedagogia e que ela pode ser inserida na equipe de uma empresa social. Contudo, o profissional pedagogo social está tendo grande visibilidade no mercado devido à grande desvantagem economia, cultural no âmbito social, perante isso as demandas estão mais corriqueiras no cenário mundial, fazendo assim a incorporação do profissional em projetos educativos e intervenções no meio de ações para



ensinar o indivíduo e os marginalizados culturalmente, ou seja, trabalhando a inclusão do próprio indivíduo no âmbito social.

É notório que a intensificação do trabalho e do exercício profissional do pedagogo tem que ser mais apresentada, pois ainda é pouco conhecido até mesmo para os futuros profissionais que ainda tem a visão do pedagogo de sala de aula, portanto, as próprias faculdades e universidades poderiam começar a trabalhar essas ramificações da pedagogia nos primeiros dias do curso, e assim sucessivamente o próprio profissional saberá que pode e deve está inserido em distintos meios de mercado.

Referências

ALVES, F.; ZUSE, A. J. O pedagogo nas organizações: seus saberes e fazeres. **Disciplinarum Scientia**, v. 5, n. 1, p. 93-108, 2004.

ARAÚJO, N. F. M.; LIMA, S. R. O.; CUNHA, S. F.; FERNANDES, L. M. S. **Pedagogia social**: a atuação do pedagogo em ambiente não-escolar. In: Anais VI FIPED, Campina Grande: Realize Editora, 2014.

FERNANDES, M. C. **ONGs**: a emergência do terceiro setor. 1996. 96 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Rio Grande do Norte, 1996.

FERNANDES, R. C. As Organizações Não-Governamentais (ONGs). In: FERNANDES, R. C. **Privado porém, Público**: O Terceiro Setor na América Latina. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

KNÖPKER, M.; COSTA, M. V. Organizações sociais e forma(ta)ção docente. **Reflexão e Ação**, v. 28, n. 2, p. 179-192, 2020.

OLIVEIRA, A. R. R.; CAVALCANTI, M. C. M. **ONGs enquanto espaço não escolar**: de quais competências estamos falando?. In: Anais XXII EPENN, Natal: ANPEd, 2014.



A PEDAGOGIA NOS AMBIENTES DE INTERNAÇÃO, JUNTO AOS JOVENS PRIVADOS DE LIBERDADE: as ações socioeducativas em análise

Claudionor Gonçalves Melo Junior

Introdução

As medidas da política de socioeducação ainda estão atreladas a uma lógica de punição, de castigo, haja visto que a seletividade econômica possui influência negativa na questão penal, afetando principalmente a população menos favorecida, atuando de forma mais rígida na punição a delitos menores, cometidos por jovens de classe mais baixa, que não têm acesso a uma defesa de qualidade para seu acompanhamento, levando a velha crença de que o castigo seria a única forma de diminuir as ações delituosas daqueles jovens de menor poder econômico, e das classes com menor acesso a direitos básicos, reafirmando a punição somente a determinado nicho da sociedade, sendo mais severo com muitos, em detrimento a uma menor efetividade aos delitos cometidos por outros mais privilegiados, mesmo que estes delitos sejam de maior potencial ofensivo (FIDALGO et al, 2017, p.142-143).

Neste trabalho, abordaremos especificamente a socioeducação como possibilidade de atuação do profissional de pedagogia, na busca de mais informações sobre este campo de atuação, assim como demonstrar todas as problemáticas que envolvem estas ações, seus desafios e suas possibilidades para levar aos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas, a possibilidade de reintegração e crescimento moral e social.

A socioeducação como forma de atendimento aos jovens que cometem atos infracionais ganhou mais força após a promulgação no estatuto da Criança e do Adolescente, das ações socioeducativas, o que foi uma grande conquista para o atendimento de jovens infratores. A “socioeducação é um conjunto articulado de programas, serviços e ações desenvolvidos à partir da articulação entre práticas educativas, demandas sociais e direitos humanos com o objetivo de mobilizar nos jovens novos posicionamentos sem, contudo, romper com as regras éticas e sociais vigentes” (BISINOTO et al, 2015, p.575).



A pedagogia se ocupa da educação intencional, seja num espaço formal, seja num espaço não formal, propondo-se a investigar fatores que contribuem para a construção e a reconstrução do conhecimento humano produzido dentro de um contexto social. (CUNHA et al, 2013)

Logo, o objetivo do texto é analisar a atuação dos pedagogos junto aos jovens com privação de liberdade, no cumprimento de medidas socioeducativas, na busca de seu desenvolvimento moral e intelectual, devolvendo-lhes o direito de reconstruir suas histórias de vida com autonomia e dignidade, além de entender as possibilidades e os desafios enfrentados pelo profissional de educação, no atendimento a este público específico.

Para este trabalho, foi utilizada uma metodologia bibliográfica e documental, pesquisando autores alinhados com o objetivo desta pesquisa, como Fidalgo et al (2017), que nos diz que “o domínio econômico exerce influência nas políticas penais do país”, influência esta que acaba sendo desigual. Buscamos também no Estatuto da Criança e do Adolescente, onde a socioeducação ganhou força para a atuação dos pedagogos e demais profissionais envolvidos no atendimento aos jovens em conflito com a lei. A lei nº12.318, de 26 de agosto de 2012, também serviu de aprofundamento para esta pesquisa, pois ela instituiu o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), que regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescentes que pratiquem atos infracionais.

As ações socioeducativas em análise

A então presidenta da Republica, Dilma Rousseff, sancionou a lei Nº 15.594, de 18 de janeiro de 2012, que criou o Sinase (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo) que regulamenta a execução de medidas socioeducativas destinadas a adolescentes que pratiquem ato infracional, de acordo com o art.12 da Lei nº 8.069, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Esta lei prevê, em seu artigo 8º, a responsabilidade e a obrigação em elaborar medidas que atendam aos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas, ações que disponibilizem atendimentos educacionais, assistencial e de saúde, assim como acesso à cultura e esportes, e sua capacitação profissional.

Ainda de acordo com esta lei, as entidades que prestarão este atendimento deverão apresentar os planos de ações respectivos ao cumprimento do que determina a lei, com as



exposições das linhas gerais dos métodos e das técnicas pedagógicas com suas determinadas especificidades, indicando a estrutura material e de recursos humanos utilizados nestes acompanhamentos.

Segundo o artigo 12 desta mesma lei, os atendimentos devem ser feitos de forma interdisciplinar, buscando profissionais específicos, mas principalmente, aqueles ligados às áreas de saúde, educação e assistência social, além de profissionais de outras áreas de acordo com as demandas apresentadas.

O artigo 13 determina que estas medidas devem ser constantemente acompanhadas por monitores, que sempre devem avaliar a evolução dos internos, repassando ao seu superior todos os avanços conseguidos, para uma possível reavaliação da necessidade de se manter, ou não, tais medidas, mantendo sempre os pais ou responsáveis do menor, informado sobre todas as ações, as finalidades, e as formas que estas são aplicadas durante o acompanhamento das medidas socioeducativas.

Todo o acompanhamento e cumprimento das ações socioeducativas deverão estar disponibilizados no PIA (Plano Individual de Atendimento)

O PIA deverá contemplar a participação dos pais ou responsáveis, os quais têm o dever de contribuir com o processo ressocializador do adolescente, sendo esses passíveis de responsabilização administrativa, nos termos do art. 249 da Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), civil e criminal” BRASIL (2012).

O perfil das pessoas que cumprem medidas socioeducativas, no Brasil, é formada em sua grande maioria por adolescentes homens, negros, ou pardos, moradores de áreas periféricas, que romperam seus vínculos familiares e afetivos, que abandonaram os estudos, e sem qualificação profissional (BRASIL, 2016).

Este conjunto de normas regulamenta e fortalece o atendimento socioeducativo, estipulando normas e formas de atuação, tanto na criação, como nas aplicações das ações socioeducacionais, estipulando a criação de equipes multidisciplinares para que o jovem em conflito com a lei tenha um acompanhamento com qualidade, para que seu desenvolvimento seja acompanhado, tanto pelos técnicos envolvidos, como também por seus familiares, que têm um papel fundamental no tratamento destes jovens.



O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a socioeducação

Embora o ECA defina as medidas socioeducativas como substituição as penalidades comuns atribuídas àqueles que cometem delitos, o que foi um avanço para o atendimento aos menores em conflito com a lei, ainda não define as formas de aplicação que efetivamente possam atender a estes menores, para que estes atinjam seu desenvolvimento.

A noção de socioeducação surgiu com a implementação das medidas socioeducativas normatizadas pelo ECA, o qual contempla a organização estrutural e o funcionamento das instituições de atendimento, mas deixou uma lacuna quanto à compreensão da socioeducação que pudesse se materializar em intervenções consistentes e promotoras do desenvolvimento dos adolescentes. No ECA, a forma substantiva – socioeducação – não aparece no texto, apenas sua forma adjetiva. De maneira geral, os marcos legais e políticos utilizam termos como “atendimento socioeducativo”, “ação socioeducativa”, “práticas de socioeducação”, “política socioeducativa”, entre outros”. (BISINOTO et al, 2015, p. 576)

Em linhas gerais, o ECA e o Sinase estabeleceram dois tipos de medidas: as de meio aberto, quando são executadas com os adolescentes em liberdade, e as de meio fechado, ou mais especificamente as restritivas e privativas de liberdade, quando executadas em adolescentes que estão sob a tutela do Estado em instituições de semiliberdade ou de internação, respectivamente. Relativo à centralidade da prática educativa no entendimento e execução da medida socioeducativa, cabe destacar que, para além do processo judicial, ela contempla a participação e envolvimento do adolescente em uma ampla rede de atendimento que deve ser acessada durante o percurso da medida. Desse modo, a execução das medidas socioeducativas requer, necessariamente, estratégias intersetoriais de acompanhamento dos jovens (Lei n. 12594/2012; Resolução n. 119/2006).

O profissional de educação que atua dentro desta educação social, não é um mero instrumento que leva ações educativas aos menores em situação de cumprimento de medidas socioeducativas, ele deve agir para que esta exclusão não seja vista como normalidade, nossa educação por si, só, já é uma educação que privilegia as classes de maior poder econômico, e não pode ser entendida como uma questão social que não pode ser mudada.

O sujeito em conflito com a lei precisa entender seu erro, e compreender o que o levou a praticar seu delito, além de ser motivado a não recair em tais atos, buscando o seu próprio desenvolvimento social e moral, para que possa crescer e mudar sua história.



Neste contexto, a socioeducação deve fortalecer a educação social como forma de driblar as desigualdades sociais que envolvem a maioria dos menores em privação de liberdade, já que a ampla maioria dos internos derivam de classes baixas, de maioria negras e com baixo nível de escolaridade, o que denota a grande desigualdade enfrentada pela juventude periférica brasileira.

A socioeducação, portanto, situa-se nesse vasto campo da educação social, apoiando-se na concepção de uma educação fortemente social, pautada na afirmação e efetivação dos direitos humanos, com compromisso com a emancipação e autonomia de cada sujeito em sua relação com a sociedade. A socioeducação se orienta por valores de justiça, igualdade, fraternidade, entre outros, tendo como objetivo principal o desenvolvimento de variadas competências que possibilitem que as pessoas rompam e superem as condições de violência, de pobreza e de marginalidade que caracterizam sua exclusão social”. (BISINOTO et al, 2015, s.p)

Ainda há o senso comum de que o cárcere reabilite e transforme a vida daquele adolescente, que resolva o problema da desigualdade social, como se estes jovens privados de sua liberdade, cumprindo medidas socioeducativas, sairão com a possibilidade de mudarem suas vidas, como se não houvessem outras questões envolvidas dentro desta prática delituosa, e que levaram, ou foram um dos motivos que fizeram com que aquele jovem cometesse tais delitos, como as questões sociais, culturais e econômicas que este adolescente passou antes de cometer o ato infracional em si, é como se tudo dependesse apenas deles.

A explicação deste perfil não pretende, de forma alguma, demonstrar que o problema criminal do país se resume ao trinômio preto-pobre-vagabundo. Aliás, tal discurso, que tem sido imensamente repercutido pela mídia e pela sociedade, além de endossar o processo de seletividade penal, aponta como “solução” para a questão criminal uma “única” solução: o agravamento da punição (FIDALGO, 2017, p.142).

A socioeducação, ou educação social, trata-se de uma educação formal através de instituições que são parceiras do sistema socioeducacional, ou através da educação informal, com a aplicação de projetos diversos que o pedagogo desenvolve dentro das unidades prisionais. Os jovens que são internados para cumprir as medidas socioeducativas, têm a obrigação de participar das aulas, faz parte de sua rotina e do seu “tratamento”, para que futuramente ele possa retornar ao convívio externo, já com a possibilidade de obter uma melhoria de vida, através da educação.



O pedagogo ao receber este adolescente, deve providenciar prioritariamente o contato com a escola onde este jovem estuda, ou estudava, se for o caso, buscando junto à família, as informações necessárias para que se possa atuar de imediato nas medidas necessárias para serem aplicadas a este jovem, matricular e criar um vínculo com este jovem.

Geralmente, estes jovens evadiram-se das escolas há muito tempo, outros nem chegaram a frequentar um ambiente escolar, simplesmente abandonam, ou por questões familiares, em lares desajustados, ou por se envolverem muito cedo com atos ilícitos, ou com o uso de drogas, perdendo totalmente o interesse pelos estudos.

Por isso a importância do pedagogo dentro da socioeducação, onde um dos objetivos seria a tentativa de resgatar estes jovens, de trazê-los de volta à sala de aula, fortalecendo a ideia de que através da educação, eles têm maiores possibilidades de saírem logo daquele ambiente hostil, de ganharem sua liberdade, de buscarem um futuro diferente daquele que os levou até ali, mostrando a importância que o estudo terá na vida dele, nas mudanças que ele pode almejar através da educação (SOUZA, 2018, p. 63-64).

Outra função do pedagogo dentro da socioeducação seria a coordenação, planejamento, e o acompanhamento das atividades formais na, além da educação informal, através de projetos. O pedagogo orienta e administra as ações educacionais dentro da socioeducação, prepara estes jovens para avaliações de ensino médio, cursos profissionalizantes, ensino de jovens e adultos, para certificação de ensino fundamental e médio, dentre outras funções ligadas especificamente à educação destes jovens e adultos (SOUZA, 2018).

Além de tudo isso, ainda existe as atividades educacionais informais, que também são atribuições dos pedagogos, atividades culturais e esportivas fazem parte deste processo da socioeducação, e o pedagogo deve criar projetos para a inclusão destes jovens também na questão de esporte, cultura e lazer (SOUZA, 2018).

Considerações Finais

A educação social, ou a socioeducação, exercida pelos profissionais de pedagogia, possui desafios que jamais encontraria dentro de um sistema educacional tradicional, em ambiente escolar, é claro que atuar junto a jovens em conflito com a lei já tem uma carga de preconceitos e medos que são normais, pois é senso comum nos ensina que aqueles que



cometem crimes, ou infrações penais, são perigosos, que a nossa segurança corre risco todos os dias, mas em contrapartida, a possibilidade de levar esperança e alento àqueles que já não tinham mais nenhuma expectativa no seu futuro, a não ser o prosseguimento na marginalidade.

A fase da adolescência é uma fase crítica, cheio de incertezas e descobertas, mudanças de personalidade muitas vezes influenciadas pelo meio social em que vivem, que trazem escolhas incorretas e dolorosas. A adolescência é um momento da vida que um jovem tem o desejo e o impulso de fazer experimentos, e o risco de se perder é bastante alto, simplesmente por falta de orientação.

Não se pode julgar as causas e consequências de determinados atos, mas proporcionar ações pedagógicas, mesmo quando ocorre a restrição de liberdade do infrator é algo que edifica as relações, que nos mostra que estamos no caminho certo, e que nossa atuação profissional sempre será capaz de mudar vidas, e transformar destinos.

É notório a grande importância dos pedagogos na atuação como socioeducadores dentro dos espaços de cumprimento de medidas socioeducativas, junto a jovens em conflito com a lei. Os pedagogos atuam diretamente na elaboração de projetos, tanto na educação formal, como informal, para que os objetivos buscados sejam alcançados, e os jovens tenham novas oportunidades fora destes ambientes.

Referências

BISINOTO, C.; BRIGITTE OLIVA, O.; ARRAES, J.; YOSHI GALLI, C.; GALLI DE AMORIM, G.; ALVES DE SOUZA, S. Socioeducação, origem, significado e implicações para o atendimento socioeducativo. **Psicologia em Estudo**, v. 20, n. 4, 2015, p. 575-585.

BRASIL. **Sistema Nacional de Atendimento Socioducativo**. Lei n. 12.594, de 18 de Janeiro de 2012.

CUNHA, A. L.; SANTA HELENA, E.; GIRON, G. R.; DAMICO, J. G. S.; BORGES, K. S.; SCHNEIDER, L. A.; BORGES, M. L.; SCHMITZ, T. **Pedagogia em ambientes não escolares**. Curitiba: InterSaber, 2013.

ECA (Estatuto da Criança e do adolescente) Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990.

FIDALGO, F. S. R.; ALVES, Y. E.; SILVA, K. O. A. Trabalho e educação: Juventude Encarcerada. **Margens**, v. 11, n. 16, 2017.

LÚCIO, N. F. **Punição e criminalização da pobreza**: uma análise das violações de direitos sofridas por adolescentes em privação de liberdade. 2018. 169f. Dissertação (Mestrado em



Psicologia). Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

SOUZA, R. **A função de pedagogos/as na socioeducação**: limites e possibilidades. 2018. 82 f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso). Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2018.

TEIXEIRA, F. S. **(Sócio)Educação**: desafios para a práxis pedagógica. 2013. 51 f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso). Universidade de Brasília, Brasília, 2013.



PEDAGOGIA HOSPITALAR DURANTE O PERÍODO PANDÊMICO DE COVID-19 NO BRASIL

*Dulciane Mescouto Campos de Moraes
Mayra da Cruz Duarte*

Introdução

Alves e Zuse (2004) afirmam que a pedagogia em organização social é a atuação do pedagogo em outros setores da sociedade, fora do ambiente escolar, tornando possível o desenvolvimento humano em uma educação continuada, para melhor atender as necessidades sociais.

Dentro da pedagogia hospitalar, aqui analisada com destaque, esse profissional deve atuar de acordo com a situação específica e tratamento de saúde de cada aluno, o pedagogo hospitalar atua fazendo a ponte entre o hospital, o paciente, os familiares e a escola onde essa criança ou adolescente está matriculada. Esse trabalho tem o objetivo de descrever os desafios da educação em ambientes hospitalares durante a pandemia da Covid-19 no Brasil, será feita uma pesquisa bibliográfica com base nos trabalhos de Dantas (2020) e Nunes e Silva (2020).

Breve histórico da pedagogia hospitalar no Brasil

A Pedagogia hospitalar tem seu início em 1935, com Henri Sellier, na França (SANTOS; SOUZA, 2009). No Brasil, essa prática teve início na década de 50 do século passado (FONSECA, 1999), tendo sido expandida de maneira significativa a partir do ano 2000, ainda com a necessidade de maiores investimentos no que diz respeito a políticas públicas no âmbito educacional, longe ainda do ideal para atender as reais necessidades dos alunos hospitalizados (DANTAS, 2020).

O amparo dos alunos dentro dos parâmetros hospitalares está assegurado pela legislação através do estatuto da criança e do adolescente hospitalizado (BRASIL, 1995).

Vale ressaltar que o atendimento a esse aluno hospitalizado dependerá do tipo de convênio firmado entre Estado e hospital e das necessidades deste último.



A proposta na lei de diretrizes e bases da educação nacional orienta que toda criança disponha de todas as oportunidades possíveis para que os processos de desenvolvimento e aprendizagem não sejam suspensos (MEC, 2005).

Para que todo o apoio necessário a essa criança seja assegurado, o pedagogo desenvolve sua atividade profissional também junto às famílias desses alunos internados, pois, muitas vezes a família não consegue dispor de mecanismos adequados e necessários na ajuda dessa criança ou adolescente enfermo, que também necessitam de ajuda psicoafetiva.

Nesse sentido, a Pedagogia hospitalar vem se expandindo no atendimento a crianças hospitalizadas dentro de uma filosofia humanística (DANTAS, 2020).

A Pedagogia Hospitalar, é aquele ramo da Pedagogia, cujo objeto de estudo, investigação e dedicação é a situação do estudante hospitalizado, a fim de que continue progredindo na aprendizagem cultural, formativa e, muito especialmente, quanto ao modo de enfrentar a sua enfermidade, com vistas ao autocuidado e à prevenção de outras possíveis alterações na sua saúde (MATOS; MUGIATTI, 2012, p. 79).

Dentre as atividades desenvolvidas por esse profissional junto a esses alunos enfermos estão: a contação de histórias, brincadeiras, jogos, dramatização, desenhos e pinturas; essas atividades são estratégicas para que esse aluno, que passa pelo delicado momento de internação hospitalar, possa sentir-se motivado na sua recuperação.

A pandemia da Covid-19 chega ao Brasil

Uma doença inusitada e letal que teve seu primeiro registrado na China em dezembro de 2019 e que se alastrou por todo o mundo, algo tão desconhecido tanto para a população quanto para a medicina. O Brasil identificou a primeira contaminação pelo novo coronavírus no final de fevereiro de 2020, mês em que também foi registrada a primeira morte pela doença.

Organização Mundial de Saúde (OMS) a decretar uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional, em 30 de janeiro de 2020 e uma pandemia no dia 11 de março de 2020.



insuficiente conhecimento científico sobre o novo coronavírus, sua alta velocidade de disseminação e capacidade de provocar mortes em populações vulneráveis, geram incertezas sobre quais seriam as melhores estratégias a serem utilizadas para o enfrentamento da epidemia em diferentes partes do mundo. No Brasil, os desafios são ainda maiores, pois pouco se sabe sobre as características de transmissão da COVID-19 num contexto de grande desigualdade social, com populações vivendo em condições precárias de habitação e saneamento, sem acesso sistemático à água e em situação de aglomeração (WERNECK; CARVALHO, 2020, p. 01).

Uma das principais características dessa doença, foi a velocidade de disseminação, com essa contaminação em grande escala houve a necessidade de se evitar aglomerações, e manter uma política de distanciamento social. Com isso a desigualdade social também ficou evidente demonstrando que o Brasil ainda tem grandes desafios.

No início de 2020, o mundo foi paralisado por uma pandemia. O alto grau de contágio do vírus COVID-19 fez com que o isolamento social fosse a arma mais poderosa para o combate ao vírus. As instituições educacionais precisaram fechar suas portas e a grande parte dessas instituições deu continuidade às atividades por meio do ensino remoto (COSTA; NASCIMENTO, 2020, p. 01).

Com o impacto da pandemia da Covid-19 e com a possibilidade de um colapso no sistema de saúde, foi necessário se discutir o que era realmente essencial, quais serviços eram indispensáveis? Então em março de 2020 juntos a essas intuições de ensino o trabalho do pedagogo em hospitais também foi suspenso por tempo indeterminado.

Por determinações estaduais e municipais todo espaço que pudesse causar aglomeração foi fechado e só serviços essenciais se mantinham funcionando, e a campanha “fique em casa” tomou conta do Brasil. Com o cenário caótico e os hospitais sendo a linha de frente ao combate da Covid-19, o número de contaminações e mortes em alta, gradativamente o trabalho do pedagogo foi suspenso, os primeiros espaços a serem fechado foram as brinquedotecas para evitar aglomeração, logo em seguida dispensaram os trabalhos acadêmicos e os voluntários, por questões de segurança.



Considerações Finais

Esse trabalho tem o objetivo de apresentar os desafios dos pedagogos hospitalares diante da pandemia da Covid-19, desafios esses que se intensificaram com a suspensão das aulas diante do distanciamento social, para manter esse trabalho tão fundamental para as crianças que se encontram em momentos de enfermidade e fazer com que o desejo de aprender continue vivo, já que o trabalho pedagógico hospitalar alimenta a vida através da música, da arte e da literatura, várias medidas foram tomadas.

Diante do atual período de isolamento social, o trabalho do pedagogo teve que ser readequado, e um dos desafios foi pensar em uma forma de manter o trabalho, apesar das circunstâncias, então foram implementadas aulas remotas e desenvolvidas estratégias, como kits lúdicos de uso individual para brincar com o acompanhante, atividades impressas, pinturas, ouvir música, ouvir uma história, oferecendo material pedagógico, brinquedos, máscaras infantis, todos higienizados e distribuídos individualmente e disponibilizando os recursos necessários.

A falta de recursos tecnológicos para acompanhar as aulas remotas também foi um dos desafios em várias regiões do país, pois a desigualdade social é um dos problemas enfrentados no Brasil, uma batalha que está longe de acabar, então com os recursos limitados e falta de internet para assistir as aulas, os governos estaduais e municipais de cada estado buscaram uma forma de garantir essa equidade para as camadas mais pobres de nossa sociedade.

A educação como direito humano inalienável e pertencente a todos os cidadãos brasileiros, mesmo diante de uma pandemia o direito de estudar não pode ser negado, reconhecendo que este direito ainda não foi plenamente conquistado na realidade brasileira, contexto em que a desigualdade social, econômica e cultural tem demonstrado.



Referências

- ALVES, F.; ZUSE, A. J. O pedagogo nas Organizações: Seus Saberes e Fazeres. **Disciplinarum Scientist**, v. 05, n. 01, p. 93-108, 2004.
- COSTA, A. E. R.; NASCIMENTO, A. W. R. **Os desafios do ensino remoto em tempos de pandemia no Brasil**. Anais VII CONEDU. Campina Grande: Realize Editora, 2020.
- DANTAS, J. L. L. A prática pedagógica hospitalar em tempos de pandemia: uma reflexão à luz de Grande Sertão Veredas. **Pedagogia em ação**, v. 13, n. 1. p. 226-236, 2020.
- FONSECA, E. S. A situação brasileira do atendimento pedagógico-educacional hospitalar. **Revista Educação e Pesquisa**, v. 25, p. 117-129, 1999.
- MATOS, E. L. M.; MUGIATTI, M. M. T. F. **Pedagogia hospitalar: A humanização integrando educação e saúde**. Petrópolis: Vozes, 2012.
- NUNES, C. N.; SILVA, S. S. L. S. **As classes hospitalares: desafios da educação a distância no contexto da Covid-19**. Anais do CIET/EnPED, São Paulo: UFSCAR, 2020.
- SANTOS, C. B.; SOUZA, M. R. **Ambiente Hospitalar e Escolar**. Petrópolis: Vozes, 2009.
- VENÂNCIO, A. C. L.; PETERS, I.; COSTA, M. S. W. **(Re)existências no atendimento hospitalar durante a pandemia: redimensionamento da docência sob enfoque colaborativo**. Anais VII CONEDU. Campina Grande: Realize Editora, 2020.
- WERNECK, G. L.; CARVALHO, M. S. A pandemia de COVID-19 no Brasil: crônica de uma crise sanitária anunciada. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, n. 5, 2020.



A PRÁTICA DO PEDAGOGO EM INSTITUIÇÃO NÃO-ESCOLAR: procurando entender sua origem e importância

Eliani dos Santos Monteiro

Introdução

Este artigo apresenta o resultado da pesquisa realizada sobre os campos de atuação do pedagogo fora do ambiente escolar. A investigação se justifica em função do campo de atuação profissional do pedagogo relativamente novo, e busca desmistificar a ideia de que o egresso dos cursos de graduação deverá atuar apenas na docência. Percebeu-se, nas leituras dos referenciais teóricos, que os novos campos de atuação são os mais variados, podendo ser as empresas, hospitais, espaços socioeducativos, etc.

Porém, constatou-se esta evolução como um campo ainda tímido e pouco ocupado. Poucas são as referências sobre o tema, o que acaba limitando nossa investigação, até mesmo no campo prático. Como percebemos a presença do pedagogo não é encontrada nos possíveis locais onde sua atuação seria de fundamental importância para um maior estabelecimento de programas, visando à melhoria nas relações dentro desses espaços, bem como o maior desenvolvimento de projetos objetivando a aceitação das diferenças, como é dito por Frison (2006, p. 23).

[...] é preciso estabelecer relações de parceria e favorecer a construção de propostas de trabalho que envolvam diversidade, multiplicidade, pluralismo. Não se pode mais entender o mundo, nem a si mesmo, de modo fragmentado, como uma conjugação de partes separadas e isoladas

A Presença da Pedagogia no Contexto Hospitalar e a Classe Hospitalar

A presença do pedagogo no contexto hospitalar remonta à década de 1950, quando foi criada a primeira Classe Hospitalar, vinculada ao Hospital Municipal Menino Jesus, no Rio de Janeiro, que visava ao atendimento pedagógico a estudantes hospitalizados, além de promover um espaço mais agradável e prazeroso, mais próximo de seu ambiente escolar (ESTEVES, 2008).

Ressalta-se que o reconhecimento deste tipo de atendimento ocorreu a partir da Resolução nº 41/1995, que estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente Hospitalizado,



em que a criança tem o “Direito de desfrutar de alguma forma de recreação, programas de educação para a saúde e acompanhamento do currículo escolar durante sua permanência hospitalar” (CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, 1995).

A Secretaria da Educação Especial (BRASIL, 2002) aborda a adequação do professor no ambiente Hospitalar como forma de integrá-lo ao ambiente e de fornecer esclarecimentos em como este administrará sua prática.

Com a necessidade surgida a partir da ampliação das possibilidades, diversificasse o espaço de atuação do pedagogo. Essa ultrapassa os muros escolares, adentrando os espaços não escolares. Com a intenção de estudar essas transformações, a pesquisa busca responder as questões norteadoras propostas: como vem se instituindo estes novos espaços educativos como campo de atuação do pedagogo? Qual sua contribuição para as práticas educativas e quais as vantagens de sua atuação nesses espaços? Ao buscar responder tais questões, a pesquisa buscou compreender os fatores que suscitaram a participação do pedagogo nestes novos ambientes.

Atualmente, a Pedagogia Hospitalar como processo pedagógico é uma realidade no vasto leque de atuação do pedagogo na sociedade contemporânea. Em muitos casos funciona em parceria entre hospital, Universidade através dos estagiários e a instituição escolar de onde o paciente é oriundo, preservando a continuidade do desenvolvimento da aprendizagem, através de metodologias diferenciadas, flexíveis e vigilantes que respeitem o quadro clínico.

Rezende (2001) defende a importância desses estágios para os acadêmicos no hospital, colocando que o pedagogo, para adentrar aos novos espaços de atuação, necessita de um amplo conhecimento de mundo, tendo a necessidade de uma constante atualização. Para tanto, este deve ser capaz, como afirma Fireman (2000 p. 61-62)

O pedagogo, para trabalhar no âmbito não-formal, deve ainda ser capaz de articular com valores humanos, com os sistemas de comunicação, com as relações interpessoais, com currículos, práticas pedagógicas, avaliação e planejamento em contextos diversos. Deverá estar capacitado para trabalhar com as mudanças tecnológicas e de mercado econômico, bem como com a gestão do conhecimento.

Podemos perceber, com o que Franco (2001) destaca sobre a formação capacidades do pedagogo, que neste momento histórico da Pedagogia começam a ser quebrados antigos



paradigmas sobre o perfil de formação e atuação do pedagogo, e começa a surgir um novo pedagogo com umas novas práxis educativas a partir de novas perspectivas formativas que fornecem o enfrentamento corajoso do renascimento desta profissão.

Podemos comprovar isso com Matos e Muggiati (2001), ao apresentarem a integração de duas pesquisas de dissertação de mestrado, uma na esfera social e a outra na esfera pedagógica, mas ambas com propósitos complementares e convergentes à criança hospitalizada. O livro apresenta essas mudanças no campo de atuação do pedagogo abordadas por Pimenta e Franco, pois enfatizam que estamos passando por um momento histórico da Pedagogia, que vem sinalizando a necessidade da também presença do pedagogo nas equipes de saúde. Porém, alertam para o fato de que

[...] a questão da formação desse profissional constitui-se num desafio aos cursos de Pedagogia, uma vez que as mudanças sociais aceleradas estão a exigir uma premente e avançada abertura de seus parâmetros, com vistas a oferecer os necessários fundamentos teórico-práticos, para o alcance de atendimentos diferenciados emergentes no cenário educacional (MATOS; MUGGIATI, 2001, p. 15).

O pedagogo passa a ser buscado por diversos setores dentro da sociedade, entretanto esses setores querem profissionais capacitados, com desenvoltura para a resolução dos mais variados problemas, execução e elaboração de projetos etc., e os cursos de graduação não proporcionam esse conhecimento aos seus discentes, que saem da graduação, sem ter o domínio necessário da teoria sobre os novos espaços de atuação. Ao adentrarem ao mercado de trabalho, são chamados para assumir essa nova função terão que aprender na prática, no desenvolvimento diário de sua função.

As práticas do pedagogo na Pedagogia Hospitalar poderão correr em ações inseridas nos projetos e programas nas seguintes modalidades de cunho pedagógico e formativo: nas unidades de internação; na ala de recreação do hospital; para as crianças que necessitem de estimulação essencial; com classe hospitalar de escolarização para continuidade dos estudos e também no atendimento ambulatorial.

A Pedagogia Hospitalar também busca oferecer assessoria e atendimento emocional e humanístico tanto para o paciente (criança/jovem) como para o familiar (pai/mãe) que muitas vezes apresentam problemas de ordem psico/afetiva que podem prejudicar na adaptação no espaço hospitalar, mas de forma bem diferente do psicólogo. A prática do pedagogo se dará através das variadas atividades lúdicas e recreativas como a arte de contar



histórias, brincadeiras, jogos, dramatização, desenhos e pinturas, a continuação dos estudos no hospital. Essas práticas são as estratégias da Pedagogia Hospitalar para ajudar na adaptação, motivação e recuperação do paciente, que por outro lado, também estará ocupando o tempo ocioso.

Considerações finais

Diante do cenário atual do mercado de trabalho, da mudança de paradigmas pelas quais a sociedade contemporânea passa no advento da política neoliberal, gestores de várias instituições passaram a sentir a necessidade de ter um pedagogo dentro do seu empreendimento, por ser um profissional com uma ampla visão de mundo, com conhecimentos diversos e também devido à capacidade de lidar com os mais diversos tipos de pessoas, além de possuir a competência para desenvolver atividades voltadas à aprendizagem nos mais variados espaços. Constatamos que a prática pedagógica não ocorre de forma isolada dentro das instituições escolares, mas em qualquer lugar onde se busque promover o desenvolvimento de situações que levem à aprendizagem, à formação de novas capacidades intelectuais.

O pedagogo ainda não chegou a todos os ambientes possíveis, no entanto, nos últimos anos, percebe-se um aumento na inserção desse profissional nesses novos campos de atuação no Brasil. Porém, é nítida a procura de jovens pelos cursos de graduação nessa área, muitos já visando à formação para atuar como pedagogo *stricto sensu*.

De acordo com as leituras feitas, é notória a necessidade das empresas, organizações, hospitais etc., atentarem para o perfil dos seus colaboradores que atualmente buscam oportunidades para serem reconhecidos. Justificamos com a fala de Frison (2006, p. 17): “existe um número considerável de pessoas que almejam oportunidades na própria organização para continuarem a aprender e assim melhorar a qualidade seu trabalho”. Desse modo, falta para as instituições e empresas visitadas ampliação da visão de como um pedagogo poderia estar contribuindo para o maior rendimento dos seus funcionários, bem como melhorando, por consequência, a visão transmitida por estes espaços aos seus respectivos públicos.



Referências

ALMEIDA, L. I. S.; COSTA, G. M. T. Pedagogia Empresarial: A importância da valorização humana na empresa. **Revista REI**, v. 7, n. 15, 2012.

BRASIL. **Classe hospitalar e atendimento pedagógico domiciliar**: Estratégias e orientações. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial, 2002.

BRASIL. **Lei n. 11.104, de 21 de março de 2005**. Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de brinquedotecas nas unidades de saúde que ofereçam atendimento pediátrico em regime de internação.

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. **Resolução n. 41 de 13 outubro de 1995**. Direitos da Criança e do Adolescente Hospitalizado.

ESTEVES, C. R. *Pedagogia hospitalar*: um breve histórico.

FIREMAN, M. D. **O trabalho do pedagogo em instituição não escolar**. 2006. 116 f. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Alagoas, Sergipe, 2006.

FONSECA, E. S. **Atendimento escolar no ambiente hospitalar**. São Paulo: Memnon, 2003.

FRANCO, M. A. S. Para um currículo de formação de pedagogos: indicativos. In: PIMENTA, S. G. (Org.). **Pedagogia e Pedagogos**: caminhos e perspectivas. São Paulo: Cortez, 2001.

FRISON, L. M. B. **Auto-regulação da aprendizagem**: atuação do pedagogo em espaços não-escolares. 2006. 343 f. Tese (Doutorado). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

MATOS, E. L. M. **Pedagogia Hospital**: a humanização integrando educação e saúde. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MATOS, E. L. M.; MUGGIATI, M. M. T. F. **Pedagogia Hospitalar**. Curitiba: Champagnat, 2001.

REZENDE, L. A. (Org.). **Tramando temas na educação**. Londrina: Ed. UEL, 2001.



A CONTRIBUIÇÃO DA PEDAGOGIA EM ORGANIZAÇÕES DE ENFRENTAMENTO AOS PROBLEMAS AMBIENTAIS

*Gabriel Lima
Isabella Paim*

Introdução

Este artigo se justifica pelo estudo bibliográfico do papel de uma pedagogia organizacional na contextualização dialógica do homem e o meio ambiente, da análise histórica desta relação à compreensão do porquê de uma pedagogia ambiental crítica tão necessária no enfrentamento a problemas ambientais tão degradantes que advém à contemporaneidade por meio das lógicas político-econômicas do capitalismo.

Com base nos estudos de Alves e Zuze (2004), Pinto (2005) e Tristão e Tristão (2016), dimencionalizaremos a semântica do ofício do pedagogo em organizações sociais, bem como os tipos de educação que se diferenciam e/ou se desenvolvem no interior desses espaços, para então, a partir dos estudos de Martins e Araújo (2021), consolidar uma autópsia objetiva da necessidade de uma pedagogia ambiental crítica.

Severino (2000) diz-nos que o trabalho é a “prática que alicerça e conserva a existência material dos homens, já que a vida depende radicalmente dessa troca entre o organismo e a natureza física” (p. 68). Logo, a elementaridade ambiental das relações humanas é o que nos permite construir, significar e assimilar o que nos tornamos a partir das modificações que tracejamos sobre o ambiente natural para o tornar um espaço sociocultural mediável e mediador.

E se a educação, de modo mais simples, pode ser entendida como o processo de humanização e socialização dos sujeitos naturais históricos, para que seu trabalho integre a continuidade social também histórica, então consideramos o espaço natural de concretização das relações educacionais como o palco mais importante para o enredo do espírito humano no mundo que cria e onde é igualmente recriado, na relação dialética homem-mundo-homem, dimensão está fortemente exaurida nos novos diálogos de poder do tempo presente.

Na abertura de seu trabalho, Martins e Araújo (2021, p. 2) nos dizem que:

É indiscutível o fato de que o meio ambiente apresenta, cotidianamente, sinais intensos de desequilíbrio. A exploração constante e excessiva de recursos naturais está pautada numa lógica sistemática que desconsidera as demandas socioambientais e se respalda em interesses econômicos.



Para considerar uma pedagogia Ambiental crítica, de fato, pautada em uma transformação verdadeira e radical da sociedade, julga-se importante traçar uma linha de raciocínio. Em primeira instância, é importante compreender em que cenário se inicia a preocupação do ser humano com o meio ambiente, uma vez que tudo o que o homem possui, desde os seus instrumentos até as mais avançadas tecnologias já inventadas, necessitam da matéria prima que é extraída da natureza para se concretizar.

De acordo com Tozoni-Reis (2006), a preocupação com os problemas ambientais só começa a partir do século XX, com o desenvolvimento dos meios de produção em massa, ou seja, com a revolução industrial, mais especificamente ao final da Segunda Grande Guerra, com a explosão das bombas em Hiroshima e Nagasaki, que demonstram o potencial bélico, político e destrutivo que uma nação pode ter, tanto sobre o eixo social, quanto sobre o eixo natural.

A sociedade adentra na era informacional com diversas mudanças nas esferas sociais, políticas e econômicas, entretanto, nem toda mudança é para melhor, sendo assim, a modernidade acarretou também em diversos problemas. Surge aqui a necessidade iminente dos movimentos ambientalistas e da atuação de pedagogos em espaços com essas finalidades. O interesse puramente econômico do mercado deixa em segundo plano - ou, até mesmo, despreza totalmente - as questões socioambientais. A educação, como prática transformadora do homem e do mundo, torna-se necessária como instrumento que reeduque o ser e construa uma sociedade na qual homem e mundo coexistam de forma sustentável e equilibrada.

Logo, o objetivo do texto é analisar a contribuição da pedagogia em organizações de enfrentamento aos problemas ambientais.

O pedagogo nas organizações sociais

Alves e Zuse (2004), em seu trabalho final de graduação, objetivou esboçar qual a importância do trabalho do pedagogo nas organizações sociais, bem como seus saberes e afazeres. Por compreender que a visão que temos do pedagogo é sempre de um profissional que atua dentro dos engendros escolares, a autora julgou sua pesquisa não apenas necessária, mas também fundamental para que se esclareça à sociedade em geral e também aos próprios



pedagogos, como a atuação desse profissional extrapola o âmbito da educação formal e adentra em diversos outros eixos, como por exemplo, a educação não-formal.

Dentre os tipos de educação, Pinto (2005) diferencia o que seria a educação formal do que seria a educação não-formal. Segundo o autor, são características da educação formal: a institucionalização, ou seja, ocorre dentro das escolas e instituições de ensino; um currículo e regras bem estabelecidas acerca da sua certificação. Já a educação não-formal possui características diferentes e, de acordo com o autor supracitado, é um processo de aprendizagem social, ou seja, as suas atividades ocorrem fora das redes de ensino formal, mas sendo uma atividade complementar dele.

Além disso, o autor também cita o que seria a educação informal, afirmando que, em alguns casos, este tipo de educação pode até ser confundido com o próprio processo de socialização dos indivíduos; seria então um tipo de formação que ocorre desde a mais tenra idade, espontaneamente, no contato com os outros indivíduos, brincando, ou assistindo televisão; ocorre a partir das experiências vivenciadas sem que haja a intencionalidade de ensinar ou mesmo de aprender.

Desse modo, podemos dizer então que o campo de atuação pedagógica pode estar em qualquer lugar, não apenas no escolar, mas também no campo não-escolar, como em uma empresa, nas ONG's (Organizações Não Governamentais), hospitais e nos mais variados espaços sociais, desde que haja intenção de contribuir de alguma forma com a formação, o desenvolvimento de habilidades ou a criação de projetos em prol de alguma causa específica. O pedagogo, com a sua formação, é perfeitamente capaz de atuar em todas essas áreas. Urge a necessidade de deixar para trás o antigo paradigma de que a atuação do pedagogo está restrita ao espaço escolar.

Se pensarmos nas novas demandas que surgem e desaparecem diariamente no mundo globalizado, facilmente perceberemos a importância do educador nesses espaços. A formação continuada do pedagogo permite que ele seja apto para auxiliar nas mais diversas atividades, seja na criação de projetos e ações no qual oferecerá suporte pedagógico ou mesmo na criação de um plano para a qualificação de profissionais competentes, pois, “atualmente sabemos que onde se desenvolve uma prática educativa, encontra-se uma ação pedagógica.” (ARAÚJO et al, sd, p. 4).

O advento do terceiro setor - formado por associações sem fins lucrativos - permite que, a partir de um trabalho desenvolvido pela educação não-formal, estas organizações



cheguem onde o Estado não consegue, ou seja, as ONGs surgem com o intuito de atender alguma demanda que pode ser observada na sociedade, na qual o Estado não está sendo capaz de atuar de modo efetivo. De acordo com Alves e Zuse (2004, p. 100):

O terceiro setor representa uma grande mudança social, econômica, política e educacional, pois este está colaborando com o Estado, percebe-se que ele não está conseguindo penetrar nas “microesferas da sociedade”, isso quer dizer que é melhor a sociedade civil colaborar do que os indivíduos permanecerem no descaso, na violência, na marginalidade, requerendo um trabalho conjunto da sociedade, governo e educação, abrindo novas frentes de trabalho

Aqui destacamos o papel inter-multidisciplinar do terceiro setor, no qual pedagogos e tantos outros profissionais, das mais variadas áreas, aliam-se na tentativa de alcançar um bem-estar social e solucionar, ou diminuir, os danos de uma determinada problemática. A grande maioria das ONGs escolhe algum eixo específico da sociedade para atuar e, por isso, podemos dizer que seu papel é bastante amplo e diversificado.

Deste ponto em diante, o foco que iremos tomar é a contribuição da pedagogia nas organizações de cunho especificamente ambiental.

A educação ambiental é um eixo de atividades pedagógicas que surge com o objetivo de pensar estratégias para responder às problemáticas que envolvem a sociedade, a educação e o meio ambiente. Segundo Tristão e Tristão (2016, p. 1):

A educação ambiental não-formal praticada pelas organizações do terceiro setor apresenta-se como uma nova proposta pedagógica voltada para a mudança de hábitos, atitudes e práticas sociais que indiquem uma solução para o quadro de degradação socioambiental que aflige o mundo contemporâneo.

Assim como nos outros âmbitos no qual o pedagogo atua, no eixo ambiental, a sua contribuição pode ser múltipla. Entretanto, a principal função do pedagogo será a de auxiliar na criação de projetos político pedagógicos voltados para as questões da educação ambiental e para a solução dos problemas ecológicos; será papel da educação ambiental a construção de uma sociedade equilibrada e sustentável.



Uma pedagogia ambiental crítica

Martins e Araújo (2021) discorrem acerca da problemática complexa de observar a crise ambiental de forma simplista e unilateral, sem analisar a historicidade dialética desta questão, que envolve não apenas o esgotamento de recursos naturais e o comprometimento de uma vida de qualidade para as gerações futuras, mas também relações político-hegemônicas que necessitam ser estudadas a partir de uma perspectiva crítica, para não correremos o risco de exaurir um debate extremamente complexo, de caráter inter(trans)disciplinar, e desconsiderar a sua real importância.

Desse modo, justifica-se a demanda de um olhar pedagógico crítico, inspirado e teorizado por Paulo Freire, para que não enxerguemos este embate - e nenhum outro - de forma passiva e neutra. De acordo com Freire em sua obra *Educação Como Prática de Liberdade*:

Não podíamos compreender, numa sociedade dinamicamente em fase de transição, uma educação que levasse o homem a posições quietistas ao invés daquela que o levasse à procura da verdade em comum, 'ouvindo, perguntando, investigando'. Só podíamos compreender uma educação que fizesse do homem um ser cada vez mais consciente de sua transitividade, que deve ser usada tanto quanto possível criticamente, ou com acento cada vez maior de racionalidade (FREIRE, 1967, p. 90).

A contribuição da pedagogia em organizações de enfrentamento aos problemas ambientais dá-se justamente pelo papel que a pedagogia tem de observar os objetos - neste caso a crise ambiental - de forma crítica, como tema gerador e não de forma leviana, a partir da ótica economicamente dominante. A educação, como campo de luta, deve ser sempre entendida como instrumento para alcançar a emancipação do pensamento e do indivíduo pensante, para não cair na armadilha de estudar o mundo a partir da perspectiva do ideário hegemônico capitalista, que pode ser - e provavelmente será - alienante, contribuindo assim para manter a ordem elitista no poder.

Além do profundo teor de abstração analítica para se pensar uma pedagogia crítica e transformadora, observamos também a complexidade de se averiguar a crise ambiental em contraponto a vigência de uma ideologia produtivista e consumista, que acredita na possibilidade de uma ecologia sustentável, vislumbrada pelas lentes do poder econômico e do capital.



Michael Lowy, em seu livro intitulado *O que é Ecosocialismo?* afirma que a grande contribuição da ecologia foi a nossa tomada de consciência acerca dos males que assolam o planeta, em decorrência de uma lógica econômica que visa apenas a produção, o consumo e a acumulação de capital. É evidente que todas as sociedades necessitam de matéria-prima para a sua subsistência; em pequena ou grande escala, todas as comunidades foram e estão fadadas a uma troca equivalente entre indivíduo e meio ambiente. Entretanto, atualmente a degradação do meio ambiente atingiu níveis exponenciais; a ausência de um equilíbrio ecológico configura a necessidade de mudanças verdadeiramente radicais (LOWY, 2014).

Apesar de já haverem apontamentos para a tomada de consciência acerca da criticidade necessária para analisarmos a crise ambiental, Michael Lowy ressalva:

O problema é que as propostas feitas pelas correntes dominantes da ecologia política europeia são muito insuficientes ou levam a becos sem saída. A sua principal fraqueza é ignorar a conexão necessária entre produtivismo e o capitalismo, o que leva à ilusão do “capitalismo limpo” ou de reformas capazes de lhe controlar os "excessos" (como por exemplo, as ecotaxas) (LOWY, 2014, p, 43)

Justifica-se a impossibilidade da construção de um ambientalismo revisionista, que está pautado na racionalidade econômica vigente; também não adiantaria tentar criar um “capitalismo moderado” ou mesmo tentar reformulá-lo. A criação de uma economia ecologicamente sustentável, perpassa pela adoção de uma visão crítica de mundo e uma transformação radical da sociedade, objetivo que, por sua vez, não será alcançado sem o auxílio da pedagogia.

Ao desenvolver as sínteses elucidativas sobre a racionalidade econômica e a necessidade de superá-la sob uma proposta ecosustentável crítica, Martins e Araujo (2021) abordam a pedagogia ambiental como a sistematização epistemológica de um projeto educacional que centra a reflexão filosófica e prática, sobre as coletividades dos sujeitos sociais à reconstrução dos comportamentos inteligíveis destes sujeitos com o meio que os possibilita.

Tal pedagogia considera o aspecto da ação humana, individual e coletiva, como agente ativo de permutação de tempos e lógicas sócio históricas das relações homem-mundo-homem. O quê pedagógico que emancipa o pensamento humano e realoca o protagonismo de suas ações à elementaridade transformadora da realidade. É a pedagogia



da esperança, da inventividade de novos saberes e modos de dialogar com o mundo social e natural.

No campo da educação se encontra a contribuição metodológica crítica de estudo da realidade ontológica do ser no ambiente, e das crises advindas da lógica consumista e exploratória do capitalismo sobre ambos, que se encontra, no campo da ecossustentabilidade, às análises das apropriações desenfreadas de recursos naturais; de esgotamento das forças trabalhistas; degradação ambiental; e perpetuação das desigualdades socioculturais para culminar sobre a necessidade de uma lógica antagônica ao predatismo vigente do capital sobre o meio e os fins societários, ou seja, uma racionalidade ambiental que reestruture o pensamento crítico e a práxis educacional contemporânea.

Considerações Finais

A partir dos estudos feitos e aqui explanados, podemos concluir que a contribuição da pedagogia em organizações de enfrentamento aos problemas ambientais, está centrada em dois aspectos fundamentais.

O primeiro aspecto é compreender a complexidade tanto da pedagogia, enquanto instrumento emancipatório e de compreensão do mundo e dos homens nas suas inter-relações, quanto a complexidade da crise ambiental, que pode - e deve - ser considerada uma crise civilizatória. Nesse sentido, entendemos que a pedagogia irá funcionar como um meio de analisar a problemática - neste caso: a crise ambiental - de forma crítica e de construir soluções revolucionárias, emancipatórias e ecologicamente sustentáveis. Por isso a necessidade de se construir uma pedagogia ambiental crítica.

O segundo aspecto que julgamos indispensável, refere-se especificamente à atuação do pedagogo nas organizações. Como vimos, a formação do pedagogo permite que ele atue em diferentes espaços e por diferentes causas. Desse modo, sua atuação é importante, justamente por ser o agente que irá levar essa pedagogia ambiental crítica para os mais diversos espaços societários, permitindo que ela não fique restrita ao ambiente escolar, apesar de ser fundamental dentro dele.



Referências

ALVES, F.; ZUSE, A. J. O pedagogo nas organizações: seus saberes e fazeres. **Disciplinarum Scientia**, v. 5, n. 1, p. 93-108, 2004.

ARAÚJO, N. F. M. **Pedagogia social**: a atuação do pedagogo em ambiente não-escolar. Sl. Sd.

FREIRE, P. **Educação Como Prática de Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

LOWY, M. **O que é ecossocialismo?**. São Paulo: Cortez, 2014.

MARTINS, V. O.; ARAUJO, A. R. Crise Educacional e Ambiental em Paulo Freire e Enrique Leff: por uma pedagogia ambiental crítica. **Educação & Realidade**, v. 46, 2021.

PINTO, L. C. Sobre educação não-formal. **Cadernos D'Inducar**, p. 1-10, 2005.

SEVERINO, A. J. Produção de conhecimento, ensino/aprendizagem e educação. **Interface: Comunicação, Saúde, Educação**, v. 2, n. 3, p. 11-20, 1998.

TOZONI-REIS, M. F. C. Temas ambientais como "temas geradores": contribuições para uma metodologia educativa ambiental crítica, transformadora e emancipatória. **Educar em revista**, p. 93-110, 2006.

TRISTÃO, V. T. V.; TRISTÃO, J. A. A contribuição das ONGS para a Educação Ambiental: uma avaliação da percepção dos Stakeholders. **Ambiente & Sociedade**, v. 19, p. 47-66, 2016.



O PAPEL DO PEDAGOGO DENTRO DO HOSPITAL

Gabriela Cristina da Silva Oliveira

Introdução

A pedagogia hospitalar surgiu em Paris por volta do ano de 1935, sobre o comando de Henri Sellier com intuito de dar educação para crianças especiais (SANTOS; SOUZA, 2009) quatro anos após os primeiros escritos científicos, foi criado na França um Centro Nacional de Estudos e de Formação para Infância Surremes o conhecido CNEFEI (ESTEVES, 2007; RODRIGUES et al, 2018), o instituto tinha como alvo formar professores para trabalhar em hospitais, ou locais onde estivessem crianças especiais. No Brasil a prática de pedagogia hospitalar começou a ser estudada e difundida por volta de 1950, no Rio de Janeiro, onde o primeiro lugar a ter inclusão da prática pedagógica foi no Hospital Municipal Jesus em 1950 e teve como a sua principal coordenadora e professora Lecy Pittmeyer (SANTOS; SOUZA, 2009).

A prática da pedagogia hospitalar tem tido um grande crescimento exponencial até os dias de hoje, tendo como foco o atendimento de crianças e adolescentes que se encontram hospitalizados ou com algum problema de saúde. A prática foi adotada para que o público citado fosse acometido por grandes prejuízos acadêmicos, e também para que não fosse prejudicado quanto o período do ano letivo. De acordo com as diretrizes do ECA (estatuto da criança e do adolescente), toda criança tem direito a educação dessa forma os infantes que estejam longe da escola tem o direito de aprender e serem educados como os demais que estão dentro do contexto escolar. Diante do exposto, é possível visualizar a importância do educador quanto ao seu papel ensinar e educar os pacientes que estão fora da escola, fazendo o uso de novos métodos de aplicações de ensino diferenciado para os pacientes, com base na supervisão médica, dentro do que é permitido para o seu aluno e fazer como o que se adapte a sua nova rotina (MELO; LIMA, 2015).

Dada as informações sobre pedagogia hospitalar, foi realizada uma revisão de literatura que tem por objetivo contextualizar o histórico da pedagogia hospitalar e a importância da inserção do profissional de pedagogia nesse ambiente. A metodologia utilizada para a obtenção de dados foi feita por meio de busca de artigos científicos na base de dados do Google Acadêmico, dentro do período de 10 anos entre 2012 a 2022.



A prática do pedagogo no hospital

A pedagogia hospitalar atualmente é um leque de atuações entre o pedagogo, o hospital, a universidade através dos estagiários, e com a escola do seu paciente apresentando a continuidade dos seus estudos, através de metodologias diferenciadas que respeite o seu quadro clínico (REZENDE, 2001).

O pedagogo hospitalar tem como o papel ajudar os seus alunos a se adaptarem ao seu novo cotidiano de vida e ajudar a na sua educação longe da escola, tendo com prioridades e metas criando uma nova linha de ensino para que esse paciente que está debilitado tenha o mesmo ensino dos demais que estão na escola, através do pedagogo fica interligada a ponte da aprendizagem pois ele tem como o papel educar da melhor forma o seu aluno criando metas de ensino para que tenha a melhor educação. Tendo vista a importância da escola no hospital e o direito à educação de crianças e adolescentes que se encontram hospitalizados e que tenham acesso à educação (PAULO, 2006).

Destaca-se a importância da educação para essas crianças e adolescentes que se encontram internados pois por muitos anos foram excluídas e silenciadas em relação a sua educação, tendo em vista que vários hospitais do Brasil criaram o escola no hospital, entender que a educação hospitalar tem como possibilidade que o educado tenha a vivência de tudo que sua faixa etária permiti que é estudar, brincar, ler e fazer coisas que são de criança tudo com um supervisão médica, vale ressaltar a importância das brinquedotecas dentro do hospital, ou em Salas de espera até mesmo em ambulâncias para que a criança se sinta na sua própria escola, trata-se de um ambiente dinâmico que exige atenção Específicas como do tratamento do paciente e da sua educação, mesmo que muitas crianças e adolescentes não frequentam escolas e necessário contribuir com ela (SOUZA; ROLIM, 2019).

A pedagogia hospitalar envolve grandes compreensões e suas particularidades, de como que se tornem mais próximo a linguagem do hospital do entendimento da criança, pra que amenize a sua ansiedade ao decorrer do seu tratamento e para que ela aceite melhor as rotina hospitalar, a atenção do pedagogo o diálogo seja sempre essencial para que os pais e seus filhos mesmo estando em uma situação negativa possam desenvolver todas as suas dimensões pessoais da melhor forma possível (SOUZA; ROLIM, 2019). Entendo que o acampamento educacional é necessário e um direito de todas as crianças e adolescentes e devem ser aplicadas mesmo em situação de hospitalização e que o desejo pelas atividades



vivenciadas no ambiente escolar e significativo, revelando que a busca pela aprendizagem e uma procura pra manter o papel do aluno e tendo retorno a vida que ficou fora do hospital (SOUZA; ROLIM, 2019).O pedagogo tem um papel importante na vida dessa criança fazendo com que se aproxime se com o universo da infância saudável, por muitas vezes capturada pela doença, a pedagogia hospitalar e um elo com o mundo de fora do hospital uma busca de manter a criança como aluno entre os outros alunos, e fazendo um trabalho de ajudar na formação desse cidadão.

Considerações finais

Os estudos apontam qual a importância da pedagogia hospitalar e qual o intuito dela dentro da educação dos alunos que se encontram hospitalizados, por um meio de estilo de ensino diferente do que estamos familiarizados que é dentro de sala de aula, fazendo com que a principal meta seja incluir o paciente na rotina escolar mesmo estando fora de escola. O pedagogo vem buscando o melhor pro seu aluno junto com a equipe médica, e reforçando a importância da escola no hospital assim como no começo da pedagogia hospitalar que ocorreu na França que era ajudar crianças especiais e buscar novas formações de profissionais na área da educação reforçando a importância da educação dentro do hospital. A pedagogia hospitalar ainda é uma área que carece de mais estudos, que precisa de mais profissionais que estejam dispostos a viver um estilo de ensino diferenciado, que sejam educadores se adaptem ao novo método de ensino, sendo uma área que ainda está em desenvolvimento e precisa de mais atenção das escolas e dos hospitais.

Referências

- ESTEVES, C. R. **Pedagogia hospitalar**: um breve histórico. 2007. Disponível em: <https://pedagogiaaopedaletra.com/wp-content/uploads/2013/06/hist%c3%93ricoda-pedagogia-hospitalar.pdf>.
- MATOS, E. L. M.; MUGGIATI, M. M. T. F. **Pedagogia Hospitalar**. Curitiba: Champagnat, 2001.
- MELO, D. C. Q.; LIMA, V. M. M. Professor na pedagogia hospitalar: atuação e desafios. **Colloquium Humanarum**, v. 12, n. 2, 144–152, 2015.
- REZENDE, L. A. (Org.). **Tramando temas na educação**. Londrina: Ed. UEL, 2001.



RODRIGUES, K. R.; BELANCIERI, M. F.; CAPELLINI, V. L. F.; REIS, V. L. Pedagogia hospitalar: intervenções na unidade pediátrica a partir da contação de histórias. **Semina: Ciências Sociais e Humanas**, v. 39, n. 1, p. 53-64, 2018.

SANTOS, C. B.; SOUZA, M. R. Ambiente hospitalar e escolar. In: MATOS, E. L. M. (Org.). **Escolarização Hospitalar: A educação e saúde de mãos dadas para humanizar**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

SOUZA, Z. S.; ROLIM, C. L. A. As Vozes das Professoras na Pedagogia Hospitalar: Descortinando Possibilidades e Enfrentamentos. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 25, n. 3, p. 403-420, 2019.



OS ENTRAVES DO PEDAGOGO NO AMBIENTE HOSPITALAR

Giselly Almeida da Silva

Introdução

A Resolução CNE/CP N° 01, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, Licenciatura, ratifica a ampla possibilidade de atuação do pedagogo quando diz que:

2° O curso de Pedagogia, por meio de estudos teórico-práticos, investigação e reflexão crítica propiciará:

I – o planejamento, execução e avaliação de atividades educativas;

Art. 4° Parágrafo Único. As atividades docentes também compreendem participação na organização e gestão de sistemas e instituições de ensino, englobando:

II – planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de projetos e experiências educativas não-escolares;

IV – Trabalhar, em espaços escolares e não-escolares, na promoção da aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades do processo educativo;

XIII – participar da gestão das instituições planejando, executando, acompanhando e avaliando projetos e programas educacionais, em ambientes escolares e não escolares (BRASIL, 2006).

É preciso levar para a escola e sala de aula as nuances do mundo em que se vive, o que exige uma formação-ação de boa qualidade, com fundamentação teórica sólida, pertinente e real, que permita interpretar e analisar a realidade de sua prática.

Partindo deste ponto, podemos ressaltar que, o papel do pedagogo, junto a instituição educacional, se desenvolve e é aplicado na atuação docente do ensino infantil e fundamental, utilizando de uma coordenação pedagógica, orientação educacional e gestão. Além disso, o trabalho do pedagogo acontece também fora da instituição, pois o mesmo deve acompanhar e avaliar projetos e experiências educativas em ambientes externos, estando a par dos movimentos sociais, hospitais etc.



Esses aspectos são trabalhados ao decorrer do texto, que tem como objetivo refletir e discutir sobre às dificuldades vivenciadas pelo educador no ambiente hospitalar, e apontando autores que trabalham ou trabalharam em cima dessa problemática.

Os entraves dos profissionais pedagogos em ambientes não escolares

Com extensões de atividades tão vastas, entendemos que o desempenho pedagógico, inspirados nas diretrizes, busca contemplar e consultar a todas as variantes de práticas educativas e que no ambiente não escolar, os especialistas se diferenciam podendo ser reconhecidos como: Educadores sociais, brinquedistas, monitores de recreação e: especialistas de extensões variadas onde ocorre algum tipo de atuação pedagógica, tais como: administradores de pessoal, redatores de jornais e revistas, comunicadores sociais e apresentadores de programas de rádio e TV, criadores de programas de TV, de vídeos educativos, de jogos e brinquedos, elaboradores de guias urbanos e turísticos, folhetos informativos, agentes de difusão cultural e científica, etc. (LIBÂNEO, 2005, p. 59).

Libâneo (2006) ainda integra na qual o curso de pedagogia, o magistério não pode ser o sustento e, sim o estudo dos acontecimentos educativos, em suas complicações e abrangências. Esse apoio de ensinamento precisa ser expresso por um grupo de conhecimentos, voltados a pedagogia, não ao magistério. A natureza e os conteúdos de educação devem estar inerentes a priori ao estudo pedagógico.

Entretanto, ao se aprofundar no tema que é "Os entraves do pedagogo no ambiente hospitalar", é visível a qual a pedagogia hospitalar é pouco operada. Numerosa parte das entidades educacionais não apresentam especialistas com preparos adequados para essa atividade laboral. Foi precisamente por abstrair estudos dessa modalidade de aprendizagem dessemelhante que sobrechegou a causa para essa inspeção, já que nos casos de acadêmicos que estejam com dificuldades de estudar continuamente por conta de internamento hospitalar, as instituições escolhem recorrer outros métodos, como reiteração de notas a qual comprometem o desenvolvimento de aprendizagem dos alunos.

Esse entrave, (seja breve ou por tempo indeterminado), do acadêmico comparecer às instituições escolares, demonstra a necessidade dessa vasta área da pedagogia ser implantada e estudada como pauta de discussão justamente aos órgãos educacionais de saúde, para a adaptação de política públicas que autorizem a efetivação das atitudes requeridas por essa vasta área da pedagogia. Todas essas demandas sociais trazem novas exigências aos



especialistas requerendo uma preparação prévia, sistemática e qualificada. Essas ações pedagógicas múltiplas extrapolam o âmbito escolar formal, abrangendo as esferas da educação informal e não formal.

De acordo com Brandão (1973, p.7):

Ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja, nos hospitais, ou na escola, de um modo ou de muitos todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender e ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou para conviver, todos os dias misturamos a vida com a educação [...] Não há uma forma única nem um único modelo de educação; a escola não é o único lugar onde acontece e talvez nem seja o melhor; o ensino escolar não é a sua única prática e o professor profissional não é seu único praticante.

A pedagogia hospitalar, no que diz respeito abrange um papel revolucionário por meio da educação e de sua atividade no âmbito hospitalar. Atualmente a mesma se discute na interação de distintas áreas dentro do ambiente hospitalar, atuando associadamente e com troca de informações de inúmeras equipes que constituem o ambiente hospitalar.

Consideramos que este plano da pedagogia é imprescindível para o hospital, bem como para os usuários hospitalizados e para todo o grupo de profissionais, correlacionados a educação e a saúde. Entretanto, presenciamos que esta diligência poderia ser amplificada no sentido de atender a todos os usuários e até toda a equipe hospitalar.

O Ministério da Educação (2002), através do documento Classe Hospital Atendimento Domiciliar (estratégias e orientações) estabeleceu que:

Nas classes hospitalares, sempre que possível, devem estar disponibilizados recursos audiovisuais, como computador em rede, televisão, dvd, máquina fotográfica, filmadora, videokê, antena parabólica digital e aparelho de som com cd, bem como telefone, com chamada a ramal e linha externa. Tais recursos se fazem essenciais tanto ao planejamento, desenvolvimento e avaliação do trabalho pedagógico, quanto para o contato efetivo da classe hospitalar, seja com a escola de origem do educando, seja com o sistema de ensino responsável por prover e garantir seu acesso escolar. Da mesma forma, a disponibilidade desses recursos propiciarão as condições mínimas para que o educando mantenha contato com colegas e professore de sua escola, quando for o caso. (BRASIL, 2002).

Rodrigues (2012), ao discutir as relações entre saúde e educação, assegura que às normas pedagógicas nos hospitais devem se voltar para suavizar os embates causados pela experiência da internação, bloquear a falta de conformidade escolar e flexibilizar o processo desses alunos após a alta.



Entendendo que a educação deve ter como sentido a cidadania, Arosa e Ribeiro (2008) reforçam a importância de, na relação entre políticas públicas, se desenvolver um olhar ampliado.

[...] A colaboração convergente das várias áreas do saber em torno da mesma temática rompe com o monopólio do saber, permitindo troca de conhecimentos para a construção da intervenção no âmbito social, numa relação de reciprocidade, que possibilita o diálogo entre as diversas disciplinas (AROSA; RIBEIRO, 2008, p. 85).

Considerações Finais

A pedagogia hospitalar busca fornecer ajuda pedagógica no desempenho do crescimento cognitivo, emocional e humanístico, não deixando de lado a essência de continuidade dos estudos da criança internada. Fontes (2005), frisa a necessidade do adolescente entender seu quadro clínico, salientando que o aspecto cognitivo se correlaciona com o emocional e com a saúde. Por isso, ao entender a causa da sua enfermidade, a criança/adolescente/ adulto/ idoso pode controlar sua ansiedade, contribuindo para seu estado de saúde e para seu desenvolvimento escolar.

Referências

AROSA, A. C.; RIBEIRO, R. Desafios da intersectorialidade na ação educativa no espaço escolar. In: AROSA, A. C.; SCHILKE, A. L. (Orgs.). **Quando a escola é no hospital**. Niterói=RJ: Intertexto, 2008.

BRANDÃO, C. R. **O que é educação?**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

FONTES, R. **A escuta pedagógica à criança hospitalizada**: discutindo o papel da educação no hospital. Rio de Janeiro: UFF, 2005.

LIBÂNEO, J. C. Diretrizes Curriculares da Pedagogia: Imprecisões teóricas e concepção estreita da formação profissional de educadores. **Educ. Soc.**, v. 27, n. 96, p. 846-876, 2006.

LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e pedagogos, para quê?**. São Paulo: Cortez, 2005.

SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. **Portaria nº 054/2005/SEDUC de 25/05/2005**. Cria o anexo I- E. E. de Ens. Fund. E Médio Barão do Rio Branco.



A NECESSIDADE DA EDUCAÇÃO PEDAGÓGICA NA ÁREA PEDIÁTRICA POR MEIO DA PEDAGOGIA HOSPITALAR

*Heitor Victor Souza da Silva
Leila Maria Neves Maia*

Introdução

A pedagogia é a área acadêmica que utiliza de metodologias e técnicas de ensino para a compreensão do mundo e das culturas ao seu redor, esses aprendizados são formados na infância e vão se aprimorando ao desenvolver da vida. Cada pessoa tem a sua especificidade para transmitir e de aprender tais conhecimentos, tendo o professor como um dos principais responsáveis por auxiliar nessa transição, uma espécie de facilitador para o conhecimento. Dentro das áreas da pedagogia encontramos diversos campos que nos levam para um novo aprimoramento desse curso e profissão, assim pode-se observar professores e alunos em lugares e ambientes variados, além do escolar. Há alguns anos, acreditava-se que os pedagogos eram profissionais limitados apenas ao lecionar, especificamente ao lecionar do ensino infantil, tal pensamento levou a limitação desses profissionais a atuarem apenas em ambientes escolares e, com o passar do tempo foram adquirindo mais conhecimento e ganhando mais competências trabalhando em espaços não escolares.

A resolução CNE/CP n. 1, de 15 de maio de 2006, que institui as diretrizes define, nos seus artigos 4 e 5, a finalidade dos cursos e as competências exigidas desse profissional o artigo 4º da Lei explicita que o egresso. No curso de pedagogia estará apto a atuar no magistério na Educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental. Ele também poderá atuar nos cursos de ensino fundamental. Ele também poderá atuar nos cursos de ensino médio na modalidade normal, de Educação profissional tanto em atividades de serviço e apoio escolar como em função relacionados aos seus conhecimentos pedagógicos (GONZALEZ; PEDROZA, 2014).

O Pedagogo Social é o profissional que tem como objetivo adequar a prática educacional dentro de ambientes não convencionais do magistério como em: igrejas, empresas, centros comunitários, hospitais, Organizações não governamentais (ONGs), comunidades de difícil acesso, presídios e centros de reabilitação. Essa área da pedagogia tem se tornado uma realidade dentro do mercado de trabalho, apesar de ainda não ter sido considerado como uma profissão oficial pelo Catálogo Brasileiro de Ocupações (CBO), faz se necessidade de se obter um profissional da Educação dentro desses lugares não



convencionais para auxiliar na capacitação dos envolvidos, e na organização funcional do ambiente onde os pedagogos são inseridos.

A Constituição Federal de 1988 nos contempla com a garantia de que todas as pessoas que estejam em solo brasileiro, possuem direitos nacionais à educação e saúde (entre outros), esses direitos nos asseguram de que independente de classe social, gênero e etnia, tais direitos sejam respeitados com rigor. Nesse sentido, quando uma pessoa precisa de atendimento clínico, por exemplo, ela pode optar ir em um hospital público para ser cuidada e orientada pelos profissionais de saúde, assim também como uma criança possui o direito e dever de estar cursando a escola, recebendo e transmitindo cultura e conhecimento em seu meio acadêmico.

A Constituição garante que esses espaços sejam de qualidade e em bom funcionamento para a sua utilização. Quando os pacientes permanecem no hospital por um longo tempo ou tempo indeterminado e a Educação continuada é necessária para que esse paciente não perca o seu desenvolvimento escolar e seu ano letivo. O pedagogo hospitalar entra em ação nesse momento, para garantir que haja o auxílio do aluno/paciente com os profissionais da saúde (GONZALEZ; PEDROZA, 2014).

São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição ...

Todo brasileiro em situação de vulnerabilidade social terá direito a uma renda básica familiar, garantida pelo poder público em programa permanente de transferência de renda, cujas normas e requisitos de acesso serão determinados em lei, observada a legislação fiscal e orçamentária (BRASIL, 1988, artº 6, parágrafo único)

A necessidade da educação pedagógica na área pediátrica

O aprendizado se inicia a partir dos nossos primeiros momentos de vida, a educação é constante e contínua, nesse pensamento, devemos imaginar os hospitais como uma área primária de ensino. Fez-se por necessidade, que os profissionais de Educação se introduzissem dentro de ambientes hospitalares com o intuito de humanizar esse local. O hospital possuía o estigma de triste, durante esse tempo era considerado um lugar portador das más notícias. Com o desenvolvimento da pedagogia social, os pedagogos adentraram a área hospitalar a tornaram um espaço acolhedor e humanizado, trabalhando em conjunto



com a equipe de saúde e fazendo a interação com a Família e os pacientes. A educação deve ser garantida em todos os espaços sociais, os professores dentro dos espaços de saúde, tendem a trazer o lúdico e o cultural, para os pacientes que permanecem por um período longo essa ludicidade auxilia em seus tratamentos, essa equipe cuidadora, capacitadora e educadora, deve seguir o direito que esses pacientes (crianças e adolescentes) possuem.

A educação que se processa, por meio da pedagogia hospitalar, não pode ser identificada como simples instruções (transmissão de alguns conhecimentos formalizados). É muito mais que isto. É um suporte psico- psicopedagógico dos mais importantes, porque não isola o escolar na condição pura de doente, mas, sim, o mantém integrado em suas atividades da escola e da família e apoiado pedagogicamente na sua condição de doente (MOREIRA; MUGIATTI, 2013).

De acordo com Fonseca (1999) a educação em hospitais é um direito de todas as crianças ou adolescentes hospitalizados. Os resultados aqui apresentados demonstram, na prática, que nem todas as crianças estão beneficiadas com este direito respeitado ou atendimento. Faz-se necessário considerar seriamente esta questão, uma vez que a literatura aponta para o importante papel do professor em junto com a equipe de saúde e a família para o desenvolvimento do paciente.

Referendados pela sociedade Brasileira de Pediatria, se torna oportuno apresentar, abaixo, os Direitos da Criança e do Adolescente hospitalizados:

Direito à proteção à Vida e a saúde, com absoluta prioridade e sem qualquer formação de discriminação.

Direito a ser hospitalizado quando for necessário ao seu tratamento sem distinção de classe social, condição econômica, raça ou crença religiosa.

Direito a ter conhecimento adequado de sua enfermidade, dois cuidados terapêuticos e diagnósticos a serem utilizados, do prognóstico e, respeita sua fase cognitiva, além de receber um para o psicológico quando se fizer necessário.

Direito a desfrutar de alguma recreação, programadas de educação para a saúde e acompanhamento do currículo escolar durante sua permanência hospitalar.

Direito a receber todos os recursos terapêuticos disponíveis para sua cura, reabilitação e/ou prevenção secundária e terciária.

Direito a ter seus direitos constitucionais e os contidos no estado Estatuto da Criança e do Adolescente respeitado pelo pelos hospitais integralmente (MATOS; MUGIATTI, 2017).



O pedagogo hospitalar deve entender as suas atribuições e como ocorrem os procedimentos e horários estabelecidos pelo hospital, sempre buscando entender e aprender sobre o procedimento realizado em seu aluno para que o mesmo possa receber as suas aulas no seu limite e horários de disposição. Esse profissional deve buscar constantemente estimular o desenvolvimento social, interatividade do paciente/aluno com a família e as pessoas que estão ao seu redor, atividade cognitivas e motoras para o não atrofiamento ou desinteresse dessa aula na Educação.

A pediatria é a área da medicina que estuda e auxilia a família no crescimento e desenvolvimento da criança e adolescente ao decorrer de seu amadurecimento até chegar na fase adulta. Esse auxílio prestado à família se inicia no período gestacional, com os acompanhamentos vacinados e exames, e que se estendem da infância até o momento em que essa criança/adolescente chega aos seus 18 anos, considerada de maior idade civil para responder por si como um adulto. (Pediatria, Rezende, UFRJ)

Procurar entender como funcionam os horários de medicamentos e tratamentos e buscar o melhor conforto para esse aluno, sempre entendendo que a prioridade é o tratamento no qual ele está fazendo, para não interferir nos horários de rotatividade hospitalar. O professor que se instala dentro da ala pediátrica deve projetar as suas atividades pedagógicas para dentro de leitos, levando ao paciente todo o suporte necessário para que ele consiga estudar de forma adequada e confortável buscando sempre usar a Ludicidade ao seu favor, dentro dos hospitais deve se planejar também uma brinquedoteca para os pacientes que conseguem se movimentar fora do leito e que possam brincar e usar de troca cultura de conhecimentos e experiências sócio-educadoras, o pedagogo deve ministrar as suas aulas e visitas a esse ambiente sempre que possível para a utilização de conhecimentos adquiridos pelas crianças.

Considerações Finais

Muito se reivindicou para que houvesse o reconhecimento da importância e necessidade do profissional educador social; um projeto de Lei (PL) tramita nas instâncias do poder legislativo brasileiro há mais de dez anos a esse respeito. Objetivando criar um regulamento para a profissão e delimitar o limite entre educador social e pedagogo. Educadores sociais e/ou pedagogos presentes na área hospitalar garante um dos mais fundamentais direitos do cidadão brasileiro, seja assegurado para crianças e jovens ainda em idade regular, o curso de cada série.



Referências

BRASIL. **Constituição** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

FONSECA, E. S. Classe hospitalar: ação sistemática na atenção às necessidades pedagógico-educacionais de crianças e adolescentes hospitalizados. **Temas sobre Desenvolvimento**, v. 8, n. 44, p. 32-37, 1999.

GONZALEZ, W.; PEDROZA, S. Limites e possibilidades da atuação do pedagogo em espaços não formais de ensino: algumas questões para o debate. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, v. 2, n. 26, p. 240-265, 2014.

GONZALEZ, W.; PEDROZA, S. Limites e possibilidades de atuação do pedagogo em espaços não formais de ensino: algumas questões para o debate. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**. v. 11, n. 26, p. 240 - 265, 2014.

MATOS, E. L. M; MUGIATTI, M. M. T. F. **Pedagogia Hospitalar: A humanização integrando educação e saúde**. Petrópolis: Vozes, 2013.

MATOS, E.; MUGIATTI, M. **Pedagogia Hospitalar: a humanização integrando a educação e saúde**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2017.



ATUAÇÃO DOS PEDAGOGOS EM FÓRUNS

Jeane vieira de Souza

Introdução

Para Alves e Zuse (2004) a uma grande dificuldade atualmente em determinar a verdadeira identidade do pedagogo, por ser um profissional versátil que orientam a prática educativa utilizando as contribuições pedagógicas que ajudam no saber e no fazer das pessoas.

Com o mercado cada vez mais competitivo exige profissionais cada vez mais qualificados, criativos, dinâmicos e capazes de atuar em grupo, nesse sentido o papel do pedagogo dentro de estruturas organizacionais não escolares e de auxiliar o processo de aprendizagem, ajudar no processo de conhecimento e mudanças tendo como finalidade ajudar colaboradores e gestores a obter melhores resultados. Sendo assim o pedagogo se colocar dentro de várias esferas sociais compreendendo sua atuação em diferentes espaços como hospitais, ONGs, organizações públicas e privadas, no âmbito jurídico, ambiental entre outros.

Segundo Ferreira (2021) a pedagogia jurídica no contexto atual visa direcionar mediações e conflitos especialmente em casos relacionados a menores, como forma de auxiliar a tomada de decisões de juízes e juízas tais como adoção, guarda, crimes, execução de penas e outros.

Para Freitas e Silva (2013) recentemente os pedagogos estão atuando em diversas esferas do poder judiciário como vara da Varas da Infância e Juventude, Varas de Família, Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, Vara de Crimes Contra Crianças e Adolescentes, Vara de Execução Penal, entre outras. Como parte integrante de equipes técnicas e para contribuir nas ações multidisciplinares aplicadas.

De acordo com Freitas e Silva (2013) a pedagogia vai além do campo da docência, ultrapassando os limites da sala de aula e instituições escolares abrangendo outros setores relacionados ao cotidiano social dos sujeitos da sociedade talvez esse sentido ainda seja conflitante ao se ter pedagogos trabalhando fora da escola pois a educação foi reduzida ao ensino escolar esquecendo de vários espaços educacionais tal como família, comunidade e trabalho.



Nesse sentido direcionamos o estudo desse profissional dentro dos fóruns de justiça, como se dar sua atuação.

Como mostra o as Diretrizes Curriculares para o Curso de Pedagogia (MEC, 2006), que em seu artigo 4º, § único, estabelece que

Art. 4º O curso de Licenciatura em Pedagogia destina-se à formação de professores para exercer funções de magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos ... II - planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de projetos e experiências educativas não-escolares; III - produção e difusão do conhecimento científico-tecnológico do campo educacional, em contextos escolares e não-escolares.

Desse modo a formação profissional do pedagogo não está restrita apenas a condição escolar, sendo que o processo educativo e de conhecimento permite o indivíduo desenvolver conhecimento teóricos e operacionais sendo ele desenvolvidos na escola ou e outros espaços sociais. Podendo fornecer um posicionamento crítico e uma compreensão do processo educativos em diversas unidades produtivas.

Para Santos et al (2020) a pedagogia é compreendida em todos processos que envolvam a educação tornando se fundamental para o desenvolvimento do ensino e aprendizado do indivíduo, sendo considerada como ciência da educação devido a união da teoria e pratica que constituem o conhecimento através de experimentos educacionais relacionados as experiências sociais, desse modo compreende se que o pedagogo deve e pode atuar em todos ambientes que trabalhe com pessoas.

Os autores ainda descrevem mesmo sendo novo o campo jurídico como uma área de atuação do profissional da educação, percebe-se que ainda existe muitas barreiras, devido à falta de conhecimento dos mesmos, quanto dos profissionais do sistema jurídico. A pedagogia no âmbito jurídico e recente e necessária e a todo profissional que atente a essa área deve compreende e estudar as leis que a regem os atos e instituições, norma e ações jurídicas que comandam o estado e cidade.

Como parte da pedagogia social ela aborda conteúdos direcionados para menores e crianças, abandonados, indisciplinados ou em condições de perigo moral e física, o pedagogo no Judiciário deverá ser um profissional capaz de contribuir e ampliar continuamente a perspectiva da justiça, dando, aos juristas, elementos para produzir decisões que avancem cotidianamente em busca da justiça. Seu trabalho nos fóruns remete diretamente no sentido



social e a responsabilização de atos perante a sociedade e na resolução de casos judiciais, sendo em um espaço institucionalizado, sistemático e organizado por leis e regras que visam o benefício em sociedade.

Dessa forma conseguirmos entender a importância de tal ciência em todos os estágios e locais do cotidiano do ser humano. “A atuação do pedagogo no campo jurídico é uma forma de contribuir para formação e ressocialização dos indivíduos, pois como explícito na ECA seu trabalho envolve aconselhamento e orientação” (ARAÚJO; ANDRADE, 2016, p. 37).

O pedagogo é um dos profissionais capacitados para atuar intervindo nessa realidade porque passa pelo processo de formação pedagógica e tem um maior contato com os diversos campos das ciências da educação, além de realizar praticas educativas, juntamente com outros profissionais como psicólogo e assistente social que atuam de forma multidisciplinar e na formação das medidas socioeducativas.

Dentre as várias ações do pedagogo dentro dos fóruns de justiça Araújo e Andrade nos descreve:

[...] visitas domiciliares a pretendentes à adoção; elaboração de relatórios para o juiz; inspeção em abrigos e centros de ressocialização; participação em audiências; mediação de conflitos escolares bem como levantamento sobre frequência, comportamento e desempenho escolar dependendo da solicitação da vara da infância e da juventude; encaminhamento de crianças e adolescentes quando necessário para acompanhamento psicológico e/ou psicopedagógico (ARAÚJO; ANDRADE, 2016, p. 32).

Deste ponto de vista, fica claro que o profissional pode atua nas diferentes áreas de uma instancia, realizando ações secundárias e primárias, diretamente vinculadas a juízes em diferentes foros, dependendo do andamento do processo, a ação pedagógica refletirá diretamente nas decisões judiciais relativas ao a ser aplicado, essas ações são apenas intervenções que o pedagogo pode realizar, pois vai além, estendendo-se às medidas socioeducativas, que contam com a participação docente. Além de fazer valer os direitos dos indivíduos que utilizam este serviço público, junto com as equipes de Inter profissionais que promovem a recuperação e a reinserção social do indivíduo. Este processo de socialização é muito importante, pois, começa com a família, depois vem a comunidade, e todas as fases da vida social.

O pedagogo foca se em fazer com que o indivíduo que está passando por este conflito e utilizado desse serviço público, aprenda durante o processo, pois, não é somente puni-lo por algo que fez, mas essa punição deve ser usada como recurso educativo, elencando ações



educativas. Quando infligem um dever que comprometa a organização da sociedade e prejudique outros, devem ser responsabilizados por meio de sanções. Onde o indivíduo aprenda que está sendo responsabilizando por uma atitude que levou a cometer tal crime contra a sociedade, e fazê-lo pensar que existe outras possibilidades/escolhas, dentro das leis, mas tal medidas precisam seguir alguns padrões, pois, devem estar pautadas na lei, visando uma construção humanizada do indivíduo em seu desempenho (SANTOS et al, 2020).

De acordo com Freitas e Silva (2013) trata-se de conectar o professor e habilitar Expandir as discussões sobre empregos e educação, não apenas para Atender a uma necessidade emergente em um campo em que os especialistas devem ser treinados e de Expressão sólida de conhecimentos não escolares - como direito e ciência dos serviços humanos e sociais, implementados nos serviços de assessoria técnica do tribunal, Apoiar a decisão do juiz enquanto também orienta e aconselha as ações do juiz Formação destinada a qualificar trabalhadores que cumpram os requisitos necessário para a intervenção em um contexto sociocultural específico, com ênfase na formação independente , formar profissionais sem reduzir somente ao contexto escolar, mas tendo a base necessária para o posicionamento e Compreensão do diálogo e dos fenômenos educacionais que ocorrem dentro de cada Unidades jurídica, capazes de estabelecer disputas que predominam e relacionadas a ações pelo capital imposto.

Segundo Santos et al (2020) essas questões, direcionadas ao Judiciário, são baseadas em diversas normas. O processo de intervenção do educador é um dos pilares que o analista utiliza para prestar apoio pedagógico ao Judiciário. No entanto, o que exatamente define a tarefa e a atuação de tais profissionais não foi especificada em nenhum documento oficial, e do Conselho Justiça, apenas para determinar que é necessário implantar da profissão em todos os municípios. Para tanto, com base nas diversas teorias, a atribuição dos educadores nos tribunais se divide em grande parte em duas vertentes: a delinquência infantil, juvenil e adulta e a gestão de pessoas no exercício de seus direitos perante a lei. O primeiro aspecto relacionado às violações cometidas diz respeito às medidas socioeducativas Reabilitação e reinserção social de arguidos em julgamento.

O trabalho dos educadores judiciários ainda está evoluindo lentamente, porém, a inserção desse profissional neste campo de trabalho por si só comprova a importância e autenticidade da pedagogia como ciência da educação, desde seu conhecimento gerado pela experiência, treinamento e ação na prática se estendendo a diferentes ambientes sociais.



Considerações Finais

Dado os expostos pode se concluir a relevância da atuação dos pedagogos dentro do poder judiciário em específico nos fóruns, apesar de ser uma área pouco explorada pelos profissionais da educação, e haverem ideias conflitantes ainda sobre o assunto, podemos observar seu diferencial nas devidas tomadas de decisões juntos a juízes e a de mais profissionais com relações a menores, devido a seu embasamento teórico, conhecimento e experiência na área de educação, fazendo se parte importante no processo de formação de medidas socioeducativas, na reiteração desses indivíduos na sociedade, trabalhando nos acompanhamentos junto a famílias e à escola, nos processos de adoção entre outros. De tal modo esse profissional deve estar atualizado e preparado para atuar dentro dos lócus jurídicos, tendo estudo sobre as leis, ações e medidas relacionadas a menores e seus direitos e deveres de acordo com cada estado e cidade que houver necessidade de sua atuação. Como descrito no decorrer do texto ainda não se tem um documento oficial que descreve exatamente a função do pedagogo ao apoio ao judiciário, de tal forma destacamos essas ações atreves de estudos de teorias de suas atribuições nos tribunais.

Referências

- ALVES, F.; ZUSE, A. J. O pedagogo nas organizações: seus saberes e fazeres. **Disciplinarum Scientia**, v. 5, n. 1, p. 93-108, 2004.
- ARAÚJO, S. A.; ANDRADE, W. D. Atuação do pedagogo: reflexões sobre sua prática no tribunal de justiça de Pernambuco. **Revista Educação e Transformação**, v. 01, n. 01, 2016.
- CNE. **Resolução CNE/CP n. 1 de 15 de maio de 2006**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Pedagogia. Brasília: CNE, Conselho Pleno, 2006.
- FERREIRA, F. **Pedagogia Jurídica**: o enlace entre a Justiça e o saber. Palestra. 2021.
- FREITAS, R. C.; SILVA, G. P. O trabalho do pedagogo no tribunal de justiça do Pará: Desafios entre formação e atuação. In: Jornada Internacional de Políticas Públicas, 4, São Luís, 2013. **Anais ...** São Luís: UFMA, 2013.
- SANTOS, B. K. G.; MUNIZ, S. S.; SAMPAIO, M. A. P.; SILVA, A. G. Pedagogia Jurídica: a importância da atuação do pedagogo no tribunal de justiça. **Revista Humanidades e Inovação**, v. 7, n. 7.7, 2020.



PEDAGOGOS EM ORGANIZAÇÕES SOCIAIS: limites e possibilidades

Josivam Maciel Queiroz

Introdução

Este artigo dá ênfase a atuação do pedagogo em ambientes não escolares, e tem como proposta contribuir para o entendimento das reais funções dos educadores inseridos na área de gestão de pessoas e sua visão sobre o processo educativo nas empresas. Foi feita uma revisão bibliográfica com base no artigo de Claro e Torre (2012), e também com base de dados, identificando o caminho que elevou a educação a um patamar estratégico dentro das empresas e a consequente necessidade de inserção dos profissionais responsáveis pelo processo de ensino-aprendizagem, o Pedagogo, na área de Gestão de Pessoas.

Atualmente, a pedagogia vem se mostrando inovadora, deixando de ser apenas uma educação formal em si, limitada apenas às salas de aula, e se transferindo para diferentes e diversos segmentos, ampliando o papel do educador que deixa de ser apenas uma função de transmissor do conhecimento e passa a desempenhar o papel de agente transformador dessa nova realidade. Podemos destacar os objetivos da pesquisa primeiramente contribuir para a ampliação e para a sistematização do conhecimento sobre a pedagogia empresarial para um segundo momento comparar essa teoria com a prática do pedagogo empresarial, o tema pesquisado em relevante considerando que a literatura na área ainda é escassa o próprio termo pedagogia empresarial é considerado recente já que tratamos de ciências, ele surge apenas na década de 1970, os antigos Centros de Treinamento desenvolvimento do século XX deram lugar a educação corporativa devido às novas demandas no mercado serem muito mais complexas a nova tendência (ALMEIDA, 2006).

Para que possamos compreender melhor sobre o assunto vamos falar sobre Claro e Torres (2012), que segundo eles a formação completa de um profissional em seus aspectos físicos psíquicos e cognitivos alinhadas as estratégias da organização dependerão da eficácia do processo de ensino-aprendizagem do qual o pedagogo por apresentar formação condizente o que mais se aproxima das exigências da função deve participar ativamente e por isso que se justifica a presença do pedagogo na empresa.



Compreender os limites e possibilidades da atuação do pedagogo em espaços não formais de ensino.

Para colaborar sobre o que falamos a respeito da necessidade do pedagogo na empresa devido o mundo globalizado, destacamos a seguinte citação

Em conjunto com a cultura organizacional, a pedagogia assume a função de provocar mudanças no comportamento das pessoas, com o objetivo de garantir que todos trabalhem comprometidos em busca dos mesmos ideais, apesar das diferenças individuais. As mudanças são fundamentais para que as pessoas e as organizações não permaneçam estáticas diante de um cenário que a cada dia traz novos obstáculos e oportunidades (CLARO; TORRES, 2012, p. 210).

Aqui vamos comentar que a pedagogia assume a função de provocar mudança no comportamento das pessoas essas, que também são os colaboradores, mas também os empresários sofrem essa mudança. Com isso o próximo ponto tem como o objetivo de garantir que todos trabalhem comprometido em busca dos mesmos ideais devemos lembrar que todas as empresas têm a sua missão e essa missão deve estar clara para todos que dela fazem parte por que é a partir das missões que são realizados e formulados os objetivos da empresa a sua própria identidade que se encontra nas missões relacionadas, apesar das diferenças individuais ou seja aqui a necessidade da formação da equipe, o pedagogo assume então a liderança e também é o mediador de conflitos como já falei as mudanças são fundamentais para que as pessoas não fiquem estagnadas antigamente você entrava numa empresa e passava o resto da vida trabalhando na mesma empresa hoje a rotatividade é muito grande devido a própria mudança do mercado e importante também as mudanças nas organizações porque o mercado está cada vez mais difícil, então não pode permanecer estático a de se acompanhar as mudanças que ocorrem, ainda em relação às funções do pedagogo nas empresas.

Nos mostra de modo, mas específico "A Pedagogia empresarial tem como função capacita os profissionais para que atuem alinhados às estratégias do negócio em cinco linhas específicas: consultoria Educacional, educação continuada, ensino a distância, gestão de pessoas e treinamento empresarial. As práticas, técnicas e os conhecimentos do pedagogo podem beneficiar a área de gestão de pessoas se combinados com os conhecimentos e as experiências dos demais profissionais que nela atuam.

Aqui acrescento a relação importante entre o pedagogo e o psicólogo da empresa principalmente na avaliação é na capacitação dos funcionários. Para melhorar visualização



das funções do pedagogo na empresa separamos em recursos humanos e em consultoria internas e externas, em recursos humanos, ele vai trabalhar com desenvolvimento pessoal com capacitação treinamento, vai coordenar equipes multidisciplinar, pode também atuar na elaboração de políticas de diretrizes organizacionais e projetos educacionais, sociais, culturais para empresas ou instituições, programas de formação e qualificação profissional, programas de especialização de mão de obra, dentre outros.

Consultorias internas e externas: foca mais na educação e desenvolvimento das pessoas nas empresas como capacitação e formação profissional; elaboração de projetos educacionais para público interno e externo (tais como: empregados, familiares, fornecedores, parceiros e comunidades); organização de cursos *in company*; projetos de educação para o trânsito; orientação para desenvolvimento gerencial e educação continuada; alfabetização de adultos: elaboração de jornais educativos; campanhas de qualidade total, meio ambiente, segurança e saúde ocupacional e outros.

Porém ele pode atuar em todas as áreas que requerem trabalhos educativos que envolvam processos de ensino e aprendizagem.

Uma das maiores funções — e desafios — do pedagogo que trabalha em empresas é identificar as demandas dos negócios e dos colaboradores. Elas podem ter relação com conhecimentos técnicos do cargo ou com habilidades comportamentais, como o trabalho em equipe, a boa comunicação, a automotivação.

A Pedagogia Empresarial também deve estar atenta às necessidades da empresa em si. Por exemplo, observando a demanda de intervir junto aos funcionários para reforçar a missão e os valores do negócio ou melhorar o clima organizacional. O pedagogo precisa ter recursos para acompanhar e perceber tais aspectos.

O que se espera desse profissional, competência e principalmente uma liderança, por que ele sendo líder vai trabalhar com outros líderes, então é necessário que tenha essa competência de interagir com esses profissionais no sentido de se adequar a essa dinâmica organizacional com isso, a liderança é fundamental.

Considerações Finais

Diante disso, conclui-se que este estudo teve como objetivo compreender outro campo de atuação do pedagogo, não menos importante que a escola, a fim de contextualizá-la dentro das organizações, buscando informações sobre como utilizar seus conhecimentos



fora da escola. Onde como em uma realidade competitiva que vivemos em relação ao mercado de trabalho, as mudanças nas organizações, no perfil do trabalho e na sociedade em geral, surgem a necessidade de um profissional capacitado para trabalhar com pessoas em empresas que possam dar espaço para um profissional capacitado que trabalha com os colaboradores de forma instrutiva e motivadora e faz com que eles se sintam valorizados em seu ambiente de trabalho como pessoas acima de tudo.

As grandes empresas reconheceram que não é suficiente ter as melhores máquinas e uma melhor estrutura, também vale a pena, investir nos seus funcionários, neste contexto, pedagogo ou psicopedagogo comercial torna-se um grande aliado de organizações, como é o especialista mais apropriado que trabalha com treinamento e motivação de trabalhadores, ou seja, um dos profissionais mais apropriados que trabalham com pessoas.

Desta forma entende-se que as relações interpessoais, a valorização das pessoas, o trabalho motivacional realizado com o grupo que compõe a empresa, enfim, todo o trabalho realizado neste ambiente, ao dia-a-dia mais colaborador e agradável se tornam, mas produtivos, além da rotina chata e desconfortável que muitas vezes impede a pessoa de sair da cama entusiasmada com a motivação para enfrentar mais um dia de trabalho. Não existira com isso, favorecendo então a empresa, que gera uma maior produtividade e como resultado bons lucros.

Referências

ALMEIDA, M. G. **Pedagogia empresarial**: saberes, práticas e referências. Rio de Janeiro: Brasport, 2006.

CLARO, J. A. C. S.; TORRES, M. O. F. Pedagogia Empresarial: a atuação dos profissionais da educação na gestão de pessoas. **Contrapontos**, v. 12, n. 2, p. 207-216, 2012.



PEDAGOGO E SUA RELEVÂNCIA NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Kamile Sena da Cunha

Introdução

O artigo presente tendo em vista compreender a relevância do pedagogo no tribunal de justiça sabemos, que este assunto não é muito conhecido devido aos poucos conhecimentos nessa área, mas isso não quer dizer que o pedagogo jurídico é menos importante, neste artigo vamos discutir um pouco sobre esse trabalho e sua importância dentro do tribunal de justiça. Vamos discorrer sobre as suas intervenções e sua importância na orientação a menores infratores, nos fóruns nos processos judiciais nas varas e tribunais.

Pedagogia em organizações sociais vem nos mostrar que o pedagogo não vive somente em sala de aula, mas nos mostra que todo lugar pode ter um pedagogo aplicando um ensino em diversas áreas como nos hospitais, nas empresas, no meio ambiente em ONGs, no poder judiciário, enfim, e sempre desenvolvendo um trabalho de ensino e aprendizagem com as pessoas sem exceção da área que se trabalha podemos perceber o quanto a educação evoluiu e vem se expandindo em todas as áreas e a disciplina pedagogia e organizações sociais vem nos mostrar exatamente isso o pedagogo trabalhando em diversas áreas (OLIVEIRA, 2017, p. 28).

Mas entre todos esses campos e instituições que o pedagogo pode atuar vou me deter somente no Tribunal de Justiça, abordaremos especificamente a importância do pedagogo na área judicial, buscando assim informações deste profissional neste campo de atuação onde o pedagogo tem um papel de suma importância de auxiliar, dialogar com os mesmos que se encontram com problemas que só o pedagogo dentro do poder judiciário pode intervir.

Para que possamos discorrer de forma significativa sobre o assunto, dialogaremos, Freitas (2012), que nos diz que, “as pessoas geralmente chegam até o Tribunal de justiça para ser parte em alguma ação judicial”. no caso pessoas que buscam por ajuda em determinada área, Leite (2004), que relata a importância do pedagogo no Tribunal de justiça, conforme o aprofundamento do estudo entre outros que se dedicaram no tema e se aprofundaram em seus estudos.



Compreender a relevância do pedagogo no tribunal de justiça

De acordo com Leite (2004), o campo da pedagogia jurídica é um compromisso de construção de conhecimentos, transmissão e avaliação. No entanto o pedagogo assumiu um compromisso com o Tribunal de Justiça e através dos seus conhecimentos com a educação ele busca identificar quais saberes pedagógicos aplicar dependendo muito da situação. No poder judiciário o pedagogo desenvolver seu trabalho em parceria com a equipe interdisciplinar composta por psicólogos, e assistente sociais. Como assinala Méndez (2013, p. 10), prestando assim assessoramento jurídico-pedagógico aos magistrados em todas as atividades que se fizerem necessárias diante das necessidades e avanços no mundo que precisam do trabalho pedagógico no ambiente jurídico, surgem ressignificados meios técnicos e saberes pedagógico em torno da ação interdisciplinar de como mobilizar os conhecimentos da pedagogia de forma a atender às demandas de funcionamento em instituições não escolares.

Hodiernamente, a atuação do pedagogo não se limita à escola, ou seja, ao espaço formal de educação, pois também se encontra em espaços não formais de educação. (OLIVEIRA, 2017, p. 29).

Diante desta nova visão, pode se perceber que na atualidade o espaço de atuação do pedagogo está se expandindo cada vez mais, sendo que as práticas educativas estão crescendo nas, mas variadas instâncias da sociedade, produzindo desta forma um novo olhar para o profissional da educação.

Os estudos envolvidos neste trabalho evidenciam a relevância da pedagogia jurídica para a descrição e interpretação das formas de comunicação que estão na base de dos processos pedagógicos e das regras subjacentes que configuram o discurso jurídico e suas práticas. (LEITE, 2004, p. 16).

Portanto se faz necessário a atuação do pedagogo na área jurídica como abordei acima, o pedagogo trabalha com as questões relacionadas aos conhecimentos pedagógicos desenvolvendo práticas educativas que contribui com o desenvolvimento social, emocional e intelectual do sujeito. Infelizmente o pedagogo no tribunal de justiça é limitado devido há falta de conhecimento desta área, contudo sua presença é essencial como abordei acima.



Considerações Finais

Com isso conclui-se que o pedagogo tem um papel fundamental dentro do poder judiciário, afim de compreender os benefícios que as ações educativas, as intervenções pedagógicas podem trazer ao Tribunal de Justiça vimos que essa atuação é pouco conhecida, mas aos poucos vai ganhando seu espaço no campo judiciário.

Referências

FREITAS, R. C. F. **O Trabalho do pedagogo no Tribunal de Justiça do Pará**: os desafios da inovação no exercício profissional. 2012. 142 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2012.

LEITE, M. C. L. **Pedagogia Jurídica e Democracia**: Possibilidades e Perspectivas. In: Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, 8, 2004, Coimbra. Anais ... Coimbra-Portugal: CES, 2004.

MÉNDEZ, E. G. Infância, lei e democracia: uma questão de justiça. In: MÉNDEZ, E. G.; BELOFF, M. (Org.). **Infância, lei e democracia na América Latina**. Buenos Aires: Santa Fé de Bogotá, 2013.

OLIVEIRA, J. S. **Perspectivas de pedagogas acerca de suas práticas profissionais no contexto do sistema judiciário em João Pessoa - PB**. 2017. 72 f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso). Universidade Federal de Paraíba Centro de Educação, João Pessoa-PB, 2017.



A ATUAÇÃO DOS PEDAGOGOS EM INSTITUIÇÕES EMPRESARIAIS: COMO SE DÃO SUAS PRÁTICAS

Kamilly Osório Marques

Introdução

A pedagogia em organizações sociais é uma área que possibilita a visão das diferentes formas de atuação dos educadores. Sabe-se que a educação é um processo que leva ao desenvolvimento e formação do ser humano, e esse processo ocorre em diversos contextos, sendo esses dentro ou fora da escola. Assim, a pedagogia social atua de modo a tentar intervir e a incluir nas relações socioeducativas os diferentes públicos. Portanto, na pedagogia social o objetivo “(...) é o de agir sobre a prevenção e a recuperação das deficiências de socialização, e de modo especial lá onde às pessoas são vítimas da insatisfação das necessidades fundamentais” (CALIMAN, 2006).

Desse modo, levando em consideração a diversidade de formas de atuação do pedagogo no campo socioeducativo e a importância deste profissional em áreas como escolas, hospitais, tribunais, organizações sociais e empresas leva a considerar que sua formação é bastante rica, diversificada e relevante.

Precisamente pela abrangência maior do campo conceitual e prático da pedagogia como reflexão sistemática sobre o campo do educativo, pode-se reconhecer na prática social uma imensa variedade de práticas educativas, portanto uma diversidade de práticas pedagógicas (LIBÂNEO, 2006, p. 850)

E uma das práticas educativas relevantes do pedagogo é na área empresarial. Nas empresas, o profissional da pedagogia atua em sua prática pedagógica através de treinamentos de pessoas e organização da corporação, ou seja, o pedagogo age no processo de educação que está relacionada ao desenvolvimento da instituição o qual ele trabalha. Logo, isso ocorre porque “o pedagogo é o especialista em conduzir o comportamento das pessoas e por isso se encaixa nas necessidades das empresas em busca do desenvolvimento e do crescimento diante das exigências profissionais da atualidade” (ALMEIDA, 2007, p. 208).

Assim, o presente texto objetiva analisar as ações e as atividades que o pedagogo pode desenvolver dentro do espaço empresarial, tentando compreender como ele pode exercer tal função com total domínio desenvolvendo um trabalho de atenção a esse novo



campo de trabalho que vem sendo requisitado cada vez mais em consequência da globalização, expansão das empresas e suas competitividades.

O estudo em questão fez uso da pesquisa bibliográfica e documental, utilizando-se de leituras e contribuições relevantes presentes nos textos de Almeida (2007), Gonzalez e Pedroza (2005) e Libâneo (2006) os quais somaram para um melhor entendimento acerca da atuação do pedagogo em organizações empresariais.

Como se dão as práticas do pedagogo no interior das empresas?

O contexto econômico mundial apresenta, com a globalização, a expansão do capitalismo e uma grande competitividade entre as corporações para se manterem ativas e em crescimento gera a necessidade de estratégias eficazes para o sucesso dessas empresas. Mas, para isso, é necessário, além de recursos materiais, uma competente atuação da parte de pessoal nessas instituições já que são pessoas que fazem o trabalho mais relevante. Por isso,

Uma das formas de conseguir estabelecer e cumprir esses objetivos estratégicos é por meio do desenvolvimento das pessoas que compõem seus negócios, ou seja, as empresas devem estimular a aprendizagem como forma sólida de manter a sua capacidade de competitividade. (ALMEIDA, 2007, p. 208)

E, para o bom desenvolvimento das pessoas atuantes nas empresas, e que esteja de acordo com as necessidades da instituição, é necessário que haja um processo educativo, e é nesse ponto que entra a ação relevante do pedagogo para auxiliar neste processo, pois sua atuação ao educar pode ocorrer tanto na escola, em espaços formais, como fora dela nos espaços não formais, pois como afirma Libâneo (2006, p. 17):

Em sentido estrito, a educação ocorre em instituições específicas, escolares ou não, com finalidades explícitas de instrução de ensino mediante uma ação consciente, deliberada e planejada, embora sem separar-se daqueles processos formativos gerais.

Nesse sentido, percebe-se que o pedagogo pode atuar de diversas formas para contribuir com o desenvolvimento de uma empresa, seja na questão de gestão de pessoas, organização dos processos e eventos e outros, como se pode ver em:



O pedagogo pode planejar, avaliar, administrar, orientar e capacitar profissionais, gerenciar essas áreas ou mesmo compor como técnico verificando as metodologias de aprendizagens utilizadas, visando garantir melhores processos para a obtenção dos resultados traçados pela alta direção da empresa, no desenvolvimento de competências e habilidades da equipe de trabalho. (ALMEIDA, 2007, p. 208)

Desse modo, a prática do pedagogo nas empresas acaba fazendo com que ele desempenhe funções que outros profissionais costumam fazer, daí se vê a capacidade deste profissional formado em pedagogia e os campos diversos e habilidades que pode desenvolver.

Considerações Finais

Tendo em vista que o processo educativo pode ocorrer dentro e fora da escola, vê-se a grande importância da atuação do pedagogo que possui um amplo espaço e possibilidades de desenvolver um trabalho educativo em diversos campos.

Logo, um dos campos em que se percebe essa atuação é no interior das empresas onde o pedagogo ajuda nas organizações e capacitação de pessoas, bem como gerenciar diversas áreas. Tudo isso para garantir o bom funcionamento e crescimento da empresa em um contexto globalizado .com uma grande competitividade entre as corporações. Assim sendo, o pedagogo empresarial e seu trabalho é de extrema importância para essas organizações, e esse tipo de atuação leva à reflexão de que o seu trabalho vai além de práticas educativas no interior da escola.

Referências

ALMEIDA, A. L. Uma análise do pedagogo em ambientes empresariais. In: Congresso Nacional Logo Iniciação Científica - CONIC, 2007, São Paulo. **Anais ...** São Paulo: SEMESP, 2007.

CALIMAN, G. Fundamentos teóricos e metodológicos da pedagogia social na Europa (Itália). In: Congresso Internacional de Pedagogia Social, 1, 2006, São Paulo. **Anais ...** Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2006.

GONZALEZ, W.; PEDROZA, S. Limites e possibilidades da atuação do pedagogo em espaços não de ensino: algumas questões para o debate, **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, v. 11, n. 26, 2013.



LIBÂNEO, J. C. Diretrizes Curriculares da Pedagogia: Imprecisões teóricas e concepção estreita da formação profissional de educadores. **Educ. Soc.**, v. 27, n. 96, p. 846-876, 2006.

LIBÂNEO, J. **Didática**. São Paulo: Cortez, 2006.



DESAFIOS DA PEDAGOGIA HOSPITALAR A PARTIR DA PANDEMIA DA COVID-19

Laila Cristina dos Santos Coelho

Introdução

Existem vários desafios no ensino da pedagogia hospitalar: desprivilegio desses profissionais, desvalorização da pedagogia hospitalar, relação com o sofrimento e a morte, relação professor e família, falta de estrutura física e profissionais qualificados.

A pedagogia hospitalar surgiu em meados de 1950 no estado do Rio de Janeiro em um hospital municipal Menino Jesus, onde houve a primeira classe da Pedagogia Hospitalar (ROLIM; GOÉS, 2009).

No Brasil, o caminho para a educação de crianças e adolescentes nem sempre passa pelos corredores escolares, mas deve passar por garantias constitucionais, ação governamental e dedicação de equipes profissionais.

Neste trabalho, abordaremos a Educação Hospitalar como um campo de atuação do profissional de pedagogia, buscando analisar os desafios desses profissionais na área de atuação do pedagogo e dos profissionais da saúde em um contexto da pandemia da Covid-19, assim como a possibilidade de levar crianças e adolescentes a buscarem a continuação de seus estudos mesmo enfrentando doenças que impossibilitem as mesmas de frequentarem a escola.

Nunes e Silva (2020) afirmam que as crianças e adolescentes se afastam de suas atividades escolares por causa de seu longo tratamento de saúde, pois eles passam determinada parte de sua vida tendo que serem atendidas pelas classes hospitalares como centro de educação hospitalar.

A Pedagogia hospitalar é um dos vastos leques de atuações da Pedagogia em que busca junto com a equipe de enfermeiros, modificar as situações o desenvolvimento da educação para o paciente, modificando o ambiente em que está envolvido, exigindo cuidados especiais no desenvolvimento das atividades pedagógicas (PRADO WOLF, 2007).

Ohara, Borba e Carneiro (2008) afirmam que a o reconhecimento e a aprovação da categoria da educação hospitalar reforçam a motivação e o encorajamento dessa categoria, por isso deve se manter um vínculo de convívio facilitando a interação de colegas e amigos da mesma faixa etária



O campo de atuação da Pedagogia Hospitalar contribui de forma integral para o desenvolvimento da criança, principalmente em espaços pedagógicos de lazer, como a brinquedoteca, onde nessa situação a criança vai interagir com brinquedos e diversões de forma que esta criança se esqueça da sua doença e consiga lidar com sua situação de forma que ela evolua num ambiente lúdico e acolhedor (OLIVEIRA, 2016).

Logo, o texto tem o objetivo analisar a atuação do pedagogo na área hospitalar durante a pandemia de Covid-19. Como aspecto metodológico farei uso de pesquisa bibliográfica com textos de autores como Nunes e Silva (2020) e Prado Wolf (2007) para me ajudar a elucidar questões sobre a pedagogia hospitalar.

Pedagogia hospitalar e pandemia

Durante a pandemia da Covid-19 houve diversas mudanças na nossa rotina que nos obrigaram a se aproximar das Tecnologias Digitais como os meios de comunicação online fazendo com que nos adaptamos durante a quarentena, em casa, no trabalho e na escola (NUNES; SILVA, 2020).

Com o surgimento da Pedagogia Hospitalar atuação do pedagogo vai além de ensinar, esse profissional especificamente tem uma grande importância nesta área, além de ser um motivador para os alunos e transmissor de conhecimento, ele deve motivar os alunos com atividades lúdicas e com métodos de ensinamentos inovadores para que haja um aperfeiçoamento no processo de aprendizagem desses alunos na área hospitalar. É importante o fomento da Pedagogia Hospitalar, em pesquisas e cursos de formação inicial para que haja um apoio pedagógico a crianças e adolescentes que se encontram nos hospitais em situação que impossibilitam a frequentarem os ambientes escolares (MONTALVÃO; AVELINO, 2021).

Durante o cenário da pandemia de Covid-19, pesquisadores e profissionais da área da saúde e educação tem se preocupado com um dos maiores desafios na prática da educação em saúde, mas também porque é difícil adotar medidas simples de assistência à saúde, especialmente aquelas relacionadas com a prevenção e combate às doenças hospitalares. (PALÁCIO; TAKENAMI, 2020).



Considerações Finais

Diante disso, é importante ressaltar que a atividade docente promove benefícios relacionados ao desenvolvimento cognitivo, social e emocional de crianças e adolescentes, também auxilia no processo de reabilitação e ameniza a dor e o sofrimento de alunos privados de participação na cultura social e no ambiente escolar devido à hospitalização se tornando atualmente indispensáveis na contribuição com os processos educacionais de ensino.

Em vista ao atual cenário da pandemia de Covid-19, considera-se que as pesquisas bibliográficas estabelecidas e reunidas neste artigo são relevantes, ao constatar que o pedagogo hospitalar tem uma grande importância na vida dos alunos hospitalizados, mas que essa profissão não é muito conhecida. Esta pesquisa desenvolvida revela diferentes possibilidades do ensino nas aulas remotas podem contribuir para ocorrência de mudanças positivas nos processos educacionais.

Constata-se assim, que apesar das rotinas dos professores e alunos sofrerem modificações durante a pandemia de Covid-19, há sempre a possibilidade de adaptação às novas modalidades de ensino e aprendizagem vivenciadas na atualidade, no qual, para muitas pessoas ainda tem sido por vezes complexo assimilar. Todavia, o que fica evidente é que os ambientes educacionais precisam ganhar novas formas e espaço, pois, o que antes era um desafio designar a educação hospitalar para crianças e adolescentes, hoje se tornou um desafio ainda maior por causa da pandemia.

Referências

- FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UECE, 2002.
- MONTALVÃO, G. T.; AVELINO, W. F. Pedagogia Hospitalar: a atuação do pedagogo no tratamento de crianças e adolescentes. **Cadernos da FUCAMP**, v. 20, n. 47, 2021.
- NUNES, C. N.; SILVA, S. S. L. S. **As classes hospitalares**: desafios da educação a distância no contexto da Covid-19. Anais do CIET/EnPED, São Paulo: UFSCAR, 2020.
- OHARA, C. V. S.; BORBA, R. I. H.; CARNEIRO, I. A. Classe hospitalar: direito da criança ou dever da instituição?. **Rev. Soc. Bras. Enferm. Ped**, v. 8, n. 2, p. 91-99, 2008.
- OLIVEIRA, E. F.; SILVA, V. M.; FANTACINI, R. A. F. Pedagogia hospitalar: a brinquedoteca em ambientes hospitalares. **Research, Society and Development**, v. 1, n. 1, p. 88-104, 2016.12



PALÁCIO, M. A. V.; TAKENAMI, I. Em tempos de pandemia pela COVID-19: o desafio para a educação em saúde. **Vigilância Sanitária em Debate: Sociedade, Ciência & Tecnologia**, v. 8, n. 2, p. 10-15, 2020.

PRADO WOLF, R. A. Pedagogia hospitalar: a prática do pedagogo em instituição não-escolar. **Revista Conexão UEPG**, v. 3, n. 1, 2007.

ROLIM, C. L. A.; GÓES, M. C. R. Crianças com câncer e o atendimento educacional nos ambientes hospitalar e escolar. **Educação e Pesquisa**, v. 35, n. 3, p. 509-523, 2009.



ATUAÇÃO DO PEDAGOGO NO AMBIENTE HOSPITALAR

Lucifrance Fernandes da Costa Uchoa

Introdução

Todos sabem como o pedagogo trabalha nas escolas, porém em outros lugares é desconhecido por muitos, essa foi a razão pela qual motivou a escolha do tema, para que pessoas que não sejam da área possam ver a pedagogia com outros olhos, ainda mais quando falamos em pedagogo trabalhando em hospitais, acaba por ser uma surpresa, até mesmo para quem deseja entrar na área, assim o estudo poderá contribuir para que os alunos que pretendam entrar no curso de pedagogia não o veja limitado a sala de aula, e também pode levar outras pessoas que nunca pensaram em fazer pedagogia a ter interesse por dá outras oportunidades de trabalhar em articulação com outras profissões, por isso antes de entrar diretamente no trabalho realizado em hospitais, será necessário realizar uma abordagem histórica de como surgiu o trabalho do pedagogo nos hospitais, podemos ter como marco da atuação durante a Segunda Guerra Mundial, conforme citado abaixo:

Pode-se considerar como marco decisório das escolas em hospital a Segunda Guerra Mundial. O grande número de crianças e adolescentes atingidos, mutilados e impossibilitados de ir à escola, fez criar um engajamento, sobretudo dos médicos, que hoje são defensores da escola em seu serviço (ESTEVEES, 2022, p. 2)

O trecho acima demonstra a função do professor durante esse período, para que as crianças doentes não ficassem sem aula, e mesmo os profissionais da saúde viram o quanto era necessário o atendimento dessas crianças pelos educadores.

Além de procurar saber as maneiras de atuação e contribuições para os que se encontram doentes, até porque como profissionais da área da educação o pedagogo como qualquer outro professor deve agir principalmente com humanidade e empatia diante dos seus alunos, sendo assim, deve estar preparado para lidar com os mesmos em situações que exigem sensibilidade, como os que se encontram internados, pois para estes não é um momento fácil, estão afastados dos amigos, familiares e das coisas que gostam, além da necessidade de serem fortes para aguentarem e superar os momentos em que estão passando.



A Pedagogia Hospitalar deve buscar ocasionar uma condição de vida melhor para as crianças e adolescentes hospitalizados. É importante ressaltar que as classes hospitalares não podiam ser vistas como salas de aula comum, mas devem ser um espaço acolhedor, alegre e colorido - um ambiente capaz de fazer a criança e o “1 - Direito e proteção à vida e a saúde, com absoluta prioridade e sem qualquer forma de discriminação. [...] 9 - Direito a desfrutar de alguma forma de recreação, programas de educação para a saúde, acompanhamento do currículo escolar, durante sua permanência hospitalar. [...] 19 - Direito a ter seus direitos Constitucionais e os contidos no Estatuto da Criança e do Adolescente, respeitados pelos hospitais integralmente” (WISE, 2013, p. 5).

Essa passagem acima mostra claramente a função do pedagogo, que não é só de ensinar e sim tentar melhorar a qualidade de vida dos seus alunos.

No Brasil com as mudanças em todas as áreas em especial na educação, com a preocupação de um ensino voltado ao bem-estar dos estudantes, em um ambiente que ajude nos seus desenvolvimentos, não seria diferente a preocupação com os mesmos nos hospitais onde se encontram internados, afinal de contas a educação não deve ser restrita a escola, e o direito de estudar não é apenas aos que tem acesso a ela, para isso foi criado o estatuto da criança e do adolescente hospitalizado, além disso em 2002 o Ministério da Educação publicou um guia que estabeleceu os critérios para que esses estudantes fossem atendidos, sem que perdessem os seus vínculos com a escola, e também a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, para dá continuidade ao processo de ensino-aprendizagem.

Esses aspectos citados são direitos mínimos que devem ser respeitados, e que o Estado garante, cabendo a cada pessoa fazer com que qualquer violação a esses direitos seja denunciada. Outro ponto a ser abordado é a formação continuada necessária para que o pedagogo possa trabalhar nas classes hospitalares.

[...] a única opção para contribuir com a formação profissional, que atenda às necessidades exigidas para uma prática educativa no contexto hospitalar, é buscar uma formação continuada através de pesquisas científicas, leituras de livros, cursos à distância e Projetos de Pesquisas ou Extensão [...] (SOUZA, 2017, p. 39)

Conforme citado acima, o pedagogo deve está em constante atualização, buscando principalmente fazer uma especialização voltada a educação hospitalar.

Logo o objetivo deste texto é verificar de que forma ocorre a atuação do pedagogo no ambiente hospitalar. Para alcançar o objetivo deste texto a metodologia usada será a



pesquisa bibliográfica e entre os principais autores destaque: Wiese (2013), Souza (2017) e Esteves (2022).

Desafios e pesquisas do trabalho no ambiente hospitalar

O pedagogo nos hospitais trabalha para que crianças e adolescentes que estejam internado progredam em seus estudos, mas também fazendo dos hospitais locais de acolhimento onde os mesmos se sintam dispostos e estimulados a aprender.

A pedagogia hospitalar é um ramo da educação que proporciona à criança e ao adolescente hospitalizado uma recuperação mais aliviada, por meio de atividades lúdicas, pedagógicas e recreativas. Além disso, previne o fracasso escolar, que nesses casos, é gerado pelo afastamento da sala de aula onde ordinariamente estuda (SOUZA, 2017, p. 21).

O trecho acima demonstra que o pedagogo deve buscar novas maneiras de ensinar para que se possa alcançar o seu objetivo que é a aprendizagem, porém não é uma tarefa fácil, pois os hospitais são bem diferentes das salas de aula, onde os educandos tem suas limitações em decorrência das suas enfermidades, assim é preciso pensar em um trabalho individualizado, que atenda principalmente ao interesse do paciente. Também é importante que as atividades sejam realizadas para que os alunos tenham um momento de lazer e esqueçam que estão doentes, proporcionando uma recuperação mais rápida, isto é, as aulas devem abordar o conteúdo estabelecido, mas devem se adequar a realidade, pois o que deve se levar em consideração o estado em que se encontra o aluno, conforme citado abaixo:

O trabalho de escola hospitalar, ao mesmo tempo em que focado nos objetivos e vinculados aos conteúdos a desenvolver, deve ser adequado às necessidades e aos interesses dos alunos, provendo também, uma série de possíveis alternativas a fim de que, qualquer que seja o imprevisto que aconteça na sala de aula, tais momentos possam ser aproveitados como se fossem “deixas”, ousando-se a ir com os alunos por caminhos que, embora não estivessem planejados, possam provocar mudanças no seu processo de desenvolvimento e aprendizagem (SOUZA, 2017, p. 27).

A citação demonstra que o professor não deve se prender ao conteúdo, porque não está em sala de aula, mas também não deve se esquecer dele, apenas deve tornar a vida dos seus alunos mais agradável, na medida do possível.

Outro ponto que se deve levar em consideração é que não devemos nos esquecer de quem o acompanha, pois o pedagogo terá de lidar diretamente com ele durante as atividades,



e algumas vezes será preciso também a participação do mesmo, haja vista a necessidade de também ter um momento de descontração para esquecer os problemas advindos com a doença de quem está acompanhando.

Quando se fala em avaliação, o pedagogo hospitalar não usa de métodos convencionais das escolas comuns para avaliar seus alunos, e sim de relatórios onde se pode observar o progresso em um processo contínuo, como abaixo:

Sabemos que a avaliação de qualquer trabalho, não se excluindo daí aquele desenvolvido nas escolas hospitalares, é um processo que está presente no transcorrer de toda e qualquer atividade desenvolvida, e não apenas ao seu final, como que apenas checando o que a criança foi capaz de reter, e que poderia ser erroneamente considerado como o real conhecimento por ela adquirido (SOUZA, 2017, p. 27).

Essa citação considerar a construção do conhecimento no decorrer do período de internação, e não apenas avaliar o conteúdo absorvido.

O lado bom para o pedagogo é de poder atuar em um ramo diferente de sala de aula, podendo atuar com profissionais de áreas diferentes, isso em se falando de atuação de uma forma mais abrangente, pois pode levá-los a novas experiências, agora voltando-se a pedagogia hospitalar, pode instigá-los a buscar outras maneiras de ensinar e de aprender a lidar com pessoas em situações inesperadas, tornando-os mais humanos, pois deverá ter uma sensibilidade mais apurada, porque muitas das vezes deverá lidar com a morte de seus alunos, e também será necessário saber como se comportar e lidar com os acompanhantes e familiares dos mesmos, para os pacientes é uma oportunidade de ter um tratamento diferenciado e individualizado voltado ao bem estar e continuidade dos seus estudo.

Quanto aos resultados foram positivo para aprofundar o conhecimento sobre os trabalhos desenvolvidos nos hospitais, que aliás também podem ocorrer nas residências dos próprios alunos que não podem ir à escola por estarem doentes.

Considerações finais

Sendo assim, o pedagogo atua no ambiente hospitalar tentando melhorar a qualidade de vida de seus alunos, e também na atenção a seus acompanhantes, com seus alunos o trabalho é na intenção de dá continuidade as atividades escolares, só que tentando ao máximo outras maneiras de ensinar, em relação aos acompanhantes podem ser feitas atividades em



conjunto com os pacientes, tentando proporcionar assim a todos um momento agradável, esquecendo-se mesmo que por algum tempo dos problemas advindos da doença.

Referências

ESTEVES, C. R. **Pedagogia Hospitalar**: um breve histórico. Faculdade Campos Elíseos, 2022.

SOUZA, A. C. S. **A prática Pedagógica no Ambiente Hospitalar**: um estudo de caso no HULW. 2017. 69f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

WIESE, M. C. S. Pedagogia Hospitalar no Brasil: atuações docentes nas classes hospitalares. In: Congresso Nacional de Educação, 11, 2013, Curitiba. **Anais ...** Curitiba: PUC-PR, 2013.



AS PRÁTICAS EDUCATIVAS NO AMBIENTE HOSPITALAR

Luiza Helena Barbosa Brasil da Silva

Introdução

A educação é um processo de grande relevância para o desenvolvimento e formação das pessoas. Muito embora, por tempos, esse processo tenha sido considerado predominante apenas nos espaços escolares, no contexto atual vê-se que o processo de ensino-aprendizagem ocorre também em ambientes não-escolares. Isso se deve às diversas demandas sociais recorrentes da necessidade de atendimento pedagógico a determinados públicos por circunstâncias específicas. Logo, entra em cena a Pedagogia Social que seria “como tarefa educativa social e estatal [...] como ciência da ação, ou seja, teoria de uma prática para a prática” (MACHADO, 2008, p. 3 apud ARAÚJO et al, p. 5).

Nesse sentido, percebe-se que o campo de atuação do pedagogo vai muito além da sala de aula, é bastante amplo, visto que ele pode atuar em empresas, hospitais, tribunais judiciários entre outros. Assim, concorda-se com Libâneo (2006, p. 851) ao afirmar que “A formação de educadores extrapola, pois, o âmbito escolar formal, abrangendo também esferas mais amplas da educação não-formal e formal”. E uma dessas esferas é o ambiente hospitalar, onde se encontram crianças e adolescentes internados. No hospital, aqui analisado com destaque neste texto, além de tratamento de saúde, são oferecidos apoios ao processo de ensino-aprendizagem. E dentro da Pedagogia Social cabe ao pedagogo auxiliar neste trabalho e exercer a função de dar continuidade ao ensino desses pacientes com a pedagogia hospitalar que de acordo com Silva e Fantacini (2013, p. 33)

esse trabalho tem a intenção de que se voltem os olhares ao ser total, e não unicamente para o corpo e sim para as necessidades afetivas, emocionais, físicas e sociais da criança, sensibilizando sobre a importância da educação e da saúde da criança hospitalizada.

Diante disso, este texto tem por objetivo analisar como se dão as práticas educativas no meio hospitalar, verificando de que forma ocorre o trabalho do pedagogo no sentido de tentar sanar as necessidades educativas, afetivas, emocionais e sociais dessas crianças hospitalizadas, já que esse é um direito garantido legalmente.



Para o presente estudo utilizou-se a pesquisa bibliográfica e documental que culminaram na leitura de textos que ajudaram no entendimento e análise das práticas educativas dos pedagogos da classe hospitalar. Contribuições de autoras como Silva e Fantacini (2013) trouxeram reflexões acerca do trabalho da classe hospitalar e, para confirmar o direito legal desses alunos, os documentos oficiais Resolução nº 41 do CONANDA e a LDB nº 9394/96 ajudaram relevantemente. Além de contribuições de Libâneo (2006) e da Resolução CNE/CP nº 1 de 15 de maio de 2006.

A garantia da educação no ambiente hospitalar

A pedagogia hospitalar atua de forma a integrar a criança doente no novo ambiente onde passará a conviver, tornando esse ambiente acolhedor e humanizado, tentando fazer com que essa criança mantenha os laços sociais e familiares durante o período de hospitalização.

Para garantir o direito das crianças hospitalizadas a terem essa continuidade em sua educação, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 reforça no parágrafo 2º do artigo 58 que “O atendimento será feito em classes, escolas, ou serviços especializados sempre que, em função das condições específicas do aluno não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular” (BRASIL, 1996).

Logo, como a situação de uma criança hospitalizada é um contexto em que a mesma não pode ser integralizada nas classes comuns, porém há a necessidade de ela continuar suas relações sociais e de educação, percebe-se que a LDB assegura o direito. Além disso, a legislação brasileira também garante esse direito a essas crianças doentes por meio da Resolução nº 41 de outubro de 1995, no item 9, onde diz que a criança e o adolescente hospitalizados têm “Direito a desfrutar de alguma forma de recreação, programas de educação para a saúde, acompanhamento do currículo escolar, durante sua permanência hospitalar.”

Ainda, como garantia desse direito, em 2002, por meio da Secretaria de Educação Especial, o Ministério da Educação elaborou o documento “Classe hospitalar e atendimento pedagógico domiciliar: estratégias e orientações” para assegurar o acesso dessas crianças à educação.



O trabalho do pedagogo hospitalar

O papel do pedagogo no ambiente hospitalar não se limita apenas em transmitir os conteúdos escolares aos quais o aluno enfermo está impossibilitado de ter neste contexto. Este profissional da educação é de extrema importância porque atende, além das necessidades pedagógicas dessas crianças e jovens, as necessidades psicológicas, sociais e até afetivas.

O acompanhamento pedagógico no espaço hospitalar é um trabalho que tem a função de apoiar e desenvolver as possibilidades dos alunos, para que, quando eles voltarem à escola, não possuam prejuízos, e consigam se manter no cronograma escolar. (SILVA; FANTACINI, 2013, p. 43)

E para que ele tenha sucesso em tais objetivos é necessário que haja capacitação nesta área para sua atuação e, conseqüentemente, atingir as expectativas. Nesse sentido, sobre a atuação do pedagogo em diversos campos além do escolar, as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia dizem na Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006, no artigo 3º parágrafo único:

Art. 3º O estudante de Pedagogia trabalhará com um repertório de informações e habilidades composto por pluralidade de conhecimentos teóricos e práticos, cuja consolidação será proporcionada no exercício da profissão, fundamentando-se em princípios de interdisciplinaridade, contextualização, democratização, pertinência e relevância social, ética e sensibilidade afetiva e estética. (BRASIL, 2006)

Além disso, o pedagogo precisa estar preparado para trabalhar com a diversidade humana e cultural para poder sanar as necessidades dos alunos e, se caso preciso for flexibilizar os conteúdos e os processos de implementação. Assim, este profissional precisa ser estimulador de novas competências e saber usar os recursos fornecidos para garantir a interação e construção de conhecimentos pelas crianças internadas. Nesse interim, Silva e Fantacini (2013) afirmam que o educador hospitalar atende às necessidades pedagógicas das crianças hospitalizadas, mantendo a sensibilidade, compreensão, criatividade, persistência e muita paciência, para atingir os objetivos.

Mas, para atingir os objetivos almejados, o professor hospitalar necessita de metodologias, planejamentos, estratégias e recursos que se liguem ao contexto de ensino do hospital, e uma das estratégias que podem ser usadas nessas classes pelos educadores são ambientes coloridos, com imagens, desenhos, livros de histórias, jogos educativos e



brinquedos. Essa ludicidade nesses ambientes colabora para o bom desenvolvimento dos alunos hospitalizados, como é defendido em:

Um dos meios muito usados pelo pedagogo hospitalar para desenvolver um trabalho com qualidade e diversão são as atividades lúdicas que podem ser: a arte de contar histórias, brincadeiras, desenhos e pinturas, dramatização, jogos, atividades que focalizam nos estudos. (SILVA; FANTACINI, 2013, p. 44)

Como o pedagogo hospitalar tem a função, além de educar, em ajudar na integração do aluno e manter seu cotidiano como de antes nas relações sociais e culturais, é importante que este professor ajude este aluno a resgatar diariamente sua rotina de criança mesmo em ambiente em que se vê um contexto de dor e sofrimento. E realizar atividades que ajudem a resgatar o cotidiano do aluno é de extrema importância para manter seu equilíbrio e desenvolvimento emocional.

E nada melhor do que usar o “brincar” para trabalhar essas questões, já que, segundo Silva e Fantacini (2013), o brincar tem uma característica de ensinar de forma divertida e possibilita desenvolver condições que envolva a imaginação da criança onde poderão descrever suas vivências e suas necessidades. Dessa forma, brincando se aprende e o educador acaba analisando também as necessidades dos educandos.

Considerações Finais

Sendo a educação a base para a vida social, vê-se que ela é transformadora e construtora da cidadania quando ocorre em um processo pedagógico humanístico, inclusivo e acolhedor. Nesse sentido, percebeu-se, com o que foi exposto no estudo, que a pedagogia hospitalar é um instrumento que dá continuidade ao processo educativo na circunstância de internação do estudante enfermo.

Logo, mesmo que a legislação garanta o direito de esse público específico dar continuidade aos estudos no hospital, é necessário que haja, um maior apoio dos hospitais a este tipo de educação e um maior investimento em capacitação dos professores hospitalares para que atuem com eficiência nestes contextos, fazendo com que sejam sanadas as necessidades pedagógicas, sociais, culturais, emocionais e afetivas dessas crianças e adolescentes hospitalizadas.



Referências

ARAÚJO, N. F. M. **Pedagogia social**: a atuação do pedagogo em ambiente não-escolar. Sl. Sd.

BARROS, D. F.; COSTA, M. G. **Prática educativa em ambientes escolares e não-escolares**: atribuições profissionais do pedagogo social, empresarial e hospitalar. Anais IV FIPED, Campina Grande: Realize Editora, 2012.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: Lei n. 9394/1996. Brasília: Diário Oficial da União, 1996.

BRASIL. **Projeto de Resolução do CNE/CP**. Brasília: Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. 2006.

BRASIL. **Resolução n. 41, de 13 de Outubro de 1995**. Direitos da Criança e do Adolescente Hospitalizados. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Diário Oficial de Brasília, 17 Out. 1995. Seção 1, p. 319-320.

LIBÂNEO, J. C. Diretrizes Curriculares da Pedagogia: Imprecisões teóricas e concepção estreita da formação profissional de educadores. **Educ. Soc.**, v. 27, n. 96, p. 846-876, 2006.

SILVA, S.; FANTACINI, R. Pedagogia hospitalar: a ação pedagógica em hospitais pediátricos. **Revista Científica do Claretiano**, v. 3, n. 1, 2013.



A ATUAÇÃO DO PEDAGOGO NA ÁREA HOSPITALAR DURANTE A PANDEMIA DO COVID-19

*Márcia Cristina de Moraes Araújo
Evelyn Nogueira dos Santos*

Introdução

A pedagogia hospitalar, apesar de ser uma prática pouco desenvolvida no Brasil e que ainda recebe baixos investimentos, é de grande importância para adolescentes e crianças hospitalizadas, pois educando, e brincando de forma lúdica, os profissionais da pedagogia conseguem auxiliar no desenvolvimento cognitivo dos pacientes, assim como nas relações sociais e afetivas dos mesmos. O direito a educação é garantido aos pacientes crianças e adolescentes conforme a constituição federal de 1998 e assegurado pelo estatuto da criança e do adolescente de 1990 (LIMA, 2021).

Segundo Dantas (2020), o serviço social e a psicologia contribuem junto a pedagogia para suprir as necessidades educacionais e de convívio desses pacientes afinal o psicológico e o sensorial são partes importantes da recuperação do paciente e o ajuda a ter motivação para superar os seus limites.

A finalidade deste artigo é compreender a atuação da pedagogia hospitalar durante a pandemia do Covid-19 e entender como foi a adequação destes profissionais a esta nova situação e seus desafios para seguir atuando na assistência a criança e ao adolescente.

Pedagogia hospitalar e seus desafios

A pedagogia é uma área que permite vários campos de atuação, apesar de ser conhecido como uma profissão que se aplica somente a escola, a educação infantil e alfabetização, porém os profissionais pedagogos podem atuar em escolas, centros de detenção de menores, empresas, psicopedagogia, hospitais, entre outros. O trabalho da pedagogia hospitalar é de levar a crianças e adolescentes que são internados em unidades de saúde, a educação que lhes é direito e atividades que façam com que estes ao percam o ritmo da escola, para quando saírem, assim como estimular o intelecto.



“O direito educação parte do reconhecimento de que o saber sistemático é mais do que uma herança cultural, o cidadão torna-se capaz de se apossar de padrões cognitivos e formativos pelos quais tem maiores possibilidades de participar dos destinos de sua sociedade e colaborar na sua transformação, ter o domínio de conhecimento sistemáticos e também um patamar afim de poder alargar o campo e o horizonte desses e de novos conhecimentos” (CURY, 2002).

Por muito tempo a pedagogia hospitalar vem buscando visibilidade, já que está ainda recebe poucos investimentos e ainda não funciona da forma que deveria, com o suporte necessário para segurar a qualidade do serviço prestado pelo educador. Ainda não existe uma política de estado definida para a educação das crianças e adolescentes enfermos, que em termos numéricos, são a maioria (PAULA, 2004).

Durante a pandemia do Covid-19, um leque de incertezas se abriu sobre atendimento hospitalar, foi necessário decidir o que realmente continuaria funcionando e como continuaria funcionando, já que o isolamento social e alta taxa de contágio do vírus afastavam as pessoas cada vez mais e só permitiam que ficassem próximos aos pacientes o que era realmente essencial, era um momento de muito sofrimento e mudanças constantes, além do alto nível de letalidade do vírus.

“O sentido literal da pandemia do corona vírus é o medo caótico generalizado, e a morte sem fronteiras causada por um inimigo invisível” (SANTOS, 2020, p. 10).

A pedagogia foi uma das primeiras atividades a ser cortada dos hospitais nos primeiros meses do covid, pois é uma das que mais se tem contato físico, o contato olho no olho com o paciente, contatos estes que se tornam proibidos neste momento, pelo segurança do profissional e do paciente que agora passa a ser mais frágil ainda, por que além dos que já estavam no hospital, dos que já fazem tratamentos intensivos e vivem por vários dias dentro da unidade de saúde, agora tem os que estão infectados e os que foram infectados, curados e estão tratando as sequelas do vírus.

Não podemos deixar de citar a falta de estrutura física dentro dos centros hospitalares, pois juntou-se a alta necessidade de suporte e a precariedade do sistema público que se antes já era carente de materiais e insumos, nesses momentos se apresenta em situação crítica.



Por se tratar de uma situação completamente nova para o mundo, os protocolos estavam em construção, todo o sistema de saúde estava em risco e a discussão passou a dar sobre a ordem da essencialidade. Quem deve permanecer no hospital? Quem deve afastar? O pedagogo é um profissional essencial nesse momento? Qual equipamento de proteção individual este ou aquele deve usar? (DANTAS, 2020, p. 230).

Foi necessária uma grande reestruturação nos cuidados de proteção individual e comunitária para que aos poucos as atividades fossem retomadas nas unidades de saúde, nesta fase já se sabia um pouco mais sobre o vírus e a transmissão do mesmo, criaram-se planos pedagógicos para que este suporte educacional não deixasse de existir, a pedagogia hospitalar então se refez para se adequar a esta nova realidade que não mudará tão cedo, mas que também não será constante. A pedagogia é inclusão, e no auge da pandemia do Covid-19 mais um novo tipo de aluno que também receberia uma educação de qualidade de acordo com o que permitem as suas condições, com matérias individuais e instruções para que os acompanhantes possam interagir e ajudar a criança e ao adolescente, que independente da sua situação, retoma o que é seu de direito, aprender, brincar e por meio disso conseguir nem que seja por pouco tempo, voltar ao normal (DANTAS, 2020, p. 233).

Considerações Finais

Durante todo o período em que a pedagogia tem atuado nos hospitais, os profissionais tem vivido enormes desafios e riscos, quando não é a falta de investimentos em estrutura física e qualificação profissional, é a redução da importância do trabalho e da efetividade da atuação do pedagogo junto as crianças e adolescentes, como foi visto na PANDEMIA do Covid-19, quando estes profissionais foram por um tempo retirados dos hospitais, pois não haviam políticas públicas que incluíssem o ensino remoto e a pedagogia hospitalar apesar de vital, nos primeiros momentos não foi colocada como essencial para a boa recuperação do paciente.

O isolamento social e a rápida proliferação do vírus, fizeram com que a pedagogia hospitalar precisasse encontrar novas formas de atuar, planos pedagógicos eficazes para continuar realizando o trabalho tão bonito que é por um pequeno período de tempo devolver aos rostos que se acostumaram ao medo, sorriso e esperança, de voltar ao cotidiano, da lembrança da escola que pra muitos é rota de fuga dos seus problemas familiares e da própria vida que nem sempre é fácil. A pedagogia hospitalar além de essencial é um ato de amor, é



uma escolha que envolve riscos e dificuldades, mas que para o educador compensa, não apenas na troca de informação, mas no que se ganha doando tempo de qualidade a quem só precisa de um único motivo para acreditar.

Referências

CURY, C. R. J. O direito à educação: Um campo de atuação do gestor educacional na escola. **Cadernos de Pesquisa**, n. 116, p. 245-262, 2002.

DANTAS, J. L. L. A prática pedagógica hospitalar em tempos de pandemia: uma reflexão à luz de Grande Sertão Veredas. **Pedagogia em ação**, v. 13, n. 1. p. 226-236, 2020.

LIMA, R. S. Classes hospitalares e Covid-19: A (des)prática pedagógica hospitalar em tempo de pandemia. **Revista educação básica em foco**, v. 2, n. 4, 2021.

PAULA, E. M. A. T. A educação como proteção integral para crianças e adolescentes hospitalizados. In: Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais, 8, 2004, Coimbra. **Anais ... Coimbra (Portugal): Universidade de Coimbra**, 2004, p. 1-17.

SANTOS, B. S. **A Cruel pedagogia do vírus**. Coimbra: Edições Almedina, 2020, 32 p.



PEDAGOGIA HOSPITALAR: a importância da atuação do pedagogo dentro dos hospitais

Raquel Montão Guedes

Introdução

Ao longo dos anos as formas de educar sofreram inúmeras alterações e atualmente a pedagogia está presente em vários espaços sociais, isso ocorreu devido as muitas mudanças, necessidades e inovações na sociedade atual, a partir disso, a pedagogia não se restringe mais só ao ambiente escolar, mas também agora abrange outros ambientes sociais. O nome dessa pedagogia é “Pedagogia social”, que surge em meio a preocupações sociais com o objetivo de dar assistência a certos grupos que necessitavam dessa educação.

A Pedagogia, ao longo da história, se transformou para atender as demandas da sociedade. Com isso, a educação avançou em alguns aspectos quanto aos estudos pedagógicos, e permaneceu ultrapassada em outros aspectos, as práticas pedagógicas (SILVA; ANDRADE, 2013, p. 45).

Silva e Andrade (2013, p. 57) afirmam que “A Pedagogia Hospitalar é uma nova ramificação da Pedagogia que visa discutir a educação no espaço hospitalar, valorizando e garantindo o direito da criança enferma”. O campo de atuação da pedagogia é amplo, e é imprescindível frisar que um pedagogo tem a possibilidade de trabalhar não só em escolas, mas também em empresas, ONGs, hospitais, entre outros. Hoje em dia ter um pedagogo dentro dos hospitais é de extrema importância e essa área de atuação da pedagogia é como muitas da pedagogia social, um tanto quanto desconhecida, por isso, surge a necessidade de falar mais sobre esse tema.

Diante do exposto, o presente artigo expõe uma das áreas de atuação do pedagogo em ambientes não-escolares: a pedagogia hospitalar. O objetivo de pesquisa é conhecer a função do pedagogo hospitalar e reconhecer a importância dessa função. Para tanto, foram utilizados como referências bibliográficas autores como Silva e Andrade (2013), Franco e Sellau (2011) e Ballen (2019), dentre outros estudiosos da área.



Educação e saúde: a pedagogia hospitalar

Educação e saúde são dois pilares muito importantes para a sociedade, por isso, é imprescindível que esses dois âmbitos tenham qualidade para que possam servir a população. A educação e a saúde geralmente são vistas como áreas distintas, entretanto, a pedagogia hospitalar surgiu para mostrar que existe a necessidade da educação trabalhar no campo da saúde para contemplar pessoas que precisam dessa assistência. “Educação e Saúde são campos do saber distintos, com especificidades e características diferentes, mas que podem e devem trabalhar em parceria” (SILVA; ANDRADE, 2013, p. 30).

Essa atuação da educação com a saúde tem favorecido para diminuir o período de internação, garantir os direitos da criança e do adolescente à escolarização e à saúde, e também tem transformado o espaço triste e doloroso do hospital em local de aprendizagem, encantamento e reabilitação da saúde e da educação (SILVA; ANDRADE, 2013, p. 63).

Para entender a necessidade da pedagogia dentro dos hospitais primeiramente se deve analisar o ambiente hospitalar e os profissionais dessa área. Os hospitais são locais específicos para tratar pessoas doentes ou acidentadas sendo essa uma das únicas funções desses locais, portanto é nítido que ambientes que tenham essa finalidade sejam tristes e até mesmo sérios. Para complementar esse conceito recorreremos a Silva e Andrade (2013, p. 61)?

Na maioria dos hospitais, a prática que ainda se mantém é manutenção de um aspecto frio e doloroso, em que pacientes são submetidos a uma série de procedimentos que desconhecem suas finalidades, e os enfermos e suas famílias são excluídos do processo de cura.

Diferentemente dessa realidade dos hospitais, as escolas infantis são ambientes extremamente profissionais, mas ao mesmo tempo alegres, com jardins, parques e brinquedos, algo extremamente relevante, tendo em vista que a pedagogia trabalha com o lúdico para atingir certos objetivos, logo, um pedagogo tem toda uma desenvoltura e criatividade para ensinar de diversas formas.

Já os profissionais da saúde, geralmente são vistos como pessoas sérias e extremamente técnicas, entretanto, isso está de acordo com a sua formação. A função de um médico, ou enfermeiro exige muito mais conhecimento científico e técnico e esses conhecimentos, de certa forma, já bastam para que eles possam alcançar seus objetivos. Sobre isso Silva e Andrade (2013, p. 61) dizem que:



No contexto hospitalar, hoje, por diversas razões, inclusive algumas históricas, como se tentou demonstrar anteriormente, os médicos e sua equipe, em sua maioria, são distanciados do paciente, mostrando-se “insensíveis” e pouco preocupados com o ser humano enfermo e emocionalmente abalado com a doença que se pretende curar.

Sobre essa questão, Laranja (2008, apud SILVA; ANDRADE, 2013, p. 61) ainda acrescentam que:

Sobre a desumanização no atendimento hospitalar e a falta de sensibilidade dos médicos, podemos dizer que essas características perpassam a formação dos profissionais de saúde, já que estes foram formados dentro de um modelo biomédico, durante a revolução cartesiana, e aprenderam que se deve separar o “corpo” da “mente” (LARANJEIRA, 2008).

Daí a importância da saúde e educação trabalharem em conjunto dentro dos hospitais, pois ambas são profissões essenciais para uma causa, um objetivo, desempenhando funções diferentes, mas trazendo resultados positivos, podemos dizer que ambas acabam se complementando para um bem comum. Os pedagogos hospitalares são pedagogos sociais, pois desempenham seus papéis como educadores em um ambiente não-escolar e possuem a missão de humanizar esses ambientes através da educação.

Perceber a relação existente entre educação e saúde nos faz compreender que a educação está em todos os espaços sociais, seja através da educação formal, informal e não formal. São espaços que possibilitam contribuem em nossas aprendizagens, e o hospital é um deles, onde se faz presente a Pedagogia Hospitalar. LIBÂNEO (2005, apud SILVA; ANDRADE, 2013, p. 61)

Quando uma criança é hospitalizada, seja por qual motivo for, existem uma série de desvantagens além da própria doença com as quais a criança tem de lidar, o resultado disso é uma demora no tratamento e até desânimo para contribuir com no mesmo, e como já foi argumentado anteriormente, os profissionais da saúde não receberam a formação necessária para lidar com isso da melhor forma, obviamente que muitos médicos e enfermeiros fazem de tudo para tornar o tratamento menos dolorido possível, entretanto, isso não é suficiente quando a demanda de crianças é grande, se esses profissionais tivessem de lidar com essas e outras questões ficariam sobrecarregados e o sucesso da sua função seria comprometido.

Diante disso, podemos dizer que um pedagogo é responsável pela educação das crianças hospitalizadas, para tanto, os mesmos usam de atividades lúdicas, criatividade e a própria brinquedoteca do hospital, a intenção é justamente promover um ambiente acolhedor para que a criança se sinta motivada a estudar, entretanto, um pedagogo hospitalar contribui



mais do que só com a educação, a presença de professores nos hospitais faz com que a criança tenha até mesmo um contato com o universo escolar.

Entendendo a função importante que um pedagogo ocupa nos hospitais

O trabalho de um educando dentro dos hospitais precisa ser muito bem articulado, tendo em vista vários desafios como a própria condição de saúde dos alunos. A atuação dos pedagogos dentro dos hospitais ocorre através das classes hospitalares, que é definida como;

[...] o atendimento pedagógico-educacional que ocorre em ambientes de tratamento de saúde, seja na circunstância de internação, como tradicionalmente conhecida, seja na circunstância do atendimento em hospital-dia e hospital-semana ou em serviços de atenção integral à saúde mental. BRASIL (2002 apud FRANCO; SELAU, 2011, p. 178)

A princípio a ideia é de que o pedagogo seja o responsável pela educação das crianças que estão hospitalizadas, para que dessa forma as crianças não precisem interromper seus estudos por conta de seus estados de saúde e nem fiquem atrasadas nos conteúdos e classes escolares.

A Pedagogia Hospitalar como campo de atuação emergente e necessário, pois é um direito que toda criança em período de escolarização não tenha essa fase interrompida, nem mesmo em caso de hospitalização. A criança deve ser acompanhada por um profissional capacitado para tal função, visto que requer conhecimentos e competências necessárias para trabalhar no espaço hospitalar. (SILVA; ANDRADE, 2013, p. 68)

Para tanto, o professor geralmente mantém contato com a atual escola do aluno para desenvolver o seu trabalho com base nas informações que a escola fornece.

Considerando que a criança hospitalizada se encontra afastada da instituição escolar em decorrência da internação, acredita-se que seja importante que o trabalho pedagógico assuma, inicialmente, a tarefa de mediar a relação da criança com a escola durante a hospitalização (FRANCO; SELAU, 2011, p. 180).

Esse contato do pedagogo hospitalar com a escola de seus alunos é fundamental para o trabalho do educando e para o próprio aluno, pois precisa se entender de que contexto escolar cada aluno veio e o que já aprenderam e ainda precisam aprender. Além de trabalhar os conteúdos, os professores também utilizam jogos, livros e até a própria brinquedoteca do hospital para trabalhar, pois é inegável a importância do brincar para as crianças.



O brincar no hospital passa a ser uma forma de garantir que a criança hospitalizada tenha seu direito concretizado, uma vez que se encontra num espaço diferente do vivido cotidianamente e tem uma parte de sua vida interrompida, como a escolarização, as amizades, o lar, seus brinquedos etc. (SILVA; ANDRADE, 2013, p. 68)

Com tais práticas pedagógicas além de o profissional ganhar a confiança de seus alunos, eles acabam amenizando a própria dor do tratamento, pois os alunos não só aprendem como se distraem e esquecem um pouco do clima triste transmitido pelos hospitais.

Essa atuação da educação com a saúde tem favorecido para diminuir o período de internação, garantir os direitos da criança e do adolescente à escolarização e à saúde, e também tem transformado o espaço triste e doloroso do hospital em local de aprendizagem, encantamento e reabilitação da saúde e da educação. (SILVA; ANDRADE, 2013, p. 68)

Ou seja, a partir do trabalho dos pedagogos hospitalares não vemos só uma mas várias vantagens do trabalho desenvolvido por eles. “já é comprovado que quando o hospitalizado intervém junto à equipe médica em seu tratamento, sua autoestima é elevada e suas emoções equilibradas, agindo positivamente no melhoramento da Saúde do mesmo.” Esses profissionais usam muitos artifícios para tentar humanizar e amenizar o aspecto triste do hospital e esse trabalho é feito em conjunto com a equipe médica, tendo em vista o quadro clínico de cada paciente e suas individualidades, ou seja, seus trabalhos tem que ser limitados à certos horários e condições.

A pedagogia hospitalar visa o trabalhar da educação juntamente com o momento de tratamento de saúde na vida da criança, sem que uma ação interfira no andamento da outra. Além de dar continuidade aos estudos do educando, a pedagogia hospitalar também visa ao bem estar em todos os seus aspectos, isto é, social, emocional, físico, mental, cognitivo e espiritual (BALLEN, 2019, p. 18).

O trabalho dos educandos em conjunto com os médicos é muito positivo, pois ambos se acrescentam, inclusive, o pedagogo também faz com que o aluno entenda sobre o seu próprio quadro clínico.

A educação permite que o sujeito tome conhecimento sobre noções de higiene pessoal, cuidados com o corpo, doenças que podem ser prevenidas no dia a dia, boa alimentação, entre outras coisas, refletir e agir em sua própria realidade (SILVA; ANDRADE, 2013, P. 35).

O pedagogo hospitalar também contribui no próprio progresso do tratamento do paciente, tendo em vista que, uma vez que a criança é inserida novamente em um contexto



escolar e ocupa seu tempo, suas perspectivas se tornam positivas e há uma melhora considerável na saúde mental da criança que agora se sente produtiva. Os pacientes até se sentem motivados a colaborar com o tratamento para superar suas enfermidades.

já é comprovado que quando o hospitalizado intervém junto à equipe médica em seu tratamento, sua autoestima é elevada e suas emoções equilibradas, agindo positivamente no melhoramento da Saúde do mesmo (SILVA; ANDRADE, 2013, P. 41).

A pedagogia hospitalar surgiu justamente pela necessidade de uma assistência específica a estudantes hospitalizados, logo, os protagonistas da pedagogia hospitalar são os sujeitos para qual ela estar direcionada: a criança hospitalizada.

A denominação Pedagogia Hospitalar deve-se ao fato da necessidade da “existência de uma práxis e uma técnica pedagógica nos hospitais, um saber voltado para a criança num contexto hospitalar envolvido no processo ensino-aprendizagem, e por assim ser, instaurou-se como um corpo de conhecimentos a ser estudado” (MATOS; MUGIATTI, 2008, p. 85).

O profissional que atua nessa área deve levar em conta o físico, o emocional e o social de cada aluno para desenvolver um bom trabalho, tendo em vista que não é só o físico de uma criança que é abalado quando a mesma tá enferma, o emocional também é bastante prejudicado e a vida social da criança é interrompida em certos pontos. Nessa perspectiva, o trabalho de um pedagogo nos hospitais é bastante complexo, por isso o educando precisa ser flexível e não esquecer do afeto, pois isso é muito importante quando se trabalha com crianças. Sobre os conteúdos e atividades que são direcionadas aos alunos, deve sempre levar em consideração a condição de cada um, porém isso não impede que a criatividade do professor o faça a elaborar trabalhos que estimulem seus alunos.

Considerações finais

Pode-se considerar que a pesquisa foi de grande valia para a área da pedagogia hospitalar e foi uma ótima para quem ainda não conhece essa área. Nota-se que a pedagogia ainda é enxergada de forma limitada, ligada apenas ao ambiente escolar, mas como podemos ver ela está presente e já ocupa um papel importante nos hospitais, pois ficou evidente como um pedagogo pode contribuir na educação das crianças e até mesmo.

Como vimos o psicólogo da criança é abalado após a internação, algo compreensível tendo em vista as suas perspectivas, fases de vida e formas de pensar, portanto a pedagogia



também acaba colaborando também na área emocional do aluno, alcançando resultados positivos na melhora da saúde mental e do humor das crianças. Além disso, a pedagogia hospitalar contribui, as vezes até com a melhora física do paciente, pois o aluno se sente motivado a contribuir com o tratamento, sua saúde mental é restabelecida e eles compreendem, com a ajuda do próprio pedagogo, as suas condições físicas e sobre noções de higiene bem como sobre saúde.

Ademais foi enfatizado que o trabalho dos pedagogos deve ocorrer em conjunto com a equipe médica, sem atrapalhar o seguimento do tratamento da criança pela ciência, medicina, enfim. então diante de tudo isso ficou claro que a pedagogia não só pode, mas deve ocupar outros espaços não escolares para contribuir com a educação de crianças e adolescentes que necessitam dessa assistência.

Referências

- AMORIM, V. **A dimensão pedagógica do pedagogo hospitalar**. 2015. 40 f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso). Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2015.
- BALLEN, S. **Pedagogia Hospitalar**. 2019. 70 f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso). Universidade Federal da Fronteira Sul - Campus Erechim, RS, 2019.
- FRANCO, P. F.; SELAU, B. A atuação do pedagogo no ambiente hospitalar: algumas reflexões. **Revista Liberato**, v. 12, n. 18, p. 107-206, 2011.
- JORDÃO, C. F.; TRINDADE, T. T.; FANTACINI, R. A. Pedagogia Hospitalar: tipos de atendimento. **Educação**, v. 6, n. 3, p. 181-198, 2016.
- MATOS, E.; MUGIATTI, M. **Pedagogia Hospitalar: a humanização integrando a educação e saúde**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2017.
- SILVA, N.; ANDRADE, E. S. **Pedagogia Hospitalar: Fundamentos e Práticas de Humanização e Cuidado**. Cruz das Almas: UFRB, 2013. 192 p.



OS DESAFIOS ENCONTRADOS NA PEDAGOGIA JURÍDICA: desvelar os desafios encontrados na pedagogia jurídica

*Vanessa Moraes Costa
Suziany Pamplona de Melo*

Introdução

O tema “os desafios encontrados na pedagogia jurídica”, tem como objetivo expor quais os desafios que o pedagogo jurídico encontra em seus ambientes de atuação. A pedagogia em organizações sociais, corresponde à várias áreas que um pedagogo pode atuar, em empresas, administração escolar, Sala de aula, Hospitais, Psicopedagogia, Neuropsicopedagogia, a Pedagogia Ambiental, acadêmica e pesquisa científica e a Pedagogia Jurídica, onde o pedagogo atua assessorando os magistrados nos processos decisórios. A mesma será tema alvo deste artigo.

Este trabalho tem como objetivo expor alguns dos desafios encontrados pelo educador ao lidar com procedimentos jurídicos, tendo como metodologia, pesquisas em livros e autores que tenham pensamentos nos quais possamos fazer um elo de ligação e coerência com nosso trabalho.

A pedagogia no judiciário é relativamente recente, comparada a psicologia e o serviço social, que surgiram dentro do judiciário no início do século XX com o movimento higienista. A pedagogia jurídica surge após Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), devido à uma recomendação expressa nos artigos 150 e 151 em relação à formação das equipes interprofissionais e, também sob recomendação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em relação a composição dessas equipes, que seria com psicólogos assistentes sociais e pedagogos. A presença do Pedagogo no tribunal de justiça, causou um grande estranhamento, devido a formação do pedagogo ser voltada exclusivamente para a escola, não só nas pessoas como também a necessidade da própria profissão e dos próprios profissionais de se reinventarem em um outro contexto (AMARAL et al, 2021).

A principal dificuldade quando se entra no tribunal de justiça é a dúvida, mas o que um pedagogo faz aqui? Não no sentido de não querer o pedagogo naquele espaço, mas qual a contribuição do Pedagogo nesse ambiente totalmente fora de sua essência. Então através da troca de ideias e de leituras de autores que tratam da educação não escolar e que se tem a percepção que seria sim o lugar do pedagogo nesse espaço e todo trabalho docente é trabalho



pedagógico, mas nem todo trabalho pedagógico é trabalho docente. “Um professor é um pedagogo, mas nem todo pedagogo precisa ser professor” (LIBÂNEO, 2006, p. 850).

Logo, concluímos que o trabalho do pedagogo, não envolve somente ações pedagógicas tradicionais, desenvolvidas em ambientes escolares formais, que são supervisionadas por algum coordenador escolar, porém, a prática pedagógica que é executada nos ambientes escolares formais, se difere das práticas pedagógicas de um pedagogo que, opta por outro ambiente que ele possa desenvolver seu lado pedagógico. O pedagogo que atua fora dos ambientes escolares, dependendo de sua função, não oferece aprendizagem da escolarização formal, porque nem todo pedagogo precisa ser professor. A pedagogia, passa a permitir extensões que possibilitam que o pedagogo exerça suas funções em locais distintos das escolas e universidades. Desse modo, o profissional formado em pedagogia, pode usar seus conhecimentos em: ambiente hospitalar, jurídico, ambiental, empresarial, além do âmbito escolar. Porém, assim como nas escolas, atuar como pedagogo fora dela, também torna-se desafiador. No que se refere a atuação do pedagogo em Órgãos de Justiça, foi a mudança de olhar e a atenção à criança e ao adolescente advindas da Lei n.8069/1999, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que fez alterações importantes na estrutura judiciária e posteriormente, a inclusão desse profissional em seus quadros técnicos (ECA- ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE).

Trata-se, da inserção de novas ciências, que não a jurídica, mas, no sentido de auxiliar o juiz com subsídios que contribuam para seu processo decisório, de modo que, “ dentre outras atribuições que lhe forem estabelecidas pela legislação local”, compete-lhe:

[...] fornecer subsídios por escrito, mediante laudos, ou verbalmente, em audiência, e bem desenvolver trabalhos de aconselhamento, orientação, encaminhamento, prevenção e outros, tudo sob imediata subordinação à autoridade judiciária, assegurada à livre manifestação do ponto de vista técnico. (BRASIL, 1990, sp).

Muitos são os desafios postos à efetivação da concepção pedagógica delineada neste campo, tais como: desconhecimento do papel do pedagogo pelos magistrados e demais agentes; reducionismo pedagógico às questões escolares; crise de identidade do pedagogo jurídico, por se tratar de um campo profissional ainda em construção, pouco em cursos acadêmicos, não havendo, portanto, um campo epistemológico consistente que a legitime, entre outros aspectos.

A precarização da rede socioassistencial; o tempo processual, o qual, muitas vezes, é insuficiente para as mudanças profundas indesejadas em Ações de Medida de Proteção;



adentra às famílias afetadas negativamente em relações estabelecidas no ambiente familiar, haja vista que, muitas famílias possuem conflitos internos que precisam de intervenção do poder judiciário.

[..] abrange as profissões que trabalham com pessoas em contacto interpessoal directo, sendo essa interacção o processo e parte significativa do conteúdo da intervenção profissional. Os efeitos desses processos de desenvolvimento humano assumem a forma de aprendizagem e desenvolvimento, modificação de comportamento, atitudes ou hábitos, adesão à normas ou modos de vida, conforme as áreas de intervenção (FORMOSINHO, 2010, p. 134).

Considero importante a percepção de construção de identidade do pedagogo, em ambientes não escolares, a fim de expor a ideia de que, a pedagogia atual vai além das escolas e universidades, que o pedagogo pode fazer proveito de seus conhecimentos científicos e cotidianos, em diversas áreas de trabalho. No meio jurídico, o pedagogo depara-se com diversas situações que se diferem de condições escolares, e, encontra por vezes, dificuldades para resolução, porque sua formação teórica e prática foi voltada para circunstâncias em ambientes escolares, mas aliam-se no seu modo de intervir na realidade. O pedagogo que trabalha na área jurídica, tem a missão de dar voz aos que, de alguma forma, são injustiçados, às crianças vítimas de maus tratos, abandonos, privadas de seus direitos, entre inúmeras outras pautas, que necessitam de um olhar técnico e sensível de um pedagogo efetivo no judiciário

[..] o problema aqui enfrentado é demonstrar, pela análise de aspectos da obra da Pedagogia do Oprimido, juntamente com pensamento atual de outros estudiosos do assunto, caminhos de ação e reflexão. Anotações sobre uma práxis acadêmica mais democrática para o ensino jurídico, com vistas em [sic] formar operadores de direito com responsabilidade social, questionadores da ordem jurídica imposta em favor dos interesses da maioria da população. (MARTINEZ, 2012, p 12, grifos nossos).

Os problemas enfrentados por pedagogos que trabalham no ambiente jurídico, perpassam desde a formação, até a prática efetiva de suas atividades de trabalho, haja vista que, a pedagogia forma professores, não profissionais jurídicos, porém, suas extensões permitem gradualmente, esse diálogo, que feito de forma correta, sensível e justa, torna o trabalho do pedagogo, uma função indispensável em qualquer ambiente de trabalho que ele esteja inserido. A responsabilidade social é um dever que todos devem ter, porém, vários fatores colocam o educador em situações distintas das quais foram orientadas em sua formação teórica e prática, por ser um passo, de certa forma, inovador e desconhecido por



muitas pessoas, torna-se um trabalho ainda mais desafiador, pois, os cidadãos não têm o conhecimento sobre o que faz um pedagogo jurídico, qual trabalho ele pode desenvolver, quem pode ser atendido por esse profissional..., todas essas dúvidas podem acabar gerando incredulidade no seu trabalho, e, até mesmo, impossibilitando de ser realizado, por falta de informação ou por outros agravantes (AMARAL et al, 2021).

[..] a pedagogia tende a um sentido de totalidade científica que abrange, no aspecto epistemológico, um caráter uno e múltiplo, teórico e prático, definido por seu relacionamento transdisciplinar com os conhecimentos providos por ciências auxiliares, embora mantenha-se como a única ciência capaz de articulá-los, tendo em vista a sua vinculação com a práxis educativa no aspecto metodológico a conjugação das dimensões descritiva, interpretativa, normativa e praxica e, do ponto de vista da construção do seu objeto, o faz de modo a abordar a educação como um fenômeno humano localizado histórico e socialmente. (SEVERO, 2015, p. 63)

E, por consequência, ao analisarmos os níveis de complexidades de todos os fatos que envolvem o âmbito de trabalho do pedagogo jurídico, logo clareia a ideia de que, o pedagogo deve ser aquele que, certamente, tem um diferencial para dar embasamento em decisões a serem tomadas por parte de promotores e juízes. A pedagogia tem esse modo de abranger todas as áreas educacionais, e, fazendo elo com as condições encontradas acerca de conflitos sociais que o pedagogo irá deparar-se, as práticas e o olhar pedagógico são fundamentais para tomadas de decisões serem justas e corretas, a reeducação, socialização e acolhimento, devem ser passos que irão além de uma decisão de um Juiz. O abandono, a violência contra crianças e adolescentes ainda é gigantesca, então, todo o trabalho que será desenvolvido sobre essas situações, deve ser muito bem estudado, dialogado em equipe e verificado, para saber qual a base desses conflitos, para que essas vítimas possam ter uma nova oportunidade de viver bem, ficar em segurança e com pessoas que, de fato, se responsabiliza em conceder todos os direitos previstos em lei, que um menor tem direito e necessidade (AMARAL et al, 2021).

No Art. 3 da Lei Federal, diz que “A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo de proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se lhes, por lei e por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.” Logo, fica explícito nesse parágrafo, que todas as crianças e adolescentes devem ser tratados sem discriminação de raça, condição de



nascimento, classe social... a familiar deve ser esse pilar, porém, muitas crianças têm os seus direitos feridos dentro de suas próprias casas, sofrem algum tipo de violência, são privados de estudar ou brincar, entre inúmeros fatores que contribuem para essa repressão da infância e juventude, aí que deve entrar o papel do educador, com métodos socioeducativas e práticas pedagógicas visando a saúde mental e corporal desses menores (ECA- ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE)

Considerações Finais

O trabalho que precisa ser desenvolvido por um pedagogo que decide ir para a área jurídica, como qualquer outra profissão, necessita de estudo, dedicação, aprimoramento e inúmeros outros elementos que corroboram um trabalho bem feito, é um trabalho que exige preparação além da acadêmica convencional, precisa-se de conhecimentos técnicos e práticos, com o decorrer das experiências adquiridas no dia a dia de seus trabalhos e ocorrências.

A missão de averiguar e ter subsídios para que possam embasar a decisão de Juízes, é árdua e traz muito desafios que o profissional deve buscar mecanismos para conseguir passar por cada um deles, mas, também é um trabalho que busca devolver dignidade, paz e justiça para todas as pessoas que passam por algum tipo de conflito social ou familiar.

O pedagogo jurídico tem um caminho longo para percorrer, dentro e fora do seu ambiente de trabalho, deve ter um olhar atento e sensível às realidades e necessidades dos indivíduos que recebem seu atendimento, além de dar voz, o educador pode, também, oferecer a chance de uma nova perspectiva de vida para muitas pessoas que por injustiça ou privação, acabam tendo seus direitos violados. Há uma grande importância nos conhecimentos na área de gestão escolar para as atividades desenvolvidas pelo pedagogo jurídico, pois elas requerem saberes sobre planejamento. Dessa forma, o pedagogo jurídico terá que planejar, gerenciar e avaliar o antes, durante e depois da conclusão de seus trabalhos, para assim, conseguir entregar seu melhor em prol da sociedade. Sabe-se que a educação é compreendida enquanto uma forma de desenvolvimento muito importante para a sociedade.



Referências

AMARAL, M. G. B.; SEVERO, J. R. L. L.; ARAÚJO, T. M. (Org.). **Pedagogia Jurídica no Brasil** - Questões teóricas e práticas de um campo em construção. Ceará: Editora da UECE, 2021.

BRASIL. **Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 16 de julho de 1990.

FORMOSINHO, J. Dilemas e tensões da atuação da universidade frente à formação de profissionais de desenvolvimento humano. In: PIMENTA, S. G.; ALMEIDA, M. I. (Org.). **Pedagogia universitária: caminhos para a formação de professores**. São Paulo: Cortez, 2010, 134 p.

LIBÂNEO, J. C. Diretrizes Curriculares da Pedagogia: Imprecisões teóricas e concepção estreita da formação profissional de educadores. **Educ. Soc.**, v. 27, n. 96, p. 846-876, 2006.

MARTÍNEZ, S. R. **Pedagogia Jurídica: do ensino tradicional à emancipação**. Curitiba: Juruá, 2012.

SEVERO, J. L. R. L. Sobre pedagogia e os pedagogos em espaços não escolares: apontamentos desde uma síntese de investigação empírica. **Perspectiva**, v. 35, n. 3, p. 978995, 2017.



A IMPORTÂNCIA DO FAZER DIDÁTICO DENTRO DE INSTITUIÇÕES HOSPITALARES

*Vinicius Sousa de Oliveira
Yasmin Batista da Silva*

Introdução

Rubem Alves (2010, p. 19) ao expressar-se sobre o fazer da leitura nas diversas situações, evidencia sua importância dentro da renovação de visão que nos proporciona a ter "Por que os livros nos levam a outros mundos. Pela leitura nos alienamos da realidade para, depois de passear por outros mundos, voltamos ao mundo em que vivemos e o vemos então de outra forma." A hospitalização provoca um misto de sentimentos que envolve principalmente a dor. Como consequência, e outras sensações tendem a fazer parte do processo de hospitalização.

O objeto do trabalho a ser apresentado é referente ao processo de hospitalização da criança como modalidade atuante da Pedagogia Hospitalar. As práticas pedagógicas, tem como foco promover o bem-estar mental, social, emocional e cognitivo, isto é, o objetivo principal da proposta pedagógica dentro do hospital consiste em promover, além da escolarização à criança como garantia de um direito previsto por lei, também a promoção da saúde. A palavra saúde é definida pela Constituição da Organização Mundial da Saúde (1946, p. 1) como: "um estado completo de bem-estar físico, mental e social, e não meramente a ausência de doenças ou enfermidades".

Um dos meios de enfrentamento da hospitalização infantil tem sido a presença de atividades pedagógicas oferecidas pelo hospital ou em parceria com algum órgão da educação. As atividades pedagógicas realizadas no hospital auxiliam a criança no seu processo de desenvolvimento e, conseqüentemente, no enfrentamento da doença. O profissional que desenvolve as atividades pedagógicas no ambiente citado deve ser preparado para atuar em espaços de educação não formal a fim de contribuir para uma hospitalização sem tantos comprometimentos afetivos, cognitivos e sociais (ORTIZ; FREITAS, 2001).

É fato que o pedagogo sempre teve como principal lugar de atuação a escola. No entanto, com as necessidades impostas pelo sistema social, o seu campo de trabalho começou a se expandir. Se fazendo frequente, hoje encontrar pedagogos em vários espaços fora da



escola. Mas a presença e o papel do pedagogo no hospital ainda é pouco conhecida e causa espanto e estranhamento ao público em geral.

A metodologia da presente pesquisa consiste na análise bibliográfica e análise de textos completos sobre a Pedagogia Hospitalar nos anais do evento do educere no ano de 2001 e 2019, com recorte na atuação do pedagogo no ambiente hospitalar.

Como a classe hospitalar se fundamenta

Tal modalidade de ensino inicia-se com a entrada da criança no ambiente hospitalar, constituindo como um novo espaço de aprendizagem dentro do hospital. Garantindo assim o atendimento escolar hospitalar dos pacientes- alunos que estão afastados de suas escolas em função de um tratamento de saúde. Proporcionando que paciente-aluno continue dialogando dentro das diretrizes curriculares legais e oficiais escolares respeitando a realidade e adaptação de cada aluno. Tendo em vista a retomada da escolarização, através do cultivo do vínculo com as concepções de cada criança com a escola que estava inserida, para que a mesma retorne de forma mais satisfatória (ORTIZ; FREITAS, 2001).

A pedagogia se fundamenta em projetos de educação em exercício além dos espaços convencionais de ensino. Como o fazer didático construído na prática educacional das classes hospitalares. Dento desse quadro o pedagogo desempenha o papel para mediação do saber possibilitado através da adaptação, a motivação e a ocupação dentro do ambiente hospitalar. Atuando assim em instituições não escolares auxilia não somente o saber cognitivo, mas também, psicomotor, social, biológico e afetivo/emocional do desenvolvimento da criança hospitalizada. Possibilitando a continuidade dos seus estudos, o que evidencia essa pratica como de inclusão. Uma vez que o evento hospitalização traz consigo a percepção de exclusão, fragilidade do desconforto da patologia instalada e a insegurança da sua possível finitude. Catalisando assim, os efeitos benéficos da educação e integração social a vida de crianças enfermas. Agindo como supressor de efeitos negativos na vida das crianças, alheias do meio social e acadêmico sendo fundamental desmistificar os ideais de doente pré-depositados e dar a criança a oportunidade de experiência a hospitalização com maior aceitabilidade, pontuando a classe escolar como encontro humanizado ressignificando a passagem da criança e seu aprendizado (PAULA, 2010).



Como o pedagogo hospitalar atua

O quadro hospitalar configura-se para criança como um processo de desestruturação, implicando diretamente nas mudanças subjetivas em sua vida cotidiana. O educador tendo ciência e conhecendo o desdobramento da adaptação dessa nova rotina, incorpora dentro de seu universo de saber um olhar inovador sobre a forma de ensino para cada aluno. É essencial que o profissional saiba lidar com as irregularidades de duração dessa modalidade uma vez que a durabilidade varia de acordo com o quadro de cada paciente aluno. Fazendo-se necessário o olhar entre a relação entre professor e paciente aluno dentro de cada encontro, com aulas dialogadas sabendo-se se a escola de origem tem um material próprio ou se é necessária sua criação. Dialogando-se com esse currículo e com a condição que cada aluno apresenta ao professor. Sendo trabalhado de forma individual um conceito dentro do contexto de cada aluno. Pensando que se precisa fazer um fechamento dentro de cada encontro. Não dependendo necessariamente de uma sequência de encontros, embora eventualmente eles possam acontecer (COVIC, Amália - Coordenadora do GRAAC, Entrevista Concedida a Silvio Bock em Desafio Profissão - Pedagogia Hospitalar).

É indispensável que os conteúdos selecionados devam ser adaptados de uma forma que transforme a vida do educando e não sendo somente um conteúdo de base curricular sendo reproduzido. Ideia reforçada por Paulo Freire em sua obra Pedagogia da Autonomia destaca enquanto seu papel como educador na construção e possibilidades de ensinar.

É preciso, sobretudo, e aí já vai um destes saberes indispensáveis, que o formando, desde o princípio mesmo de sua experiência formadora, assumindo-se como sujeito também da produção do saber, se convença definitivamente de que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção (FREIRE, 1996, p. 13).

Com isso é necessário pesquisa, questionamento e respeito aos saberes dos educandos. Tornando-se indispensável o resgate ao sentido do trabalho do educador e para o educando ser sujeito de seu processo educativo. Compreendendo e enxergando a criança como aluno e não somente como um paciente hospitalizado. Uma vez que muitas delas carregam consigo concepções prévias do vínculo escolar que estava inserido, e o professor deve lidar respeitando o saber prévio que o aluno carrega. Visto que as rotinas de internação não vislumbram a subjetividade e conhecimentos emocionais, culturais e sociais do aluno.



Metodologias de ensino do fazer didático das classes hospitalares

As didáticas desenvolvidas dentro da classe hospitalar além de dar fundamento as disciplinas curriculares dentro do trabalho pedagógico da ação educativa, enfatizam a criação de projetos e ações que despertem a curiosidade do aluno e sua integração social educacional. Respeitando a singularidade cognitiva de cada paciente-aluno.

Há uma preocupação sobre a influência do adoecimento e da internação no processo de desenvolvimento educacional destes pacientes. Tendo como princípio da promoção da educação e ocasionalmente da saúde, desenvolvendo atividades escolares e até mesmo lúdicas que ampliem as habilidades específicas para cada conteúdo. Rompendo assim os limites das unidades hospitalares e despertando o reconhecimento de sua intenção no próprio cotidiano escolar.

Através da ministração de matérias específicas como língua portuguesa, sendo trabalhado conteúdos da grade curricular com a linguagem, através de atividades de leitura, do contar histórias, da produção de textos em ambiente escolar, como medida preventiva e corretiva nas dificuldades existentes para tais habilidades. Tendo a ação educativa desenvolvida tem a leitura como eixo condutor. Segundo Held (1998), a leitura tem um papel muito importante na formação de homens críticos. Não só com este objetivo, mas também o de incentivar a imaginação, a criatividade, a viagem pelo mundo da fantasia e a identificação de si mesmo com o mundo pelo qual é cercada, bem como compreensão dos conflitos internos e perguntas que a rodeiam. Um dos motivos de se trabalhar a literatura é desenvolver o imaginário infantil, favorecendo a construção do real, contribuindo para a realização harmoniosa de um ser equilibrado e completo.

Preenchendo o tempo ocioso, mas também, proporcionando a dinamização, compreensão e a atribuição de sentido sobre o conteúdo a ser ensinado, a ponto de amenizar o estado de anestesia em que muitas crianças se encontram, entrecruzando sentidos para resinificar o adoecimento, se vendo como integrante social, independentemente do afastamento prologando ou ausências esporádicas da escola, diminuindo assim os danos provocados pela internação. Sobressaindo assim o papel que a educação pode assumir como proposta recriadora.



Considerações Finais

O trabalho do pedagogo dentro do hospital varia de acordo com a patologia do paciente-aluno, pois alguns estão debilitados para executar determinadas atividades. Por conta disso o profissional da educação faz adaptações para poder oferecer a este momento de socialização, diversão e aprendizagem. Sendo necessário o diálogo e vínculo com a escola ao qual o aluno faz parte.

O paciente-aluno quando hospitalizado, é privado de algumas atividades que ele tinha antes de adoecer. Assim, através de atividades trazidas pelo pedagogo pode auxiliar na estadia deste, para que o momento da hospitalização seja menos doloroso e duradouro.

O Profissional de ensino hospitalar é indispensável o afeto entre seu fazer de ensino, o acolhimento, a personalidade de como o professor se dispõe ao outro. Sendo essa modalidade diferenciada do ensino forma, vez que as aulas são preparadas no momento em que o docente encontra com o paciente-aluno após o diálogo e direcionado seu ensino e sua metodologia a serem aplicados. Tornando-se perceptível a relação professor e aluno em outra ótica de ensinar. A educação hospitalar está além de uma modalidade de ensino dentro desse quadro, ela implica diretamente forma de incidir sobre a melhora do paciente-aluno através da resignificação do saber. Expondo o saber de maneira flexível ao estado biopsicossocial e social no qual os pacientes-alunos se encontram. Sendo movidos pela compreensão que o paciente-aluno precisa aprender porque ele tem vida.

Referências

ALVES, R. A. **A Pedagogia dos Caracóis**. Campinas: Verus, 2010.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia** - Saberes Necessários à Prática Educativa. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1996.

GONZALEZ, W. Limites_e_possibilidades_da_atuação. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, v. 11, n. 26, 2014.

GRAACC. Grupo de Apoio ao Adolescente e à Criança com Câncer. Disponível em <https://graacc.org.br/ensino>.

HELD, J. **O imaginário do poder**. São Paulo: Cortez, 1998.

LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e pedagogos, para quê?**. São Paulo: Cortez, 2005.



MENEZES, C. V. A. **A formação do leitor:** a literatura infantil na pedagogia hospitalar. 2002. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).

ORTIZ, L. C. M.; FREITAS, S. N. Classe hospitalar: um olhar sobre sua práxis educacional. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 82, n. 200/201/202, p. 70-77, 2001.

PAULA, E. M. A. T. Pedagogia hospitalar na Pedagogia Social: reflexões teóricas. In: Congresso Internacional de Pedagogia Social, 3, 2010, São Paulo. **Anais ...** São Paulo: Associação Brasileira de Educadores Sociais (ABES), 2010.



PEDAGOGIA EMPRESARIAL E SEUS MÉTODOS APLICADOS NO DESENVOLVIMENTOS PESSOAL E PROFISSIONAL DOS COLABORADORES

Paula Monize Martins do Rosário

Introdução

A educação está presente em todos os âmbitos sociais e abrange formação cognitiva, processos de socialização e desenvolvimento de cada indivíduo. Nesse sentido, a área empresarial faz parte dos locais em que a educação está inserida contemplando a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, em que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (DANTAS; SCHMITZ, 2016).

Sabe-se que a pedagogia consiste em uma ciência que estuda e pratica princípios e doutrinas que visam um programa de ação quanto à reflexão, formação, e crítica do processo educativo. Ademais, a área pedagógica envolve toda a sociedade e possui ampla atuação, sendo observado quando o pedagogo começou a inserir-se em ambientes diferentes do escolar (SETUBAL, 2010).

A partir de 1970 notou-se que os trabalhadores não conseguiam atender as demandas do mercado de trabalho, apresentando experiência escassa, levando as empresas a reconhecerem a necessidade da educação no trabalho e seus benefícios. Sendo assim, a pedagogia empresarial surgiu diante da necessidade de preparação e formação dos funcionários do Recursos Humanos (RH), em busca de um diferencial de outras empresas. Tal área de atuação contribuiu para novos conhecimentos e aperfeiçoamento de habilidades indispensáveis para o mercado de trabalho (SETUBAL, 2010; ANDRADE, 2015).

O termo “pedagogia empresarial” foi utilizado no território nacional pela primeira vez na década de 80 pela professora Maria Luiza Marins Holtz para definir o avanço pessoal e profissional das empresas. Desde então, a qualificação profissional tornou-se extremamente importante, permitindo que a pedagogia empresarial permanecesse atual (ANDRADE, 2015).

Neste estudo, aborda-se a educação empresarial como um campo de atuação do pedagogo, possui como objetivo analisar de que forma ocorre os métodos pedagógicos no desenvolvimento pessoal e profissional dos colaboradores em ambientes empresariais e dessa forma contribuir a respeito da sistematização e ampliação do conhecimento sobre



pedagogia empresarial e como a mesma tem relação direta com o crescimento de empresas.

A metodologia do estudo consiste em uma revisão de literatura do tipo integrativa, sendo selecionados artigos a partir da pergunta norteadora “Como a pedagogia empresarial tem influenciado e contribuído no âmbito empresarial?”, além disso foram utilizados os critérios de seleção, sendo eles o local e ano de publicação e objetivo do estudo. Foram selecionadas as literaturas bibliográficas dos autores Almeida e Costa (2012), Boschini (2018) e Pinheiro e Alves (2008) para a seguinte revisão de literatura sobre o tema.

Pedagogia empresarial

Atualmente, os empresários têm se preocupado com características pessoais de seus funcionários, assim como habilidades, atitudes, maneiras de lidar com desafios, estabelecer soluções, criatividade e empreendedorismo. Dessa maneira, o profissional pedagógico assumiu o papel de auxiliar o desenvolvimento comportamental e psicológico, possibilitando uma melhor relação interpessoal entre os membros da empresa e criar um ambiente fértil para uma produção ativa (ALMEIDA; COSTA, 2012).

A partir da compreensão da importância que o capital intelectual possui, é evidente a necessidade de manter um processo de educação contínuo em todas as áreas da empresa em busca de estabelecer um nível máximo de desempenho dos funcionários. Dentre os meios de promover a educação institucional, encontra-se: cursos oferecidos pela empresa e bolsas para finalização de estudos ou cursos externos (BOSCHINI, 2018).

Ademais, Boschini (2018) complementa ao afirmar que o pedagogo está presente em todas as fases do processo educativo empresarial com a função de realizar levantamento das necessidades dos indivíduos da empresa de realizar treinamentos, gerenciar o processo de aprendizagem e transformá-lo em ações que contribuam com a instituição. Logo, a prática educativa é refletida a partir dos objetivos da empresa, permitindo o desenvolvimento de forma integral.

Sendo assim, o pedagogo empresarial em busca de resultados coletivos apresenta métodos como desenvolver projetos educacionais, selecionar e planejar cursos de aperfeiçoamento e capacitação, apresentação de palestras, representar a empresa em negociações, avaliar o desempenho dos funcionários e aplicar treinamento para os mesmos (PINHEIRO, 2008).



Considerações Finais

Em virtude do que foi mencionado, é importante ressaltar que o pedagogo possui o papel de construir um vínculo seguro e permanente, no qual os colaboradores possam ser vistos de forma potencial para a ascensão de sua carreira dentro da empresa. Além disso, em compensação, a corporativa consegue gerar desenvolvimento econômico e social ao investir em uma equipe preparada e eficiente.

Em vista ao atual cenário das empresas, considera-se que o perfil do profissional pedagógico deve ser generalista para compreender os diversos contextos em que a educação está se qualificando e atender as peculiaridades de cada empresa, e também atuar de forma especialista dominando as técnicas e métodos de ensino e aprendizagem que facilitam a evolução e capacitação empresarial.

Por fim, é de extrema importância que as empresas e a área pedagógica invistam na inserção do pedagogo em ambientes empresariais, oferecendo aos profissionais da educação oportunidades para aplicar seus conhecimentos e impactar o processo de educação das instituições.

Referências

- ALMEIDA, L. I. S.; COSTA, G. M. T. Pedagogia empresarial – a importância da valorização humana na empresa. **Revista de Educação do IDEAU**, v. 7, n. 15, 2012.
- ANDRADE, E. M. **Novas áreas de atuação do pedagogo: pedagogia empresarial**. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso). Universidade Federal de Campina Grande, 2015.
- BOSCHINI, C. S, E. **Pedagogia empresarial: a inserção do pedagogo na gestão de pessoas e a sua atuação nos processos de treinamento e desenvolvimento**. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso). Centro Universitário de Brasília, 2018.
- DANTAS, C. M. R.; SCHMITZ, H. A formação do pedagogo com vistas à sua atuação em ambientes empresariais. **Educação & Formação**, v. 1, n. 1, p. 124-139, 2016.
- PINHEIRO, M. R. **A pedagogia empresarial e sua contribuição para a gestão de conhecimento**. Monografia (Especialização). Universidade Candido Mendes, 2008.



SETUBAL, J. P. **O Papel e Atuação do Pedagogo Empresarial nos Novos Modelos de Gestão.** Monografia (Especialização). Universidade Candido Mendes, Pós Graduação Latus Sensu, 2010.

Realização:



ICED

